

Lig

revista de psicanálise

19

Nº2 · 2021

ISSN 2238-9083

VERSÃO IMPRESSA

ISSN 2316-6010

VERSÃO ONLINE



revista de psicanálise

ANO 10, Nº 2, JUL-DEZ/2021 - PUBLICAÇÃO SEMESTRAL

SIG REVISTA DE PSICANÁLISE

REVISTA SEMESTRAL DA SIGMUND FREUD ASSOCIAÇÃO PSICANALÍTICA

ANO 10, NÚMERO 2, JUL-AGO/2021

ISSN 2238-9083 VERSÃO IMPRESSA

ISSN 2316-6010 VERSÃO ONLINE

SIG Revista de Psicanálise é uma publicação semestral da Sigmund Freud Associação Psicanalítica e tem como objetivo publicar artigos teóricos e teórico-clínicos, resenhas e entrevistas no campo psicanalítico.

Os direitos autorais de todos os trabalhos publicados pertencem a SIG Revista de Psicanálise.

A reprodução total dos artigos desta revista em outras publicações, ou para qualquer outra utilidade, por quaisquer meios, requer autorização por escrito do editor. Reproduções parciais de artigos (resumo, abstract, mais de 500 palavras do texto, tabelas, figuras e outras ilustrações) deverão ter permissão por escrito do editor e dos autores.

As normas para a publicação e instruções para submissão de artigos estão disponíveis em:

<http://sig.org.br/revista-sig>

VERSÃO ONLINE DA REVISTA EM: <http://sig.org.br/revista-sig>

TIRAGEM: 140 EXEMPLARES | IMPRESSÃO: DEZEMBRO DE 2021

S574 Sig: revista de psicanálise / Sigmund Freud Associação
Psicanalítica. - Vol. 10, n. 19 (jul./dez.2021). - Porto Alegre:
Sigmund Freud Associação Psicanalítica, 2012-

Semestral
ISSN 2238-9083

1. Psicanálise - Periódicos. I. Sigmund Freud Associação
Psicanalítica.

CDU 159.964.2(05)

Bibliotecária responsável: Clarice da Luz Rodrigues, CRB 10/1333.



revista de psicanálise

REVISTA DE PSICANÁLISE
PUBLICADA POR SIGMUND FREUD ASSOCIAÇÃO PSICANALÍTICA

PORTO ALEGRE, RS - BRASIL

2021

SIGMUND FREUD ASSOCIAÇÃO PSICANALÍTICA

GESTÃO 2020/2022

Presidente: Sissi Vigil Castiel

Diretora Administrativa: Martina Dall'Igna de Oliveira

Diretora de Ensino: Elenara Vaz Faviero

Diretora Científica: Débora Marcondes Farinati

Diretora da Clínica Psicanalítica: Luciana Rechden da Rocha

Diretora de Comunicação: Renata Aspar Lima

Secretária do Conselho Deliberativo e Fiscal: Fernanda Dornelles Hoff

SIG REVISTA DE PSICANÁLISE

Editora Responsável: Eneida Cardoso Braga

CORPO EDITORIAL:

Adela Stoppel de Gueller	Edson Luiz André de Souza	Miriam Chnaiderman
Almerindo Boff	Eneida Cardoso Braga	Mônica Medeiros K. Macedo
Ana Lúcia W. dos Santos	Ernani Pinheiro Chaves	Nelson da Silva Júnior
Bárbara de Souza Conte	Eurema Gallo de Moraes	Patrícia Alkolombre
Bianca Savietto	Gabriela Xavier de Araújo	Patrícia Porchat P. S. Knudsen
Carolina N. de Barros Falcão	Julio Bernardes	Paulo Cesar de Carvalho Ribeiro
Charles Elias Lang	Karin Wondracek	Paulo Endo
Cláudia Perrone	Luciana Maccari Lara	Rafael Marucco
Clarice Moreira da Silva	Luís Claudio Figueiredo	Roberta Araujo Monteiro
Cristina L. Saint Martin	Magda Mello	Sérgio de Gouvêa Franco
Christian Ingo Lenz Dunker	Maria Cristina Poli	Sidnei Goldberg
Daniel Kupermann	Marília Etienne Arreguy	Simone Perelson
Débora Farinati	Marina Lucia Tambelli Bangel	Sissi Vigil Castiel
Denise Costa Hausen	Marta Rezende Cardoso	Vera Blondina Zimmermann

COMISSÃO EXECUTIVA:

Camila Reck Ortigara

Carolina de Barros Falcão

Ísis Gonzalez Fossati

Juliana Martins Costa
Rancich

Luiza Tolardo Dal Conte

PROJETO GRÁFICO:

Débora Dutra

*Capa: arte sobre fragmento
da obra de Henri Matisse
(reprodução), Litografia para
a Verve, 1937.

DIAGRAMAÇÃO:

Marconbrasil
Comunicação Direta

*Os textos aqui publicados são de inteira responsabilidade de seus autores.

SUMÁRIO SUMMARY

EDITORIAL/CONTENTS.....7

ARTIGOS/ARTICLES

A CRIANÇA-NO-ADULTO: UMA FICÇÃO NECESSÁRIA.....9

The child-within-the-adult: a necessary fiction

- *Marion Minerbo*

FASCISMO ETERNO E A REPETIÇÃO DO NOVO.....19

Eternal fascism and the repetition of the new

- *Juliana Medeiros*

O CONCEITO DE RESISTÊNCIA NA OBRA DE FREUD E SUA FUNÇÃO NA PSICANÁLISE.....33

The concept of resistance in the work of Freud and its function in psychoanalysis

- *Carla Grazielli de Castro Cesário*

SABEMOS/PODEMOS/QUEREMOS SER SÓS? SUBJETIVAÇÃO E ANÁLISE EM TEMPOS DIGITAIS.....49

Do we know/can we/want to be alone? subjectivation and analysis in digital times

- *Lia Pitliuk*

EM PAUTA/ON THE AGENDA

O ESTRANGEIRO EM PSICANÁLISE: CONTRIBUIÇÕES A PARTIR DAS OBRAS DE NEUSA SANTOS SOUZA E ISILDINHA BAPTISTA NOGUEIRA.....63

The foreigner in psychoanalysis: contributions from the works of Neusa Santos Souza and Isildinha Baptista Nogueira

- *Taiasmin Ohnmacht*

BORDEANDO AS FRONTEIRAS: SOBRE UMA PSICANÁLISE DEFINIDA PELA ALTERIDADE..69

Bordering borders: about a psychoanalysis defined by alterity

- *Luciana Maccari Lara*

ALTERIDADE E ALTERIZAÇÕES NA ESCUTA PSICANALÍTICA DAS DISSIDÊNCIAS SEXUAIS..75

Alterity and alterizations in psychoanalytic listening of sexual dissidences

- *Carolina Neumann de Barros Falcão*

CONVIDADO/GUEST

PSICANÁLISE E RACISMO: IDENTIFICAÇÃO, SUBJETIVIDADE E CORPO NEGRO.....83

Psychoanalysis and racism: identification, subjectivity, and the black body

- *Anne Egídio*

SUMÁRIO

ENTREVISTA/INTERVIEW

ENTREVISTA COM O PSICANALISTA LUIS CLÁUDIO FIGUEIREDO	95
Interview with the psychoanalyst Luis Cláudio Figueiredo	

RESENHAS/REVIEW

A PSICANÁLISE DIANTE DO TERREMOTO PANDÊMICO: TRAVESSIA DE TEMPOS TURBULENTOS	99
---	----

Psychoanalysis facing the pandemic earthquake: crossing turbulent times

- *Adriana Silveira Gobbi*

BRANQUITUDE: O QUE É ISSO? E POR QUE ESTUDÁ-LA?	103
---	-----

Whiteness: what is it? And why study it?

- *Andréa B. C. Mongeló*

Caros leitores,

É com muita satisfação que trazemos a vocês a edição de número 19 da *SIG Revista de Psicanálise*. Dedicção e entusiasmo moveram a equipe editorial neste trabalho que propicia o compartilhar de temas urgentes que tensionam nosso viver e nossa clínica psicanalítica. Nesta edição, temos o privilégio de contar com o artigo de Anne Egídio Hill intitulado “Psicanálise e racismo: identificação, subjetividade e corpo negro” na seção **Artigo Convidado**. A psicanalista nos traz importantes questões como a constituição da subjetividade, identificação, corpo e racismo, marcando a necessidade de que sejam ampliadas e aprofundadas através da circulação no meio psicanalítico brasileiro, para que seja escutada a demanda de uma grande porcentagem da população negra que está à deriva de seus próprios desejos, considerando o abismo racial brasileiro, fruto de um racismo estrutural. A autora dialoga em seu texto com Piera Aulagnier, Frantz Fanon, Virgínia Bicudo, Neusa Santos Souza e outros consistentes intelectuais que nos demandam reflexões e ações urgentes.

Os trabalhos que compõem a seção **Em Pauta** também abordam temas que nos oportunizam a reflexão sobre contradições e complexos conflitos sociais. Em “O estrangeiro em psicanálise: contribuições a partir das obras de Neusa Santos Souza e Isildinha Baptista Nogueira”, Tiasmin Ohnmacht resgata, de forma preciosa, as contribuições teóricas destas autoras negras para a psicanálise brasileira, relacionando o esquecimento de suas obras ao conceito de alteridade em Freud, como modelo de alteridade e/ou submetimento e marginalidade. Luciana Maccari Lara, no artigo

“Bordeando as fronteiras: sobre uma psicanálise definida pela alteridade”, convida-nos a refletir sobre o lugar da alteridade na origem e constituição do discurso psicanalítico, como um eixo fundamental na própria definição de sua teoria e seu método. Em “Bordeando as fronteiras: problemáticas acerca da alteridade nos racismos, nas xenofobias e nas diversidades de gênero”, a psicanalista Carolina Neumann de Barros Falcão problematiza o tema da alteridade nas diversidades de gênero, questionando a escuta psicanalítica em seu alcance e seus limites, ressaltando a importância da escuta do outro considerando as relações de poder envolvidas na construção das subjetividades.

Na seção **Entrevista**, os leitores terão o prazer de uma agradável conversa com o experiente psicanalista Luis Claudio Figueiredo a respeito da transmissão da psicanálise e formação de psicanalistas, perspectivas futuras dos atendimentos remotos e algumas outras questões relacionadas à sua consistente trajetória clínica e de ensino.

Iniciando a seção de **Artigos**, contamos com o instigante trabalho da psicanalista Marion Minerbo, “A criança no adulto: uma ficção necessária”, que parte da reconstrução ficcional da relação entre uma paciente adulta em análise e seu infantil. A preciosa escuta analítica que vai sendo descrita pela autora através de recortes clínicos atuais e imaginários possibilita, de forma muito bela, a evidência das marcas, no adulto, de angústias e defesas infantis que não foram suficientemente elaboradas e que seguem insistindo em aparecer.

Em “Fascismo eterno e a repetição do novo”, Juliana de Azevedo Medeiros nos convoca a olhar para os

temas da identificação, idealização e desamparo, enlaçando-os com “a caracterização plural e contraditória do fascismo eterno e sua vigência atual nos discursos”. Explora essa realidade no contexto brasileiro, questionando “uma repetição mortífera, em que o novo não passa de um passado disfarçado”. Questões necessárias e urgentes, às quais os psicanalistas não podem se furtar a escutar.

“O conceito de resistência na obra de Freud e sua função na psicanálise” é o artigo de Carla Grazielli de Castro Cesário, que nos traz um consistente percurso teórico deste conceito na teoria freudiana, articulando-o com a transferência e com o sintoma. Enlaces potentes que possibilitam aos leitores refletir sobre o paradoxo de a resistência ser ao mesmo tempo obstáculo e instrumento em um processo de análise.

O texto que encerra a seção de artigos, “Sabemos/podemos/queremos ser sós? Subjetivação e análise em tempos digitais”, da psicanalista Lia Pitliuk, brinda-nos com o tema da mediação das tecnologias digitais e as consequentes transformações nos modos de individuação, ressaltando o importante papel da psicanálise na escuta e no acompanhamento da criação de novas formas de vinculação e pertinência.

Já a seção **Resenha** conta com dois textos que promovem importantes reflexões e nos convidam a duas excelentes obras. Em “A psicanálise diante do terremoto pandêmico: travessia de tempos turbulentos”, Adriana Gobbi nos apresenta o livro *Psicanálise e vida cotidiana: desamparo coletivo, experiência individual*, de Ana de Staal e Howard B. Levine. Andrea Mongeló, em “Branquitude: O que é isso? E por que estudá-la?”, traz-nos seus apontamentos sobre a obra *Entre o encardido, o branco e o branquíssimo: branquitude, hierarquia e poder na cidade de São Paulo*, de Lia Vainer Schucman.

Todas as questões trazidas pelos autores são muito relevantes, fundamentais não só para a reflexão como para nortear ações que, afinal, instauram e operam o próprio dispositivo psicanalítico, como ética e alteridade. Uma tarefa muito complexa, mas sempre possível.

Boa leitura a todos!

Eneida Cardoso Braga

Editora Responsável

SIG Revista de Psicanálise

A CRIANÇA-NO-ADULTO: UMA FICÇÃO NECESSÁRIA

THE CHILD-WITHIN-THE-ADULT: A NECESSARY FICTION

Marion Minerbo¹

Resumo: Partindo da reconstrução ficcional da relação entre uma criança pequena (Luizinha) e seu objeto primário, a autora procura mostrar de que modo o infantil infiltra o discurso de uma paciente adulta em análise (Luíza). O tema que aparece de forma recorrente no material clínico de Luíza – fezes e dinheiro – nos remete às angústias e defesas ligadas à analidade que, possivelmente, teria permeado a relação entre Luizinha e seu objeto primário. Essas questões continuam “assombrando” o cotidiano de Luíza, indicando que não puderam ser suficientemente metabolizadas e integradas por Luizinha.

Palavras-chave: O infantil. Escuta analítica. Analidade. Criança-no-adulto. Construções em análise.

Abstract: Starting from the fictional reconstruction of the relationship between a small child (Luizinha) and her primary object, the author seeks to show how the infantile infiltrates the discourse of the adult patient in analysis (Luíza). The theme that recurrently appears in Luíza’s clinical material – feces and money – brings us to the anxieties and defenses related to anality, which have possibly permeated the intersubjective relationship between Luizinha and her primary object. These issues continue to “haunt” Luíza’s daily life, indicating that they could not be sufficiently metabolized by Luizinha.

Keywords: The infantile. Analytical listening. Anality. Child-within-the-adult. Constructions in analysis.

INTRODUÇÃO

A escuta analítica é, do meu ponto de vista, o cerne da formação de um psicanalista. Em muitas situações, contudo, o conteúdo manifesto do discurso do adulto se impõe de tal maneira que a escuta do infantil quase desaparece. Quando as intervenções do analista se dirigem ao adulto, corre-se o risco de passar ao largo das questões nas quais a criança-no-adulto continua enroscada.

Tenho usado o termo criança-no-adulto para englobar tanto o infantil (o inconsciente recalcado) quanto o arcaico (o inconsciente clivado) (Minerbo, 2002, 2016). Uso o termo com hífen para sinalizar que se trata de um construto teórico, e não de um comportamento infantil.

Como sensibilizar a escuta para essa dimensão do psíquico no discurso comum do paciente adulto? Surgiu, então, a ideia de escrever um texto na voz da criança. Como qualquer personagem da literatura, ela mesma nos conta como

¹ Médica, psicanalista, analista didata e docente da Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo. Doutora pela UNIFESP. Autora de artigos e livros, dentre os quais *Neurose e não neurose* e *Novos diálogos sobre a clínica psicanalítica*, ambos pela Blucher. Prêmio Durval Marcondes no Congresso Brasileiro de Psicanálise de 2015. E-mail: marionminerbo@gmail.com

vê o mundo, quais são suas angústias e os enigmas com os quais é confrontada. Chamo isso de ficção baseada em fatos reais porque a construção dessa criança não é aleatória: está baseada numa interpretação do material clínico do adulto.

Na prática há crianças e crianças, cada uma com sua problemática. Neste texto falarei de uma criança específica, Luizinha. Nunca a conheci, porque quem está em análise é Luíza. Mas me parece interessante usar a ficção para mostrar que aquilo que ficou em “resto de integração” – no caso dela, o infantil – persiste pela vida afora. E que, agora que Luíza está em análise, as questões que Luizinha não pôde integrar se manifestam no material clínico.

Vou dar a Luizinha *palavras que ela não tem* para que nos conte o que viveu. Ela vai descrever em que tipo de vínculo primário começou a se constituir como sujeito. Quais experiências desafiaram sua capacidade de metabolização. Que defesas precisou organizar para lidar com essas experiências durante seu processo de subjetivação e como tais defesas darão, mais tarde, forma e inteligibilidade ao mundo mental de Luíza, a paciente que efetivamente está em análise.

Como sabemos, toda criança se depara no vínculo primário com experiências e afetos que não consegue metabolizar, ou que metaboliza parcialmente. Luizinha também; para seguir em frente, precisou encontrar maneiras de lidar com elas. Hoje, tudo o que temos como vestígios dessas experiências iniciais é uma forma constante e coerente de ser e de sofrer: a psicopatologia.

Não há espaço para (nem é meu objetivo) entrar na discussão sobre o que *de fato* aconteceu. Basta dizer que na minha leitura de *Construções em análise* (Freud, 1976f), esse *algo que aconteceu* pode ser intuído e reconstruído pela *imaginação clínica* do analista – contanto que se dê a essa construção o estatuto de *ficção baseada em fatos reais*. Naturalmente, o leitor entenderá que ela serve apenas para orientar a escuta e as intervenções do analista, e não para ser comunicada ao paciente.

Posto isso, na primeira parte deste texto quem fala em primeira pessoa é Luizinha. Sua “fala” aparecerá em itálico, indicando o estatuto acima mencionado. Em um segundo momento, vamos ver de que modo Luizinha continua viva e “assombrando” a vida de Luíza.

Meu objetivo é mostrar como o infantil se infiltra e, de certa maneira, determina o que Luíza escolhe dizer nas sessões. O inconsciente insiste, e todos os caminhos levam a Roma. Ele – o inconsciente – *pauta* o discurso verbal e não verbal do adulto em sessão. É como se o mundo fosse uma espécie de caixa de ludo infinita, e Luizinha escolhesse *exatamente aquilo de que precisa* para expressar o que está à espera – ou melhor, em *demanda* – de elaboração.

Nesse sentido, acompanho Roussillon (1999) quando afirma que o ser humano está submetido a um *imperativo categórico*: tornar-se sujeito daquilo a que foi assujeitado. É por essa razão que podemos confiar totalmente na associação livre, pressuposto sobre o qual repousa nossa prática clínica: o infantil sempre dá um jeito de se manifestar – de forma disfarçada, diz Freud; infiltrando, diz Roussillon, a fala do adulto.

LUZINHA

Eu me chamo Luizinha e tenho três anos. Assim que fiz um ano, mamãe me colocou para fazer cocô no penico. Como eu ainda não estava pronta, foi um sofrimento. Meu corpo não controlava o que saía dos meus buracos, mas

ARTIGO

eu fazia a maior força para conseguir. Fiz de tudo para tranquilizar mamãe e mostrar como eu gosto dela.

Vivo obcecada com esse assunto. Porque é claro que, quando mamãe está angustiada, eu também fico. Mesmo se ela não falasse nada, eu percebia direitinho que tudo ligado ao corpo, e ao que sai dele, a incomoda. Foi assim que o assunto cocô e outras sujeiras do corpo foi ocupando mais e mais espaço na minha mente.

Minhas conversas com mamãe eram quase que só sobre isso: “Então, Luizinha, você conseguiu? Ainda não? Tente mais um pouquinho para a mamãe ficar feliz”. Até nosso cachorro entrou nessa: o Pingo já fez cocô hoje? Vixe... o Pingo vomitou! Quem vai limpar essa sujeira?

Desde que me entendo por gente – digamos, uns seis meses – eu me estressava quando escutava ela bufar a cada vez que tinha que trocar minha fralda. O que será que tem de errado com meu corpo? Por que ela usa a pontinha dos dedos para me limpar? Por que faz essa cara de nojo? Comecei a ficar com vergonha das minhas funções corporais. E quanto mais vergonha, mais ligada nelas eu ficava.

Comecei a sentir que fazer cocô era uma coisa muito errada. Sonhava que era uma bonequinha muito linda que nunca fazia aquela coisa marrom e fedida. Mas às vezes tinha pesadelo: eu tinha produzido uma montanha tão grande que eu e mamãe ficávamos enterradas nela.

Eu me esforçava muito para processar emocionalmente o que percebia. Se ela tem tanto horror ao que eu produzo, vai ver que é porque é horrível mesmo. Ou pior, eu é que sou horrível, já que aquela coisa horrível sai de mim. Meu cocô deve ser muito perigoso, como se fosse material radioativo. Está na cara que tem nojo. Quase vomita quando olha para minha fralda cheia. Até parece que ela mesma não faz cocô, ou que não tem outras secreções que saem do corpo dela!

Pensando bem, reparei que ela toma vários banhos por dia – ouvi ela dizer que não suporta seu suor. Reparei que passa muuuito perfume – que, aliás, eu detesto – porque precisa disfarçar os cheiros do corpo. Uma vez ela vomitou e vi como quase surtou por causa disso. Fala muito sobre sua prisão de ventre, que às vezes vira diarreia. É muito exigente com nossa diarista: por mais que ela se esforce, para mamãe nunca está suficientemente limpo.

Acho que sujeira / limpeza / fedor / perfume / cocô / suor / vômito são os assuntos que ficam martelando na cabeça dela. Quase não vejo ela se divertir: para ela tudo é caro, tudo custa dinheiro, tem que economizar em tudo. É muito pão-dura com ela mesma. Que vida chata, coitada!

Já com os outros, pode acontecer de ser totalmente mão aberta. Finge que não liga para dinheiro. Na verdade, não gosta de “se sujar” com esse assunto. É como se o dinheiro fosse tão sujo quanto cocô.

Não é de admirar que estes mesmos assuntos fiquem martelando na minha cabeça também. Aquilo que podia ser só uma função natural do meu corpo virou um cavalo de batalha entre nós. Uma luta para ver quem tem mais poder, quem manda em quem.

Virei uma menina “do contra”. Basta ela me pedir alguma coisa – começando com o que sai do meu bumbum – que eu digo “não”! Eu também fiquei

pão-dura: só solto o que ela tanto quer de vez em quando. E mesmo assim, só de noite, na fralda, quando não controlo.

Cheguei aos três anos achando que todos vivem dentro de uma bolha fêdida. Mamãe e eu estamos presas nesse horrível mundo marrom. Só temos essa linguagem para demonstrar nossos sentimentos uma em relação à outra. É com essa mesma linguagem que interpreto tudo que me acontece. É com esse código que me relaciono comigo mesma, com as outras pessoas, e com o mundo. Vou te dar vários exemplos disso.

Uma coisa bem boba, mas que serve para mostrar como eu leio o mundo através desse código. “Traduzo” areia como sujeira, então não gosto de praia nem de parquinho, porque não quero me sujar.

Tenho que ter controle total sobre meus brinquedos. Organizo por cor, por tamanho, coloco tudo em fila, cada coisa no seu lugar. Passo um tempão arrumando porque, para mim, bagunça é uma espécie de sujeira.

Virei pão-dura também com os meus brinquedos. Na minha cabeça, brinquedos preciosos = cocô precioso. Não quero emprestar para meus amiguinhos porque, como mamãe, eles podem querer roubá-los de mim. Vai ver que é por isso que ninguém mais quer brincar comigo.

Por outro lado, amo brincar com argila. Porque você sabe, o outro lado do horror à sujeira é o fascínio por ela. Adoro mexer naquela massa meio pastosa, lambuzar minhas mãos, e dar a ela a forma que quiser. É o melhor jeito de domesticar o nojo que tenho “dele”. Brincando, transformo o nojo gigante, daqueles de vomitar, num simples nojinho divertido.

Como disse, perdi a naturalidade. Fui ficando com vergonha de mim mesma e do funcionamento do meu corpo. Tenho vergonha de tudo que pode escapar dele sem que eu consiga controlar. Morro de vergonha de fazer pum e de arrotar; de mastigar e de vomitar. E até de pedir para ir ao banheiro, porque as pessoas vão saber o que fui fazer lá.

Resumo da ópera: tenho medo de que me achem suja e sintam nojo de mim. Acho que a cara que mamãe fazia quando trocava minhas fraldas continua me assombrando feito um fantasma.

Observo outras crianças e vejo que elas têm preocupações bem diferentes das minhas. Odeiam arrumar seus brinquedos. As meninas adoram tudo o que brilha. Ninguém está nem aí com o que sai de seus corpos, e/ou seus equivalentes. Deve ser maravilhoso!

Quando vejo isso, tenho medo de crescer sem conhecer esses outros mundos, sem experimentar essas outras maneiras de viver. Quero conseguir emprestar meus brinquedos, e ter amigos, e ir à praia, e me lambuzar de tinta, e não me importar com a bagunça do meu quarto. Curtir a vida, em vez de ficar presa com mamãe nesse assunto.

Mamãe não entende por que motivo, aos três anos, ainda entro em pânico quando vejo um penico. Ela acha que é só para provocar; fica brava comigo; me obriga a ficar sentada no trono por horas. Já faz muito tempo que vivemos emboladas, em pé de guerra. A verdade é que nós duas sofremos muito e não estamos conseguindo sair disso sozinhas.

Assim que puder vou querer fazer uma boa análise!

A TEORIA BROTA DA CLÍNICA; A TEORIA ILUMINA A CLÍNICA

Não custa repetir que Luizinha é uma ficção baseada em fatos reais. É uma reconstrução imaginária realizada a partir da interpretação do material clínico da análise de uma paciente adulta.²

O leitor terá reconhecido, encarnada na “fala” dessa criança de três anos, uma das pedras fundamentais do edifício teórico da psicanálise: a ideia de que o sintoma (neurótico) é a melhor solução que o psiquismo conseguiu dar – no caso, uma solução defensiva – a um conflito que produz angústia (Freud, 1976a). Terá reconhecido também as teorias freudianas sobre o erotismo anal infantil e suas vicissitudes (Freud, 1976c; 1976d): Luizinha nos contou que está “fixada” em um universo emocional ligado à analidade e mostra um comportamento retentivo, de oposição, formações reativas, etc.

Mas o leitor reconhecerá igualmente na “fala” de Luizinha uma diferença significativa com relação ao Freud dos primeiros tempos: minha abordagem é *radicalmente intersubjetiva*, ou seja, eu incluí em minha construção elementos hipotéticos ligados ao inconsciente materno.

Nesse sentido, me alinho com os vários autores que se debruçaram sobre a transmissão transgeracional da vida psíquica (Kaës, Faimberg, & Enriquez, 2001). O leitor reconhecerá também a presença de *significantes enigmáticos* (Laplanche, 1988). Aos três anos a “narradora” se pergunta qual o sentido de sua mãe tomar vários banhos por dia, do excesso de perfume, do braço de ferro em torno do controle esfinteriano, do horror à sujeira, etc.

Na minha hipótese, ela não viveu situações traumáticas que colocam em risco o ser e o existir, impedindo a separação sujeito-objeto, e sim situações enigmáticas ligadas ao sexual infantil da mãe. Frente a elas, Luizinha se organizou em torno de defesas predominantemente neuróticas, como veremos no material clínico a seguir.

Na bela e já clássica imagem de Laplanche, esses significantes funcionam como o grão de areia que irrita a ostra, resultando na produção da pérola. Luizinha realiza intenso trabalho psíquico e produz uma verdadeira “pérola”: do seu ponto de vista, tudo que diz respeito à analidade é errado, vergonhoso, e precisa ser banido “para que mamãe não se angustie”. São as conclusões possíveis para esta criança.

O problema é que, desde então, tais “teorias” anacrônicas – Freud (1976e) as chamava de teorias sexuais infantis – não foram revisitadas. Luíza busca análise em função de limitações determinadas por esse anacronismo.

LUÍZA

Nesta segunda parte do texto, gostaria de mostrar que Luizinha continua viva em Luíza. Luizinha é, por assim dizer, o inconsciente recalcado de Luíza. Quem abre a boca e emite as palavras é a adulta, *mas é a criança-no-adulto que pauta Luíza*. Para desatar o nó que emperra a vida de Luíza será preciso que ela faça uma releitura, uma resignificação de seu passado.

Trago agora três fragmentos da análise de Luíza para ilustrar de que modo as angústias ainda vivas em Luizinha determinam seu discurso. A dificuldade é que a linguagem, os temas e os afetos da criança se misturam – *se infiltram* – na linguagem, nos temas e na vida afetiva da adulta.

Como, então, podemos saber que Luizinha está lá? Primeiro, pela repeti-

ção de um mesmo tema, indicando que algo continua demandando elaboração e integração. Segundo, porque pensamentos, afetos e comportamentos de Luíza soam bizarros, a menos que sejam escutados e entendidos como expressões do infantil.

FRAGMENTO 1

Luíza chega para a análise há muitos anos. Se acha estranha. Não consegue se relacionar com os homens porque não se imagina saindo para jantar com alguém. Tem muita vergonha de ficarem restos de comida nos seus dentes sem que ela perceba. Ela falando e sorrindo, e aquela coisa nojenta está lá grudada no dente da frente. E se quiser ir ao banheiro? Morreria de vergonha de ter que se levantar para isso no meio do jantar. (Ela não chega a dizer explicitamente, mas dá a entender que o que a perturba é imaginar que seu interlocutor tem nojo dos restos de comida nos dentes, ou do que ela foi fazer no banheiro). Luíza percebe que sua vida amorosa está impedida, mas não entende de onde lhe vem isso.

Usando o método desenvolvido por Freud em *A interpretação dos sonhos* (Freud, 1976b), não é difícil interpretar “restos de comida nos dentes que dão nojo” como “restos de fezes”. Graças ao mecanismo psíquico conhecido como *deslocamento*, a intensidade afetiva ligada às fezes recobre os supostos restos de comida a ponto de impedir um jantar. O afeto no qual estas duas representações estão embebidas é o mesmo: o nojo. *É ele, o nojo, que nos permite transitar entre o universo adulto e o infantil.*

Da mesma forma, a escuta analítica reconhece que o rapaz é o suporte transferencial de uma figura que pertence ao universo psíquico de Luíza. Como em um sonho (a cena nunca existiu), tudo se passa como se ele visse os detritos “faiscando” como luzes vermelhas e reagisse com nojo – e ela, com vergonha. Obviamente, Luíza não sabe “de onde lhe vem isso”; não sabe que essas imagens emergem diretamente do universo fantasmático de Luíza.

Para qualquer adulto bastaria limpar o dente, ou pedir licença para ir ao banheiro. Se para Luíza nada disso é evidente é porque Luíza está lá, viva, assombrando nossa paciente. O universo infantil da analidade (detritos, excrementos visíveis, nojo) penetra a consciência “disfarçado”, travestido de linguagem adulta (jantar com um rapaz, resto de comida nos dentes, levantar-se para ir ao banheiro).

Como foi dito, Luíza é o inconsciente de Luíza. O infantil produz efeitos reais e concretos em sua vida e pauta seu comportamento: ela não pode sair para jantar com um rapaz.

Se não fosse isso, ela poderia imaginar o rapaz dizendo algo como: “Tem um *verdinho* no seu dente de cima. Um pouco mais para a esquerda. Isso”. Luíza limparia o dente e os dois continuariam bebericando seu vinho e trocando olhares. Como isso é impossível para ela, podemos construir a hipótese de que ela se identificou com uma figura que tem questões com os detritos produzidos pelo corpo, e agora a projeta no rapaz. É apenas uma hipótese que, no entanto, vai ganhando corpo com outros fragmentos clínicos.

FRAGMENTO 2

Luíza conta uma situação cheia de detalhes sobre como ela tenta impedir o padrasto de ter acesso ao dinheiro da herança da família. A mãe se recusa a, ou não sabe como, mexer nesse assunto delicado. Sobra para Luíza lidar com isso, o que acaba criando um climão na família. Irritada, a mãe afirma que, por ela, abre mão da herança, porque não se importa com dinheiro. E acusa Luíza de só pensar em dinheiro.

ARTIGO

A analista confirma que, de fato, Luíza fala em dinheiro o tempo todo. E acrescenta que, nesses muitos anos de análise, a cada vez que tenta fazer um reajuste – mesmo que mínimo – é uma guerra. Não é que Luíza não tenha dinheiro. É que economiza cada centavo. Está juntando dinheiro para ir morar em outro país. Mas esse parece ser um traço de seu caráter, presente mesmo antes de esse projeto ter surgido.

Na minha interpretação, esse fragmento traz um elemento novo: a mãe não quer “se sujar” com o assunto dinheiro, não se importa com a herança, abre mão dela e acusa a filha de só pensar “naquilo”. Considerando a já mencionada aproximação entre fezes e dinheiro (Freud, 1976c; 1976d), esse material sugere um *recalque* importante no campo da analidade por parte da figura materna.

Luizinha “descreve detalhadamente” o *molde emocional* em que representações ligadas à analidade são angustiantes para a mãe – e em consequência, para ela – e precisam ser recalçadas. Ao se subjetivar nesse molde, o que era recalque na mãe se transforma em “obsessão” na filha. Luíza acaba por apresentar o mesmo comportamento, só que em negativo. Vemos aqui como se constituem as identificações complementares que serão internalizadas.

A sessão em que Luíza conta como tentou evitar que o padrasto se apropriasse da herança da família é apenas uma entre mil em que o tema *dinheiro e seus correlatos* aparece. Há outros exemplos. Ficou indignada quando tentou alugar um apartamento e, em vez de fiador, pediram para que comprovasse sua *renda* mostrando sua Declaração de Imposto de Renda. Em outra situação, tinha que confrontar a pessoa com quem dividia seu apartamento, pois ela se *apropriava* de seus cremes preciosos e caros. Em outra, ainda, o namorado respondia “não” a todas as opções que Luíza lhe oferecia em relação a um determinado assunto; vemos aqui o comportamento de *oposição anal* da criança-no-adulto. Enfim, são muitas as maneiras pelas quais Luizinha vai expressar, em linguagem adulta, o que continua presente como um resto não metabolizado.

FRAGMENTO 3

Luíza foi trabalhar como *baby-sitter* para ganhar um dinheirinho. Tem que cuidar de uma criança pequena durante três horas. Descobre que não tem ideia de o que fazer. Vai passear no parque: pronto, foi uma hora. Vai dar comida: pronto, outra hora. Não sabe como matar a terceira hora. Em seguida comenta que, ao conseguir esse trabalho, nunca imaginou que incluía trocar fraldas. Não tem ideia de como fazer isso. Tem nojo de limpar cocô.

(A analista que conta o caso no ateliê clínico estava falando de outro assunto quando esse fragmento, que pertence a outra sessão, retorna como associação livre. Esta, certamente estimulada pelo pensamento clínico que vinha sendo elaborado, mostra como ela reconhece esta nova peça como parte de um mesmo tema).

Como sabemos, o inconsciente insiste: Luizinha não brinca em serviço. Ficamos sabendo que nunca passou pela cabeça da paciente que, ao cuidar de uma criança pequena por algumas horas, teria de trocar fraldas. A surpresa de Luíza soa estranha à escuta analítica. O que Luizinha está tentando nos contar em linguagem adulta?

Esse fragmento traz, num novo contexto, dois temas já vistos anteriormente: a mãe que não quer pôr a mão na massa e se sujar com dinheiro (aqui é a paciente que não vai escapar de “pôr a mão na massa” e trocar fraldas); e o hipotético rapaz que teria nojo de ver restos de comida em seus dentes (ela com nojo do cocô). Só que com uma *inversão importante*: aqui é Luíza, e não o seu objeto (representado pelo rapaz ou pela mãe), que tem uma relação complicada com as fraldas da criança que está sob seus cuidados. Agora ela está no papel da mãe, e a criança de quem ela tem de cuidar representa a própria Luizinha.

A *surpresa* de Luíza sugere que ela está identificada ao aspecto que foi *recalcado* pela figura materna, tal como vem aparecendo em vários fragmentos do material clínico. Tudo se passa como se a mãe de Luizinha tivesse *esquecido* que sua bebê tão fofinha e cheirosa também faz cocô.

A analista reconhece que essas questões estão presentes na transferência. A analista mencionou a dificuldade em tratar de honorários com Luíza. Um ato falho ilustra bem a dinâmica “extorquir/ser extorquida” – angústia característica da analidade – que dá o tom a esse campo transferencial. Na data combinada, Luíza havia feito uma proposta de reajuste que a analista aceitou. Depois de vários meses pagando os novos honorários, ela “se esqueceu” do acordo e voltou a pagar o valor antigo. A analista, por sua vez, levou um bom tempo até consultar seu saldo bancário e descobrir o “equivoco”.

Em certo momento no ateliê em que discutíamos o caso, quando a compreensão do universo mental de Luizinha já estava mais clara, a analista associou com a seguinte cena. A analista estivera ausente por conta de licença-maternidade. Luíza volta ao consultório. Observa o ambiente, e de todos os mil comentários que poderia fazer, Luizinha *faz com que Luíza diga*: “você esqueceu de colocar aquele cheirinho gostoso que tinha aqui”. A expressão “cheirinho gostoso” cheira a uma formação reativa típica do universo anal.

FINALIZANDO

Duas palavras sobre como as hipóteses aqui esboçadas – incluindo a construção imaginária do universo intersubjetivo em que Luizinha se constituiu – podem orientar as intervenções do analista. Mas primeiro gostaria de ressaltar a diferença entre conversar com Luíza ou com Luizinha:

Quando se visa a falar com a adulta, a tendência é optar por uma conversa “sobre a realidade” da situação descrita. Por exemplo, sobre como ela lidou com a situação do padrasto e da herança.

Por outro lado, conversar com a criança (com *esta* criança) é mapear, dirigir-se a, ou simplesmente interpretar, a fantasia inconsciente. Idealmente, a intervenção deveria ser suficientemente insaturada (Bion, 1967) de modo que seja possível dirigir-se simultaneamente a Luíza e a Luizinha.

O objetivo é dar corda ao processo associativo, ajudar Luíza a transformar as cenas que ela descreve em palavras, e a elaborar as experiências inconscientes que estão sendo transferidas para a situação atual.

Imaginando intervenções possíveis:

Depois do *Fragmento 1* (sobre os restos de comida nos dentes), uma interpretação poderia ser algo como: “sentiria vergonha como se estivesse com restos de cocô nos dentes!”. Ou então: “... imaginar alguém com nojo da sua boca, como se fosse um ânus”.

Depois do *Fragmento 2* (sobre a mãe que não liga para dinheiro), o analista poderia dizer “se recusar a pôr a mão na massa por achar que dinheiro é sujo”. Ou então: “quando você disse que sua mãe não gosta de falar de dinheiro me lembrei como esse assunto é difícil aqui entre nós”.

Depois do *Fragmento 3* (sua surpresa quando lembrou que tinha que trocar fraldas), uma intervenção possível seria: “esqueceu que bebês fazem cocô?”. Ou então: “bebês tão fofinhos podem ser tão fedidos!”.

ARTIGO

A reconstrução imaginária de Luíza se deu a partir da escuta e da interpretação do material da análise de Luíza. Escolhi inverter a ordem e colocar a reconstrução antes do material clínico para deixar clara a ideia de que o universo mental da criança *se infiltra e determina* o que o adulto “escolhe” dizer em sessão. “Escolhe” entre aspas porque, como mostrou Freud, é o infantil que tem as rédeas da associação livre em suas mãos.

NOTA

2. Trata-se do material clínico de uma supervisão. Agradeço à colega pela autorização para publicação.

REFERÊNCIAS

- Bion, W. (1967). **Elementos de psicanálise** [Elements of psycho-analysis]. Rio de Janeiro: Zahar.
- Freud, S. (1976a). **As neuropsicoses de defesa** (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, Vol. 3). Rio de Janeiro: Imago.
- Freud, S. (1976b). **A interpretação dos sonhos** (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, Vol. 5). Rio de Janeiro: Imago.
- Freud, S. (1976c). **Três ensaios sobre a teoria da sexualidade** (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, Vol. 7). Rio de Janeiro: Imago.
- Freud, S. (1976d). **Caráter e erotismo anal** (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, Vol. 9). Rio de Janeiro: Imago.
- Freud, S. (1976e). **Sobre as teorias sexuais das crianças** (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, Vol. 9). Rio de Janeiro: Imago.
- Freud, S. (1976f). **Construções em análise** (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, Vol. 23). Rio de Janeiro: Imago.
- Kaes, R., Faimberg, H., & Enriquez, M. (2001). **Transmissão da vida psíquica entre gerações**. Casa do Psicólogo: São Paulo.
- Laplanche, J. (1988). **Teoria da sedução generalizada**. Artes Médicas: Porto Alegre.
- Minerbo, M. (2012). **Transferência e contratransferência**. Blucher, São Paulo.
- Minerbo, M. (2016). Transferência. In M. Minerbo. **Diálogos sobre a clínica psicanalítica**. Blucher: São Paulo.
- Roussillon (1999). **Agonie, clivage et symbolization**. PUF: Paris.

FASCISMO ETERNO E A REPETIÇÃO DO NOVO

ETERNAL FASCISM AND THE REPETITION OF THE NEW

Juliana Medeiros¹

Resumo: Este trabalho apresenta a relação do fascismo eterno com o contexto brasileiro, em que a realidade é atacada e as relações violentas são enaltecidas. Os discursos saudosos são frequentes, concomitantemente às promessas de um novo que fará o resgate da crise. A vivência do desamparo, da onipotência e do que não é mediado pela satisfação pode contribuir com marcas no sujeito que busca substitutos que amparem: o líder e a massa, vinculados pela idealização. A hostilidade é colocada para fora da massa, recebendo a agressão da indiferença e da desumanização. Este artigo questiona uma repetição mortífera, em que o novo não passa de um passado disfarçado.

Palavras-chave: Desamparo. Líder. Massa. Repetição. Psicanálise.

Abstract: This article presents the relationship of the eternal fascism with the Brazilian context, in which reality is attacked and the relations grounded in force and violence are praised. The nostalgic discourses related to the past are frequent, and coincide with promises of something new that will redeem the current crisis. The perception of being unsupported, omnipotence and the unsolved can contribute with marks on a subject that permanently search for a replacement shelter: the leader and the crowd, linked by identification and idealization. The human hostility predicted is externalized from the crowd (us) to "them", the group that receives an aggression based on the indifference and dehumanization. Therefore, this article questions a deadly repetition, in which the new is nothing but a disguised past.

Keywords: Helplessness. Leader. Crowd. Violence. Repetition. Psychoanalysis.

Para que minha casa funcione, exijo de mim como primeiro dever que eu seja sonsa, que eu não exerça a minha revolta e o meu amor, guardados. Se eu não for sonsa, minha casa estremece. Eu devo ter esquecido que embaixo da casa está o terreno, o chão onde nova casa poderia ser erguida. Enquanto isso dormimos e falsamente nos salvamos (Lispector, 1986).

INTRODUÇÃO

Este trabalho, com o objetivo de, por meio da psicanálise, pensar os discursos e as ações atuais que possam estar atravessados pela política fascista, foi dividido em cinco tópicos. Na introdução, serão apresentadas as características do fascismo. Em sequência, se pensará sobre a flexibilidade do conceito de fas-

¹ Psicóloga, psicanalista em formação e membro associado da Sigmund Freud Associação Psicanalítica.
E-mail: julianamazevedo@hotmail.com

cismo e seus múltiplos entendimentos. Logo, serão expostos os possíveis ruídos das marcas do desamparo e da onipotência no sujeito, bem como a busca por substitutos, desencadeando o quarto tópico, em que será discutida a formação do líder e da massa. No último tópico, será pensada a violência da massa em relação aos outros e à sua repetição.

Começarei expondo diferentes características para descrever certa conjuntura. O primeiro elemento que apresento é a existência do culto à tradição. De um lado, existe um passado mitificado, idealizado e glorioso. Do outro, um desejo de retorno a esse lugar cuja pureza foi tragicamente destruída. Há, inegavelmente, uma repetição de conteúdo nessas mitificações, pela qual se aspiram os tempos de glória e a soberania de específicos modelos de existência, como, por exemplo, da família patriarcal. A invenção de um passado idealizado envolve o apagamento de realidades inconvenientes, exemplificado por uma manifestação recente, em Porto Alegre, na qual civis pediam o retorno da Ditadura Militar como se a realidade de inúmeras pessoas desaparecidas e mortas fosse negada. O mito é criado, rompem-se as emoções de nostalgia, tornando-as motoras para a execução dos ideais propostos. Ideais que planejam resgatar esse contexto de uma crise responsável pelo declínio de tal glória. Ao mesmo tempo que se deseja o passado, de modo algum é o passado histórico real que é, de fato, desejado.

Os espaços de produções de saberes, de informações e de linguagens são constantemente agredidos, de modo que um único ponto de vista é legitimado, restando como únicas sustentações das relações a lógica de poder e identitária. As instituições de ensino são menosprezadas como fontes de conhecimento, tornando-se reconhecidas como organizações que divulgam planos ideológicos, como o abandono dos valores tradicionais, sob a aparência de pesquisa. Assim, se reduz o debate a um conflito ideológico, e a educação, que antes poderia tornar-se uma notória ameaça a esse contexto, passa a ser instrumento de sustentação de tal conflito.

É inegável que existe um desafio em propagar uma conjuntura que irá prejudicar um grande grupo de pessoas. Sendo assim, revela-se a função da propaganda em distorcer a realidade, colocando-a em constante suspeita. As teorias da conspiração tornam-se a moeda de troca nas relações, fazendo com que os sujeitos se deparem com a falta de uma realidade comum que sirva de sustento para que suas próprias vozes ecoem. O medo e a raiva são instalados no lugar do debate. A repetição das irrealidades faz parte do processo que desordena os espaços de informações, e o sincretismo que ocorre nessa situação permite que as combinações de diversas crenças e práticas contraditórias sejam não apenas toleradas, mas justificadas. Por mais que, de fato, exista nesse contexto uma crise, o entendimento desta é criado, assim como os responsáveis por esta também.

Com a frustração decorrente da crise, assim como o clima de desconfiança instaurado em relação às instituições e aos próprios pares, encontra-se alívio em uma figura de confiança, o líder. Esse representante, em suas declarações, desfruta do poder de substituir a realidade e a autoridade para que todas as suas ações sejam incontestavelmente justificadas, sem que se exijam quaisquer reflexões. Nessa configuração, o sincretismo não aceita críticas, pois questionamentos concedem a possibilidade de ampliar o pensar e, conseqüentemente, de gerar distinções. O desacordo não é admitido como avanço, mas como traição, pois é um indicativo de diversidade. Esta, por sua vez, não pode ser tolerada quando se deseja manter o medo da diferença.

ARTIGO

A hierarquia, nesse cenário, é interpretada como consequência da própria natureza, portanto negá-la seria equivalente a contrariar uma lei natural, que estabelece ordem e classificação. Os traços que se apresentam como mais acentuados são a busca da hegemonia e a divisão. Estas são capazes de manifestarem-se de formas impetuosas ao conseguirem fragmentar uma população numerosa entre “Nós” e “eles”. “Eles” são perigosos e fazem com que “Nós” necessitemos de proteção e, por vezes, de força para atacá-los e, assim, mantendo a salvo a integridade do grupo. “Nós” como os cidadãos legítimos, “eles”, os criminosos. “Nós” representantes do imaculado, dos trabalhadores que conquistaram e ainda conquistam tudo pela luta e mérito. “Eles” são indolentes, sustentam-se à custa dos bens que “Nós” produzimos.

Qualquer prosperidade que se efetua nos grupos minorizados faz com que surjam sentimentos de vitimização na população dominante, sensações estas que o líder utiliza como dispositivo para a criação de uma noção identitária de grupo. Noção que pode amparar-se em diversos componentes, como na cor da pele, na religião, na tradição, na origem étnica. Seja qual for o caso, há sempre uma confrontação com um “outro”, contra o qual a nação se define. São esses “outros” que, por serem os inimigos, fornecem uma identidade e união ao grupo dominante, que se sente humilhado por “eles”. Assim, a violência, agora purificadora e redentora, ocupa papel central nas práticas dessas relações, entre as quais se deseja a eliminação do outro que assombra. Esse contexto baseia-se em um “populismo qualitativo”, contrário a uma conjuntura em que a decisão da maioria é outorgada. Nessa política, os indivíduos isolados não têm direitos e a população é compreendida como uma qualidade, ou seja, uma única entidade que retém um único desejo, o qual é interpretado e apresentado pelo seu líder.

O cenário apresentado até o momento foi um recurso para exhibir as típicas características e estratégias das políticas fascistas propostas pelos filósofos Jason Stanley (2018) e Umberto Eco (2020). Eco apresenta o sistema nomeado de “fascismo eterno”, no qual exhibe tais características apresentadas, que, por vezes, se contradizem, mas são típicas nas formas de fascismo. A presença de uma delas já é o suficiente para que se vislumbre uma névoa fascista, mesmo em um regime teoricamente democrático.

A FLEXIBILIDADE DO CONCEITO

De fato, como relembram Singer et al. (2020), não existe um único entendimento entre os estudiosos sobre a definição de fascismo, sendo este um tema que causa acaloradas discussões. Em parte, pode-se encontrar explicação para a proporção de tais desacordos na própria etimologia do fenômeno que expressa confusas identificações. O fascismo italiano, conhecido como fascismo clássico, foi apresentado como contrarrevolucionário com práticas e ideias reacionárias. Gerava suspeita em relação ao mundo intelectual e flertava com a tecnologia, declarava-se antiliberal e mantinha relações íntimas com as elites. Havia uma retórica salvadora e pregava a violência, discursava sobre o povo, mas este era impossibilitado de expressar os seus próprios discursos. Leandro Konder (1979) nomeia essas contradições de flexibilidade ideológica, situação em que ocorrem a supressão da teoria e a exaltação da ação, resultando, do relativismo presente no discurso, a captura de diferentes sujeitos.

Frederico Finchelstein (2020) identifica o fascismo como uma política não democrática, autoritária de extrema direita, que incentiva a violência e a

intolerância contra as diferenças. Para o historiador, é possível a analogia entre os fascismos europeus e suas manifestações latino-americanas, desde que não se negligencie a diferença existente entre os contextos históricos, políticos e sociais. Assim, o fascismo pode apresentar-se simultaneamente em três formas: ideologia, movimento, e, eventualmente, regime. Apesar de a literatura sobre fascismo ser extensa e contraditória, destaco Eco (2020), que entende que um regime não precisa ser como o do Mussolini para ser reconhecido como fascista, pois, quando há a repetição de práticas e ações que sustentam determinada circunstância, o fascismo pode ser eterno.

O contexto brasileiro tem sido cenário de conflitos que se proliferam por meio de discursos e ações de ódio. Há exclusão de uma parcela da população que não ocorre de forma oculta, mas que é explicitamente esbravejada: “Ou as minorias se adequam ou simplesmente desaparecem”. A violência é legitimada e os gestos de armas, que a ela fazem referência, banalizados. O cenário de uma pandemia mundial torna-se palco para o desamparo alheio, em que os sujeitos não são escutados e protegidos pelo Estado, que se irresponsabiliza de seus compromissos com um ruído e constante “E daí?”. A ciência promove balbúrdia. O vírus que mata é desmentido e as mortes são apenas números manipulados.

Este trabalho não tem como objetivo elucidar a complexa (porém indispensável) discussão teórica sobre a natureza do fascismo, assim como a sua organização brasileira representada pelo integralismo. Entretanto, deseja-se, usando da psicanálise como instrumento, pensar os discursos e as ações atuais que possam estar atravessados por essa política. Neste momento histórico é inevitável refletir sobre essa temática para que se consiga abrir novos caminhos de compreensão sobre as violências e os sofrimentos atuais. A partir desse contexto de ações do Estado, da brutalidade, dos pactos perversos, dos “E daí”, da exclusão, das promessas, do mito, da banalização do sofrimento, escrevo o meu primeiro trabalho da formação psicanalítica, assim como descubro e penso sobre o papel da escuta.

OS RUÍDOS DAS MARCAS DO DESAMPARO E DA ONIPOTÊNCIA

Sigmund Freud, em *O mal-estar na civilização* (1996e), destaca a mudança de concepção sobre o processo psíquico do esquecimento: da existência de uma aniquilação do resíduo mnêmico para a preservação de tudo o que ocorre na vida mental e a possibilidade de estes materiais serem trazidos à luz. Assim sendo, pode-se pensar que o sentimento de um ego rudimentar, diferente do ego adulto, não é aniquilado. Freud (1996c) aponta a presença de um desamparo psíquico experimentado no momento em que o ego ainda encontra-se imaturo. E que, apesar de existir uma tendência de as angústias mais antigas perderem a sua força à medida que o ego se desenvolve, estas têm também possibilidade de se manifestarem em um período posterior e, assim, entrarem em ação provocando angústia ao ego.

O desamparo, por Joel Birman (2003), é tomado como provedor de significativas marcas no sujeito. Esse momento, que é estruturante na construção do psiquismo, faz parte da experiência humana universal que evidencia a fragilidade estrutural dos sujeitos e a dependência de um outro para que haja a possibilidade de constituição de um aparelho psíquico. Em 1895, no *Projeto para uma psicologia científica*, Freud (1996f) diz que a experiência de desamparo é

ARTIGO

relacionada à vivência de satisfação no recém-nascido, em que é fundamental a presença de um outro responsável por exercer a ação específica, garantindo a sobrevivência do bebê e possivelmente pondo fim à tensão interna. Quem realiza a função materna que acolhe a criança dos perigos externos e internos torna-se o primeiro objeto amoroso onipotente. Em seguida, este objeto é substituído por um terceiro, a figura de um pai, que também protege, mas concomitantemente ameaça (Freud, 1996d).

Faz parte também da experiência de satisfação do recém-nascido a revivência narcísica dos pais que colocam o bebê em posição de “Sua Majestade” atribuindo todas as perfeições à criança, e permitindo com que ela tenha a favor de seu próprio narcisismo a renúncia das exigências culturais em benefício do seu próprio prazer. Esse tempo estruturante para a constituição do Eu é conhecido por ser a formação da instância de ego ideal. Segundo Jean Laplanche e Pedro Pontalis (1988), ego ideal é um “ideal narcísico de onipotência forjado a partir do modelo do narcisismo infantil”. O sujeito vê-se esforçando-se para renunciar a esse tempo de perfeição narcísica de sua infância, visto que há uma dificuldade psíquica de abandonar uma satisfação experimentada que moveu quantidade significativa de libido. O homem conta com o seu próprio julgamento crítico e as demandas do externo para instaurar a busca de substitutos do seu narcisismo infantil por meio do qual ele era seu próprio ideal (Freud, 1996h).

Da mesma forma, a segunda teoria das pulsões dispõe de grande importância para pensar no desamparo do sujeito na medida em que a presença impetuosa da pulsão de morte revela a existência no psíquico do não representado. Ou seja, da pulsão não alcançada pela inscrição de satisfação mediada pelo objeto. O sujeito se vê inundado pela pressão incessante de forças pulsionais. Portanto, na experiência do desamparo, o trabalho do indivíduo torna-se o de compor novos circuitos para administrar satisfatoriamente as intensidades que lhe atravessam e, com isso, criar diferentes derivações simbólicas para os excessos (Birman, 2003).

Em contrapartida à pulsão de morte, há na pulsão de vida uma relação entre a libido do ego e a libido objetal, na qual, quando uma é mais utilizada, a outra esvazia-se, caracterizando uma organização contínua do sujeito. O exemplo proposto por Freud (1996h) é do apaixonamento. Tal satisfação demonstra a acentuação do investimento objetal, em que, por determinado tempo, o sujeito parece abdicar do seu próprio eu.

A abdicação do narcisismo primário e o direcionamento da libido para um ideal do ego externo se fazem necessários para o desenvolvimento psíquico. Assim, possibilita-se a busca por objetos, proporcionando o encontro com a alteridade e afastando o sujeito da posição de ego ideal. Se essa tramitação é impedida, como no caso da melancolia, o ego, impossibilitado do encontro com os objetos externos, torna-se o seu próprio objeto de satisfação (Calheiros, 2014).

É importante pensar no processo de idealização, proposto por Freud (1996h), em que o objeto é exaltado e glorificado no psiquismo do indivíduo. Conforme Calheiros (2014), a idealização ocorre também nas vinculações da melancolia, em que o sujeito, incapaz de contar com seu próprio ideal e com a intenção de alcançar a perfeição narcísica perdida, coloca o objeto no lugar de ideal. Dessa forma, há uma renúncia por parte do ego da libido narcísica, pregando os investimentos em um objeto alienante.

Articulando as ideias apresentadas até o momento, em que há uma tendência do psiquismo de regressar aos tempos de intenso investimento libidinal, retomamos o que Eco (2020) anuncia sobre o “fascismo eterno”, em que existe um desejo de retorno ao passado perdido e idealizado, ainda que nós não sejamos capazes de explicar o que há nele. Então, o que há nele? Para onde desejamos retornar? Para a escravidão em que negros e indígenas eram desapossados de suas condições de sujeitos e situados como mercadorias? Aos tempos de ditadura, quando pessoas eram torturadas? Para quando os direitos humanos não eram assegurados pela Constituição? Quando as mulheres não tinham o direito ao voto? Para quando as piadas preconceituosas eram “só brincadeiras inofensivas”? Ou, para aquele momento em que nós, no lugar da onipotência, não nos sentíamos desamparados? Aquele tempo em que nos víamos em uma cena narcísica de completude segurando nossas coroas de majestades, e soltá-las agora ainda não nos parece opção.

Seria, então, o discernimento da nossa fragilidade, mortalidade e vulnerabilidade que nos provoca uma busca incessante por substitutos para lidar com essas marcas do desamparo e da onipotência? Diante da percepção de uma crise sobre a qual não se tem controle, a frustração e as emoções nostálgicas são motoras para a busca no exterior do ideal do Eu, mas o que acontece com o ideal que não é satisfeito? E o que ocorre quando o desamparo é negado e não transformado em recurso? Freud (1996d; 1996e) formula que é a defesa contra o desamparo infantil, o medo e, ao mesmo tempo, a intensa necessidade de proteção do pai, a busca por substitutos e o amedrontamento de um “poder superior do Destino” que incentivam a busca pela religião, e que incentivam o que nos interessa neste trabalho: a necessidade de um líder. Assim, é possível pensar em um arquétipo infantil que de forma alguma é cessado, no qual o homem está fadado à condição de desamparo que denuncia a sua dependência inevitável e, também, viabiliza entender a formação de relações com outros, em que ocorrem renúncias pulsionais, mas se evita o temor que o desamparo causa.

A FORMAÇÃO DA RELAÇÃO DE LÍDER E DA MASSA

O fascismo cresce no contexto em que há espaço apenas para incertezas em relação ao futuro, tornando-se uma estratégia para lidar com a frustração. Foi em uma situação de instabilidade econômica e descrença com o governo que Jair Bolsonaro, o “mito”, é anunciado como o único capaz de salvar o Brasil. Vale lembrar um dos significados de “mito” encontrado nos dicionários como: “relato fantástico de tradição oral, ger. protagonizado por seres que encarnam as forças da natureza e os aspectos gerais da condição humana; lenda”. Conforme Indursky (2020) atentamente lembra, é uma salvação proposta pelo sujeito que, admiravelmente em 27 anos como deputado, teve apenas dois projetos aprovados. O autor compreende o Estado atual como um antigoverno, o qual possui uma narrativa vitimista permeada de atos que promovem o medo, a desordem, a diminuição do debate público e a identificação de seguidores.

Freud (1996g) evidencia na religião a ocorrência da humanização da natureza, ou seja, a personificação de forças e destinos inalcançáveis que se tornam ilusoriamente tangíveis, evitando assim a sensação familiar e paralisante de desamparo. Vale destacar que tal transformação das forças da natureza não é substituída por representações de pares, mas por uma representação com caráter ambivalente e narcísico que, concomitantemente, protege e desampara, como a figura do pai. As relações entre massa e líder também são sustentadas pela identificação, isto é, por vínculos que não estão garantidos pela percepção

ARTIGO

da realidade ou razão, mas por uma ligação erótica, que amplamente inclui as pulsões sexuais, conhecidas como Eros. Este é uma força libidinal e primitiva que aparece nas relações humanas em sua forma mais rudimentar. A identificação tem a função de demarcar os limites do ego do sujeito em relação ao outro; desse modo, em sua essência é ambivalente, podendo tornar-se demonstração de cuidado tão facilmente quanto um desejo de afastamento de alguém (Freud, 1996g). Theodor Adorno (2018) cita ser fundamental que o amor permaneça inconsciente, retornando ao que Freud enfatiza sobre a não citação deste sentimento entre os membros do Exército e da Igreja, sendo o amor apresentado de maneira sublimada, por exemplo, em alguma imagem venerada. A referência ao amor atualmente está praticamente excluída nas massas artificiais.

Além da identificação, a ligação ao líder também é sustentada pela idealização. A massa é a reunião de sujeitos que colocaram um único e mesmo objeto como seu ideal de ego e identificaram-se entre si. Diferente da idealização, na identificação ocorre o enriquecimento do ego com a introjeção dos objetos (Freud, 1996g). Adorno (2018) reforça o aspecto primitivo e narcisista de introjetar o objeto, fazendo este tornar-se parte do sujeito. Dessa forma se elucida o motivo de o líder moderno às vezes assemelhar-se com uma ampliação do seu próprio seguidor; e o ego deste último, que é empobrecido no psiquismo, cresce junto com o líder e a massa, afastando-se do desamparo que danificaria a sua própria imagem.

Surge, então, essa figura idealizada que irá nos resgatar da crise e do desamparo, distorcendo realidades e fazendo promessas de que *irão mudar isso aí*, sem especificar o que seria o “isso aí”. O filósofo Felipe Catalani (2018) fala de a atual política não ter um programa consistente de governo e que, espantosamente, essa organização funciona ao seu favor, pois, como visto anteriormente, a flexibilidade ideológica opera como capturadora dos sujeitos. Catalani cita Adorno (1950), que percebe o discurso de agitadores fascistas em torno de uma promessa de um grande movimento, mas repara que, de fato, pouco se fala o que é tal movimento, e o que este se propõe a alcançar.

A historiadora Natália Damasceno (2018) cita o fascismo como produto do coletivo e que é necessária cautela para que não se enalteça o papel do líder a ponto de anular a responsabilidade dos seguidores e instituições. O projeto neofascista decorre de práticas cotidianas e excepcionais, podendo habitar o Congresso, as instituições, as ruas, as redes sociais, as casas, os consultórios, as nossas práticas. Portanto, apostar que a plena autoria do fascismo está na figura dos líderes pode acarretar consequências no entendimento do projeto autoritário atual. Freud (1996d) menciona a necessidade de haver renúncias pulsionais para a construção do coletivo, e que estas renúncias se expressam em forma de frustração e hostilidade nos sujeitos que experimentam o impedimento da satisfação de parte de suas pulsões através da força. Esta última, como a única capaz de reprimir algumas pulsões, faz com que se percebam tendências destrutivas na vida dos homens e, conseqüentemente, a relevância das proibições culturais no lugar da moralidade. Ou seja, a maioria das pessoas obedece às leis culturais pela coerção externa. Na massa não há a criação de características novas nos indivíduos. Acontece que os sujeitos encontram-se em uma condição oportuna e permissiva para o aparecimento de seus impulsos pulsionais inconscientes que, com o trabalho da civilização, foram reprimidos. O psiquismo do indivíduo no grupo apresenta aproximações com o aparelho psíquico do neurótico, da criança ou do primitivo, e, nessas circunstâncias, o desaparecimento da consciência e do senso de responsabilidade é previsível (Freud, 1996g).

As massas não almejam a verdade, a satisfação é encontrada nas ilusões. O teste de realidade é posto de lado, os desejos insatisfeitos são atendidos e o desamparo infantil encontra conforto. A ilusão não é uma alucinação, mas uma alteração manifesta dos desejos que não necessariamente encontra-se em desacordo com a realidade. Freud (1996d) apresenta os princípios religiosos como ilusões que informam o que não conseguimos descobrir por nós mesmos, protegendo-nos dos perigos da existência do desconhecido, realizando desejos e, também, de acordo com o olhar filogenético, trazendo recordações históricas associadas com o pai da horda primitiva. Adorno (2018) fala da ilusão imprescritível da massa de que todos são amados de forma igual pelo seu líder, ao mesmo tempo que este não ama mais ninguém, visto que esta imagem narcisista atrairá a identificação narcísica da massa, mantendo a imagem do soberano e ameaçador pai primitivo.

Há na política atual a lógica de que os representantes do povo, além de votarem pelas famílias que lhes convêm, votam por deuses, colocando-se como representantes metafísicos. Apesar de a laicidade do Estado ser assegurada pela Constituição, o Brasil é posicionado acima de tudo, marcando forte nacionalismo, mas em exceção dos messias que, possuindo a função de aniquilar os governantes injustos e libertar a “terra prometida”, estão acima de todos. Políticos tornam-se as vozes divinas, transformam-se em Messias, mas quando há uma súplica para que se faça algo, a identidade é reforçada, a despeito do fato de que o “milagre” não se realiza: *E daí? Lamento. Quer que eu faça o quê? Sou Messias, mas não faço milagre.*

Com frequência, para um líder ser escolhido como substituto do ideal do ego é primordial que este detenha as características típicas dos sujeitos de forma explícita e acentuada, aparentando ter mais força e liberdade de libido (Freud, 1996e). O líder regularmente apresenta-se como uma personalidade que, de maneira compulsiva, dialoga sem pensar, expressando (com discursos destituídos de racionalidades) o que está latente nos sujeitos, promovendo regressões arcaicas em seus ouvintes. Outro aspecto da figura do líder acentuado por Adorno (2018) é que, ao mesmo tempo que este é o super-homem que irá realizar o milagre, concomitantemente, trata-se de uma pessoa comum. Um dos instrumentos da propaganda fascista é o conceito do “grande homem comum”, figura que retém tanto onipotência quanto a concepção de que se é apenas um sujeito ordinário, simples e trabalhador. Assim, se satisfaz o desejo da massa de submeter-se à autoridade e de ser a própria autoridade.

Na massa, a realidade é posta como secundária em relação às forças dos impulsos pulsionais, ela torna-se responsável por todo o nosso sofrimento, e a felicidade significa romper relações com ela e, ocasionalmente, recriá-la, retirando os aspectos insuportáveis e substituindo por aqueles que se relacionam de forma mais próxima com os nossos próprios desejos (Freud, 1996e). Visto que não se acomodam dúvidas sobre o que constitui a realidade ou não, a massa mostra-se tão intolerante quanto obediente, pois o respeito é pela força e qualquer manifestação de empatia é tomada como indício de fraqueza (Adorno, 2018).

Com a remoção das inibições das pulsões, a emoção é intensificada e o pensar reduzido. As ações são legitimadas, e a hostilidade tende a não ocorrer dentro da massa, pois se comporta como uma única entidade. Essa hostilidade em forma de intolerância é endereçada para os que habitam o exterior do grupo, pois, como nas religiões que se nomeiam pregadoras do amor, o amor é alcançado apenas àqueles que as seguem. Percebe-se a hostilidade sendo

justificada de forma demasiadamente racional, e esta argumentação demonstra a expressão do amor a si próprio, do narcisismo que trabalha pela preservação do sujeito excluindo o diferente (Freud, 1996g).

A VIOLÊNCIA ATUALIZADA DE NÓS A ELES

Há, nos indivíduos, como visto anteriormente, uma quantidade considerável de agressividade que busca satisfação nas relações e é função da civilização estipular limites nessas manifestações. A união de pessoas pelo amor em uma massa é sempre possível, enquanto outros sujeitos permanecem distantes para receber as expressões de agressões que, sustentadas pelo narcisismo, protegem o indivíduo de diferenças sentidas como ameaçadoras (Freud, 1996e). Assim, a massa detém uma sensação de superioridade e de indiferença em relação aos estrangeiros (Adorno, 2018).

A indiferença, de acordo com Eureka Moraes e Mônica Macedo (2011), é uma experiência traumática que produz, em decorrência do excesso de intensidades psíquicas, o desmentido da assimetria pelo semelhante que mutila o existir da criança e a possibilidade de criação de vínculos marcados pela alteridade. Este traumático é atualizado e invade o psiquismo do adulto, que reproduz, por via do ato, a experiência do excesso e do violento desamparo primitivo, no qual desestrutura o psiquismo, promovendo o esfacelamento do ego e a sensação da não existência.

Birman (2017) diferencia as vidas colocadas como primeira e segunda categorias, em que de um lado as perdas são consideradas, o trabalho de luto acontece e a comoção toma um lugar significativo, enquanto do outro, as existências são desumanizadas, as mortes não provocam mais do que o nosso silêncio e a realização do trabalho de luto é rejeitada. Esta parcela da população, colocada no lugar da indiferença, enfrenta sucessivas tentativas de sua eliminação, tanto pela morte simbólica, em que se é arrancado do lugar de sujeito, quanto pela morte real, em que há o extermínio.

Eric Landowski (2002) apresenta duas atitudes existentes do grupo que compõem o “Nós” em relação a “eles”: assimilar e excluir. A assimilação, cruelmente generosa, recebe todos, mas detém a condição de que rapidamente estes devem tornar-se como “Nós”. Pois, apesar de o grupo dominante em seu altruísmo não rejeitar ninguém, a diferença do estrangeiro permanece sendo compreendida como a falta da razão e, às vezes, como perversão. O Sr. Todo Mundo (nós) fundamenta os discursos e as práticas da assimilação na “racionalidade”, prega sobre não ter ódios, nem preconceitos, defendendo que, ao erradicar as diferenças, está amparando os estrangeiros. A condição de desumanização recebe a proposta de que ao se fundir na massa haverá acolhimento e, ao mesmo tempo, que nada se perderá, já que “eles” não existem e não possuem valor. Os sujeitos, então, modificam-se para ocupar espaços, mas, no final das contas, os lugares que habitam ainda são limitados, visto que são posicionados de acordo com o desejo de “Nós”, tornando-se, assim, objetos de gozo e fetiche. Conforme Freud (1996d), o objeto de fetiche é produzido no psiquismo como substituto do reconhecimento da falta do falo na figura feminina. O modelo do fetiche, a partir da negação da realidade e da diferença, cliva o ego em uma parte em que a percebe, enquanto a outra não. Assim, através da recusa, há a proteção narcísica do sujeito da diferença. Os indivíduos situados como objetos de fetiche são desmentidos em suas existências, reconhecidos como meros detalhes e colocados nos lugares de consumo e de espetáculo em prol do nosso próprio prazer.

O discurso com pretensão racional transforma-se facilmente em um discurso do afeto puro e simples, e o tema da assimilação em que há um “desconhecimento sobre o outro, mas justificado”, transforma-se em exclusão manifesta na fúria e no gesto passional. Podem-se notar extensas semelhanças veladas nas duas atitudes que se disseminam como se fossem inquestionavelmente opostas, mas ambas possuem um único objetivo: manter, custe o que custar, a imagem de um “Nós” integrado em sua hegemonia. Enquanto uma padroniza e engole o outro, a seguinte o elimina (Landowski, 2002).

A conjuntura atual brasileira contém uma lógica de, como chamaria Giuseppe Cocco (2020), “governo da morte”. Uma lógica pela qual, na ocasião da confirmação de dez mil óbitos causados pela COVID-19, refuta-se o fato com uma dança em volta do caixão. Não há busca de segurança, o Estado brasileiro é treinado para matar alicerçado pelo argumento de que “bandido bom é bandido morto”. A milícia, que não é apenas uma organização criminosa, mas uma ideologia, age com respaldo do Estado, que aprecia quem mata. Torturadores condenados pela justiça são homenageados, havendo incentivo ao uso da violência não prevista pela lei. A ditadura provoca sentimentos nostálgicos e a tortura é enaltecida. Birman (2017), ao falar do fascismo, apresenta o conceito de animalização do inimigo, em que se reduz o outro a um animal que pode ser torturado e assassinado.

Marcelo Freixo (2019) assinala o Brasil como um país estruturalmente racista que utiliza o sistema penitenciário como um depósito de assimilação e exclusão para os que sobram. Esses habitantes – que são encarcerados ou assassinados – têm cor preta, são jovens, moradores de periferia e de baixa escolaridade. E não interessam as condições desumanizantes com as quais essa população vive nas prisões, pois a produção da indiferença legítima a barbárie sobre alguém que sequer é visto como humano. Apesar de o Brasil ter se tornado uma república, percebe-se que não há um rompimento verdadeiro com a escravidão. Portanto, conclui-se que o novo prometido não passa de uma atualização (disfarçada, mas nem tanto) do reacionário. Ou seja, o novo é o encobrimento do passado histórico real que frequentemente é idealizado.

Freud, em 1895, inaugura o entendimento sobre a repetição estruturada no modelo econômico psíquico e no princípio do prazer. Existe a tendência de a excitação encontrar satisfação em caminhos já percorridos, isto é, nas vias facilitadoras que asseguram a estabilidade psíquica. Portanto, o repetir, nesse momento, está a serviço da construção de memórias. Na virada de 1920, Freud propõe uma teoria do traumatismo como produto do excesso de excitação que não encontra ligações psíquicas. Percebe a existência de uma repetição mortífera que não é atravessada pela experiência de satisfação, revelando o traumático e a tendência do psiquismo de regressar ao estado inorgânico. Conforme Moraes e Macedo (2011), enquanto a repetição neurótica é estimulada na transferência por apresentar possibilidades de elaboração, a compulsão à repetição mobiliza materiais que excedem o registro dos conteúdos recalçados, ao mesmo tempo que se coloca acima do princípio do prazer, aprisionando o sujeito à reprodução exaustiva do traumático vivido. Assim, pode-se refletir que vivemos a atualização da repetição mortífera em que o processo de elaboração, e, conseqüentemente, as mudanças, não acontecem.

Como visto anteriormente, a criação de realidades convenientes, vinculada ao princípio do prazer, torna-se dispositivo de sustentação desse contexto de repetição, da indiferença e do desmentido. Por exemplo, existe a narrativa de que o Brasil é um país amigo, cordial e que não entra em guerras. Mas não se

ARTIGO

pode esquecer que, para lidar com intensidades psíquicas e com o medo, parte dos cidadãos, além de utilizar o líder como personificação das forças, emprega a outra parcela da população como personificação do traumático. Dessa forma, estabelece constante estado de guerra em alguns segmentos da população ainda hoje. Concomitantemente a essa ideia, não podemos ocultar que o Brasil teve a sua própria constituição no período colonial sustentada por confrontos permeados pela violência e morte. Os bandeirantes foram reconhecidos como heróis enquanto escravizavam e exterminavam os indígenas, caracterizados como selvagens domesticados e salvos de suas condições. Contudo, onde estão esses povos hoje? Eles foram excluídos, exterminados e assimilados nos detalhes. Lutam por seus direitos, mas são silenciados, medidos por *arobas* e percebidos nas roupas do nosso carnaval.

Freud (1996d) expressa a sua confiança na ciência como sustentação da evolução humana na direção da maturidade. Além de questionar a ilusão como dispositivo de alívio para o que ainda é enigmático, legitimar a ciência também é o único caminho possível para o reconhecimento da prova de realidade. É evidente que o afastamento das ilusões e a primazia do intelecto sobre a vida das pulsões produzirão sensação de desamparo frente à vastidão do universo. Mas deve-se abdicar desse lugar infantil, para que as produções de saberes fortaleçam a verificação e o reconhecimento da realidade, fazendo, assim, com que o debate tome o lugar das relações ideológicas de poder, do medo, da raiva e das incessantes repetições mortíferas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi apresentada, neste trabalho, a caracterização plural e contraditória do fascismo eterno e a sua vigência atual nos discursos. As vivências estruturais nos sujeitos do desamparo, da onipotência e do que não é alcançado pela satisfação deixam marcas capazes de contribuir para a busca incessante de substitutos que amparam, ou seja, o líder e a massa. Estes, vinculados pela identificação e idealização, protegem os sujeitos oferecendo conforto ao desamparo e o sentimento de onipotência. A hostilidade inevitável dos humanos é depositada no exterior da massa, para o grupo “eles”, que vive a experiência traumática de ser situado no lugar da indiferença, ocupando a personificação do traumático e transformando-se em objeto de fetiche. O sistema penitenciário foi citado para exemplificar a repetição mortífera do antigo, e a ciência foi apresentada como dispositivo fundamental para a suspensão da compulsão à repetição, através da validação da realidade e do debate.

Marilena Silveira (2018) propõe a ética psicanalítica como ferramenta importante na sustentação de, em tempos de indiferença, considerar o outro. A escuta, articulando o individual e o social, promove a subjetividade e uma narrativa histórica que produz memórias. Há dois muros a serem atravessados pela nossa escuta. O primeiro é marcado pelo silenciamento dos sujeitos decorrente da violência traumática que não permite registros. E o segundo é definido pelas paredes dos nossos consultórios que permitem assistir de forma apática, sonolenta e distante aos descartes das vidas.

O fascismo eterno mantém-se ao nosso redor de forma disfarçada, atualizado sob novos aspectos a cada dia e em cada lugar do mundo (Eco, 2020). Mas como podemos construir saídas? É no questionamento da teoria, percebendo os temas de gênero, raça e classe como categorias psicanalíticas (Ayouch apud Falcão, 2020). É na responsabilidade ética da criação de ações coletivas que

denunciem as névoas fascistas. Ações que defrontem o desmonte das políticas públicas e que busquem a promoção e a garantia dos direitos humanos. Usar do estranhamento, das fissuras inevitáveis, da escuta e da interrogação para promover repetições modificadas que possibilitem o reconhecimento da alteridade, a construção de narrativas e de memórias. Pois quando existe a ameaça à história, à democracia e às vidas, nosso silêncio não deve ser admitido.

REFERÊNCIAS

- Adorno, T. W. (2018). **A psicanálise da adesão ao fascismo**. Recuperado de <https://blogdaboitempo.com.br/2018/10/25/adorno-a-psicanalise-da-adesao-ao-fascismo/>
- Birman, J. (2003). A sustentável leveza do psicanalista: variações sobre o desamparo e a feminilidade. In Birman, J. **Mal-estar na atualidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Birman, J. (2017). O fascismo como questão. **METAXY: Revista Brasileira de Cultura e Políticas em Direitos Humanos**, 1(2).
- Calheiros, S. M. V. (2014). **Melancolia: da perda do objeto ao luto impossível em Freud e André Green**. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica e Cultura) — Universidade de Brasília, Brasília, 2014.
- Catalani, F. (2018). Aspectos ideológicos do bolsonarismo. **Blog da Boitempo**. Recuperado de <https://blogdaboitempo.com.br/2018/10/31/aspectos-ideologicos-do-bolsonarismo/>
- Cocco, G. (2020). Os desafios para enfrentar Bolsonaro e o fascismo social brasileiro. Entrevista especial com Giuseppe Cocco. **IHU**. Recuperado de <http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/600679-os-desafios-para-enfrentar-bolsonaro-e-o-fascismo-social-brasileiro-entrevista-especial-com-giuseppe-cocco>
- Damasceno, N. (2018). Tem que mudar tudo isso que tá aí, tá ok? **Le Monde Diplomatique**. Recuperado de <https://diplomatique.org.br/tem-que-mudar-tudo-isso-que-ta-ai-ta-ok/>
- Eco, U. (2020). **O fascismo eterno**. Rio de Janeiro: Record.
- Falcão, C. (2020, dez.). Jornada Faces da DesHumanização – Sigmund Freud Associação Psicanalítica, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil.
- Finchelstein, F. (2020). Federico Finchelstein: “Vivemos um novo caminho do populismo em direção ao fascismo”. **Estado da Arte**. Recuperado de <https://estadodaarte.estadao.com.br/entrevista-finchelstein-bnfb-rodriigo-coppe/>
- Freixo, M. (2019). O que acontece nas prisões? In Lopedote, M. et al. **Corpos que sofrem** (pp. 103-113). São Paulo: Elefante.
- Freud, S. (1996a). **Além do princípio de prazer** (Obras Completas, Vol. XVIII). Rio de Janeiro: Imago.
- Freud, S. (1996b). **Fetichismo** (Obras Completas, Vol. XXI). Rio de Janeiro: Imago.
- Freud, S. (1996c). **Inibições, sintomas e ansiedade** (Obras Completas, Vol. XX). Rio de Janeiro: Imago.
- Freud, S. (1996d). **O Futuro de uma ilusão** (Obras Completas, Vol. XXI). Rio de Janeiro: Imago.
- Freud, S. (1996e). **O mal-estar na civilização** (Obras Completas, Vol. XXI). Rio de Janeiro: Imago.
- Freud, S. (1996f). **Projeto para uma psicologia científica** (Obras Completas, Vol. I). Rio de Janeiro: Imago.
- Freud, S. (1996g). **Psicologia das massas e a análise do eu** (Obras Completas, Vol. XVIII). Rio de Janeiro: Imago.

ARTIGO

- Freud, S. (1996h). **Sobre o narcisismo: uma introdução** (Obras Completas, Vol. XIV). Rio de Janeiro: Imago.
- Indursky, A. C. (2020). Psicanálise, fascismo e populismo: notas sobre a emergência do bolsonarismo no Brasil. **Teoría y Crítica de la Psicología**, **14**, 150-162.
- Konder, L. (1979). **Introdução ao fascismo**. Rio de Janeiro: Ed. Graal.
- Landowski, E. (2002). **Presenças do outro: ensaios de semiótica**. São Paulo: Perspectiva.
- Laplanche, J.; Pontalis, J.-B. (1988). **Vocabulário da psicanálise**. São Paulo: Martins Fontes.
- Lispector, C. (1986). Mineirinho. **PN Review**, **13**(2).
- Moraes, E. G.; Macedo, M. M. K. (2011). **Vivência de indiferença: do trauma ao ato-dor**. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Silveira, M. (2018). Corpo torturável, ser matável. **Sig Revista de Psicanálise**, **7**(2).
- Singer, A. et al. (2020). Por que assistimos a uma volta do fascismo à brasileira. **Folha de S. Paulo**. Recuperado de <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2020/06/por-que-assistimos-a-uma-volta-do-fascismo-a-brasileira.shtml>
- Stanley, J. (2018). **Como funciona o fascismo: a política do “nós” e “eles”**. Porto Alegre: L&PM Pocket.

O CONCEITO DE RESISTÊNCIA NA OBRA DE FREUD E SUA FUNÇÃO NA PSICANÁLISE

THE CONCEPT OF RESISTANCE IN THE WORK OF FREUD
AND ITS FUNCTION IN PSYCHOANALYSIS

Carla Grazielli de Castro Cesário¹

Resumo: Este artigo aborda os tipos de resistência a partir da obra de Sigmund Freud: resistência transferencial, do ganho da doença e das instâncias psíquicas Eu, Isso e Supereu. Apesar de suas diferentes manifestações clínicas, a resistência é sempre considerada como um obstáculo no tratamento psicanalítico, identificada pelo jogo de forças entre os representantes pulsionais no aparelho psíquico. Mesmo sendo um obstáculo, sua manifestação durante o tratamento psicanalítico indica um caminho na direção da representação recalcada a partir das formações sintomáticas.

Palavras-chave: Psicanálise. Freud. Resistência.

Abstract: This article discusses the types of resistance from the work of Sigmund Freud: transference resistance, the gain of the illness and the psychic instances Ego, It and Superego. Despite its different clinical manifestations, resistance is always considered an obstacle in psychoanalytic treatment, identified by the game of forces between the drive's representatives in the psychic apparatus. Even being an obstacle, its manifestation during psychoanalytic treatment indicates a path towards the repressed representation from symptomatic formations.

Keywords: Psychoanalysis. Freud. Resistance.

Em *Inibição, sintoma e angústia*, Freud (1996i) se utilizou de cinco termos diferentes para se referir aos tipos de resistência que foram localizados no decorrer de seu trabalho na clínica. São eles: transferência, ganho da doença, Eu, Supereu e Isso. Iremos apresentá-los em detalhe neste artigo no intuito de investigar o conceito de resistência na obra de Freud. Mostraremos que esses tipos de resistências se relacionam ao funcionamento psíquico que tem o recalcado como norteador das satisfações pulsionais. Além desses termos, apresentaremos como o conceito de resistência está presente nas considerações de Freud ao promover mudanças importantes na forma de tratamento que, por sua vez, implicavam modificações na teoria. Identificamos que o conceito de resistência como obstáculo a qualquer mudança do estado patológico do sujeito refere-se ora ao paciente, ora à proposta clínica feita pelo próprio Freud, ambos servindo como forma de manutenção do sintoma.

¹ Psicóloga e Mestre em Psicologia pela UFSJ. Trabalhou em consultório clínico particular e participou de diferentes grupos de estudos sobre psicanálise em Belo Horizonte e São João del Rei. E-mail: grazi.castrocesario@gmail.com

RESISTÊNCIA NA CLÍNICA DE FREUD

A partir de seu trabalho na clínica, Freud elaborou a metapsicologia como esquema para explicar o funcionamento psíquico em uma abordagem dinâmica, descritiva e topológica. Freud diferiu os processos psíquicos entre os que eram conscientes e os que pertenciam à lógica do inconsciente e este seria o aspecto topológico de sua teoria. A resistência pode ser localizada quando Freud se refere aos obstáculos impostos ao trabalho clínico que estava propondo, que consistia em trazer ao consciente alguns aspectos que estavam inconscientes. A resistência foi citada principalmente nos momentos em que ele se viu obrigado a forçar uma mudança na estratégia clínica que era utilizada para tratar os pacientes, ou seja, nos momentos de modificação da proposta de trabalho clínico.

Freud realizou seu trabalho na clínica com o tratamento das doenças dos nervos, forma como eram chamadas as manifestações patológicas que não apresentavam nenhuma correspondência biológica à patologia apresentada. Freud (Freud & Breuer, 1996), em *Estudos sobre a histeria*, livro escrito em parceria com Josef Breuer, apresentou considerações a respeito do mecanismo psíquico do fenômeno histérico. Ele passou a formular modelos de funcionamento psíquico sem recorrer à biologia, no intuito de explicar essas doenças e suas causas. A hipnose foi um dos primeiros métodos usados nessas investigações clínicas.

Uma situação traumática foi considerada desencadeadora da doença e Freud conduzia seus pacientes a um estado hipnótico para fazê-los lembrar do trauma. Nestes estados a doença apresentava mudanças na forma de manifestação e muitas vezes o sintoma desaparecia. Freud utilizou a condução de um paciente ao estado hipnótico como forma de tratamento. Sua proposta de trabalho era conduzir os pacientes a esse estado para que o trauma fosse enfrentado, ajudando-os a lembrar da situação traumática considerada desencadeadora das doenças. No entanto, isso nem sempre acontecia como esperado.

Os problemas se apresentavam de um modo mais complexo: por um lado, as dificuldades em se tratar um caso específico, como impossibilidade de hipnotizar um paciente, e, por outro lado, as dificuldades em se estabelecer uma forma de investigação dessas doenças que tivesse resultados clínicos sobre quaisquer casos. O conceito de resistência era utilizado nos casos em que a hipnose não suscitava nenhum efeito no paciente e na doença por ele apresentada. Freud considerava que o paciente estava sob resistência quando este não reagia ao tratamento conforme esperado, nem mesmo com a utilização de intervenções que tiveram bons resultados clínicos em outras situações. A resistência chegou a ser considerada como uma má vontade do paciente em colaborar com o tratamento.

Freud se viu obrigado a mudar sua forma de ação na clínica: abandonou a hipnose e postulou a regra da associação livre. Em *Recomendações aos médicos que exercem a psicanálise* (Freud, 1996b), ele apresentou, portanto, a associação livre como a regra fundamental do trabalho que ficaria a cargo do paciente e chamou de atenção flutuante a contrapartida do analista. A regra da associação livre constitui-se como um pedido para que o sujeito fale sem pré-julgamento de seus pensamentos no decorrer da sessão de tratamento. Com isso, nenhuma seleção de ideias deveria ser feita a priori como material de análise. Assim, ele estabeleceu um modo de suscitar os pensamentos inconscientes, que, por uma lógica de oposição, se contrapunham aos pensamentos aceitos e reconhecidos conscientemente.

Entendemos a consideração dos estados hipnóticos como um prelúdio para a postulação dos pensamentos inconscientes, pois na hipnose há pensamentos que fogem à lógica da consciência. No texto *O inconsciente*, Freud (1996f) afirma que “incidentalmente, mesmo antes da época da psicanálise, as experiências com a hipnose, especialmente a sugestão pós-hipnótica, já tinham demonstrado tangivelmente a existência e o modo de operação do inconsciente psíquico” (p. 174). Freud foi fiel aos seus casos e não cedeu quanto à afirmação: os processos psíquicos que são inconscientes possuem efeitos tão sérios e profundos quanto aqueles que podem ser descritos como conscientes.

De acordo com a metapsicologia, o aparelho psíquico é entendido do ponto de vista dinâmico mediante um diferencial energético que impõe uma resistência a diferentes ideias. Tal resistência age dificultando a passagem livre de energia libidinal entre as ideias que compõem o aparelho psíquico, ou seja, a resistência impede o investimento de libido a certos representantes. Do ponto de vista topográfico, Freud se referiu ao aparelho psíquico a partir de sistemas ou lugares que não possuem correspondência orgânica ao aparato cerebral.

Freud chamou de primeira tópica o ponto de vista do aparelho psíquico cindido entre os sistemas consciente, pré-consciente e inconsciente. Ou seja, Freud percebeu a existência de uma censura que era imposta aos representantes do inconsciente que pretendiam passar ao consciente. Além disso, uma força mais branda presente no pré-consciente impedia, de um modo mais fraco, a manifestação dos representantes na consciência.

Nesse momento, a resistência que Freud observou na clínica pode ser entendida como uma forma de impedir que quaisquer representantes cheguem a ter expressão consciente estando o sujeito sob a regra da associação livre. A fala de um paciente na clínica não era assim tão livre. O funcionamento do aparato psíquico precisou então ser elaborado de modo a contemplar as diferentes formas com que os sujeitos enfrentavam seus sintomas e resistiam às investidas de tratamento que vão de encontro com a causa do sintoma.

Freud (1996a) continua então a elaborar sua teoria sobre o funcionamento do aparelho psíquico. A pulsão se satisfaz por meio de objetos. Quando estes não estão disponíveis, o Eu adquire seus traços. Com a frustração da pulsão (ausência do objeto), o Eu se coloca como objeto da pulsão através da identificação permitindo, assim, que a satisfação aconteça. Como os objetos da satisfação pulsional podem ser vários e com características até mesmo antagônicas, algumas identificações do Eu podem entrar em desacordo entre si e ter que ser submetidas ao recalque para não colocar o aparelho psíquico em estado conflituoso. A pulsão terá que buscar novos caminhos, quantas vezes forem necessárias, até que a satisfação seja alcançada.

Se surge um conflito entre os traços do Eu decorrentes das satisfações pulsionais antagônicas provenientes da identificação, os representantes da pulsão podem ser recalcados, mas somente estes. O afeto ligado aos representantes não será submetido ao recalque. Esse afeto, por sua vez, deve buscar se ligar a outros representantes para conseguir uma manifestação psíquica na consciência. Esse afeto que pode se ligar a diferentes representantes corresponde ao aspecto dinâmico da metapsicologia freudiana, pois representa o aspecto econômico do funcionamento psíquico: o de trocas de energia.

A satisfação pulsional é percebida pelo aparelho psíquico como prazer por conta da descarga de energia libidinal daí decorrente. Por outro lado, quando a satisfação pulsional é impedida e o afeto não pode ser liberado, o aparelho

psíquico percebe esse acúmulo de libido como desprazer. A atividade psíquica tentará se afastar do desprazer, resultado do acúmulo de energia gerado pelo impedimento da satisfação pulsional, buscando uma satisfação alternativa àquela. “Estes processos esforçam-se por alcançar prazer, a atividade psíquica afasta-se de qualquer evento que possa despertar desprazer” (Freud, 1996a, p. 238).

O recalque não faz com que o representante pulsional conflituoso e sua exigência de satisfação sejam eliminados; pelo contrário, a exigência permanece com sua força, só que agora inconsciente. Os representantes que foram recalcados não estarão disponíveis para satisfazer a exigência imposta pela pulsão. Esta é impelida a buscar novos caminhos para evitar o desprazer, ou seja, evitar o acúmulo de libido. Nesse sentido, Freud percebeu na clínica que os representantes psíquicos chegavam à consciência de duas maneiras diferentes, que variavam de acordo com a influência que recebiam: do consciente ou do inconsciente.

Em *Formulações sobre os dois princípios de funcionamento mental*, Freud (1996a) postulou tais considerações e afirmou que o inconsciente é regido por um princípio específico – o princípio de prazer – que realiza por meio do que ele denominou de processo primário os mecanismos de condensação e deslocamento. Já o sistema consciente será regido, prioritariamente, pelo princípio de realidade – que se realiza por meio do processo secundário, que segue as ordenações lógicas de uma temporalidade cronológica e respeita o princípio de identidade e de não contradição.

O aparelho psíquico efetua modificações que considera necessárias através destes princípios para obter prazer, e assim, Freud considerou que o princípio predominante no aparelho é o princípio de prazer. A descarga motora e os órgãos sensoriais adquiriram funções especiais para atender a esse princípio, como a memória, a atenção, o julgamento e o pensamento. A relação desse princípio com a consciência se torna evidente. “A consciência aprendeu então a abranger qualidades sensórias, em acréscimo às qualidades de prazer-desprazer que até então lhe havia exclusivamente interessado” (Freud, 1996a, p. 239).

A influência da realidade externa e de consequentes frustrações obriga o aparelho psíquico a buscar outras formas de descarga de energia que não envolvam mais aquelas funções. O princípio de prazer é, em parte, substituído pelo princípio de realidade. Essa substituição se faz em função do fracasso desse princípio em encontrar sempre o prazer. O aparelho precisaria exercer uma influência maior na realidade, como um modo mais prolongado de obter o prazer, ou seja, obter a descarga de energia libidinal. Essa possibilidade de ação e modificação da realidade é que caracteriza o processo secundário.

No entanto, as manifestações clínicas de seus pacientes exigiam maiores entendimentos. Freud percebeu através dos relatos de sonhos traumáticos e das neuroses de guerra que não bastava que a descarga de energia na consciência acontecesse para que o sujeito abandonasse seu estado patológico. Se a satisfação acontecer por representantes dispostos na consciência que estão ligados ao sofrimento e à angústia, o sujeito continuará em uma situação desagradável. A resistência seria portanto um contra investimento libidinal que insiste em impedir que alguns representantes pulsionais se tornem conscientes.

Ele abandonou o esquema da primeira tópica e deixou de considerar o aparelho psíquico dividido entre os três sistemas: consciente, pré-consciente e inconsciente. Ele passou a considerar a diferenciação apenas entre consciente

e inconsciente. É em decorrência da resistência que podemos localizar ainda a mudança realizada por Freud em sua teoria no início da década de 1920, momento no qual estabeleceu a segunda tópica psíquica e que apresentaremos em detalhes mais adiante.

A resistência insistia em se apresentar contra a livre circulação de afeto no aparelho psíquico. Ela permitiu a identificação de privilégios concedidos a representantes psíquicos específicos, como aqueles que possibilitaram a diferenciação entre consciente e inconsciente, e ainda entre cada instância psíquica: Eu, Isso e Supereu. As modificações na teoria psicanalítica foram possíveis pela identificação desse obstáculo na manifestação livre dos representantes na consciência.

RESISTÊNCIA E AS INSTÂNCIAS PSÍQUICAS

Freud conceituou a instância Eu como sendo a parte do aparelho psíquico que é coesa, organizada e que possui estreita relação com a percepção e a motilidade. Em contraposição a essa instância, Freud postulou o Isso como uma instância psíquica que se comporta de um modo nada organizado. O recalque organizou os representantes pulsionais no Eu, porém não pôde realizar tal organização no Isso, no qual prevalecem as pulsões. “No recalque, o fato decisivo é que o Eu é uma organização e o Isso não. O Eu é, na realidade, a parte organizada do Isso” (Freud, 1996h, p. 100).

No Isso, encontramos as pulsões que insistem em se satisfazer, porém não conseguem sem a intermediação do Eu, que é a instância que possui acesso à realidade e pode vincular-se aos objetos. No decorrer do desenvolvimento psíquico, as escolhas objetais são substituídas pelo Eu por meio do processo de identificação, conforme foi apresentado anteriormente. O Eu se vê obrigado a identificar-se com os objetos para que o Isso deixe de se satisfazer por meio deles. A identificação aos objetos pode ser a única forma pela qual o Isso pode se desvencilhar deles. “Quando o Eu assume as características do objeto, ele está forçando, por assim dizer, o Isso, dizendo: olhe, você também pode me amar; sou semelhante ao objeto” (Freud, 1996h, p. 43).

Em consequência da distinção psíquica marcada pela influência da realidade e dos objetos externos disponíveis para a satisfação, formam-se as duas instâncias: o Eu e o Isso. O Eu esforça-se em impor o princípio de realidade ao Isso:

O Eu procura aplicar a influência do mundo externo ao Isso e às tendências deste, e esforça-se por substituir o princípio de prazer, que reina irrestritamente no Isso, pelo princípio de realidade. Para o Eu, a percepção desempenha um papel que, no Isso, cabe à pulsão (Freud, 1996h, p. 38).

O Eu é formado a partir de uma íntima ligação entre as tendências pulsionais e os objetos disponíveis na realidade antes de a criança viver o complexo de Édipo e sua resolução. Ao realizar-se em momentos primordiais da infância, a satisfação sexual carrega fortemente a característica da bissexualidade. O sujeito tenta resolver o impulso sexual por intermédio do pai e da mãe, vínculo incestuoso que é fortemente proibido. Igualmente fortes são as pulsões incestuosas que exigem satisfação e que a encontram, pelo menos inicialmente, por meio dos cuidados recebidos pelos pais. A principal marca deixada no Eu se refere à satisfação da pulsão sexual, que em tenra infância se satisfaz mediante

a relação do sujeito com seus pais. Os rastros dessa marca são deixados no aparelho psíquico através da instância de gradação do Eu, chamada Supereu, que guarda as características da bissexualidade constitucional e da relação triangular edipiana.

A satisfação das instâncias psíquicas acontece através de representantes pulsionais que se repetem e servem para caracterizá-los. O Eu encontra vias de expressão nos recursos oferecidos pela sociedade, suas leis e regras morais. O Isso, por sua vez, encontra vias de satisfação através do sofrimento voltado contra o próprio sujeito. Já a satisfação pelo Supereu é caracterizada pela renúncia, autopunição e dever moral, e é um representante das regras sociais no aparelho psíquico.

O Eu possui mecanismos de defesa contra o desprazer e a angústia, como indicado no princípio de prazer. Esses mecanismos promovem uma deformação na forma com que os representantes da pulsão irão se manifestar na consciência. Assim, o Eu age como se fosse um mediador entre as exigências internas e o mundo externo, pois, agindo como transformador, evita entrar em conflito com a realidade e com as outras instâncias. As alterações provocadas pelo Eu funcionam como resistência, pois são acionadas para defender essas satisfações antigas.

Pelas manifestações que são características do Eu, podemos perceber que essa instância é organizada e coerente com as exigências da realidade e da sociedade. No tratamento psicanalítico, encontra-se a resistência do Eu, que serve para manter as formações exigidas pelo recalque, mecanismo de defesa responsável por parte da organização egoica, o qual deixou fora desta a satisfação sexual infantil.

O Supereu, a gradação do Eu, denuncia a satisfação ativa da sexualidade infantil por meio da exigência de uma satisfação na renúncia pulsional. Esse é o tipo de satisfação que está presente nas neuroses infantis e nos jogos de criança como o *fort-da* (Freud, 1996h): a resistência do Supereu pode ser entendida como o sentimento de culpa e necessidade de punição. Ela está relacionada à defesa das modalidades de satisfação que envolvem a resolução feita durante a infância, com base na bissexualidade infantil e no complexo de Édipo.

A distinção entre o Eu e o Isso se refere à relação do Eu com o sistema perceptivo. Mas não apenas. Ambas as instâncias possuem uma parte recalcada, à qual não se tem acesso, exceto pelo fornecimento de vínculos intermediários pelo trabalho da análise. Mesmo a satisfação por representantes intermediários, derivados do recalque, carrega a força pulsional ativa do inconsciente. As instâncias psíquicas também se comportam como recalçadas porque apresentam uma satisfação inconsciente. Ou seja, o representante que está em jogo na satisfação é inconsciente.

Essa consideração sobre o aparelho psíquico foi feita no texto *O Eu e o Isso* (Freud, 1996h), no qual Freud afirma que, apesar de o Eu estar vinculado à consciência e ser a única instância que possui acesso à percepção e à motilidade, existe uma parte dessa instância que se comporta como inconsciente recalqueado. Nesse sentido, uma parte do Eu se coloca em oposição às investidas do trabalho analítico e, portanto, age como resistência no intuito de manter o estado de coisas como está.

Na análise, essas tendências que foram deixadas de fora colocam-se em oposição ao Eu, e a análise defronta-se com a tarefa de remover as resis-

tências que o Eu apresenta contra o preocupar-se com o recalçado. Ora, descobrimos durante a análise que, quando apresentamos certas tarefas ao paciente, ele entra em dificuldades; as suas associações falham quando deveriam estar se aproximando do recalçado. Dizemos-lhe então que está dominado por uma resistência, mas ele acha-se inteiramente inadvertido do fato e, mesmo que adivinhe, por seus sentimentos desprazerosos, que uma resistência encontra-se em ação nele, não sabe o que é ou como descrevê-la (Freud, 1996h, p. 30).

A resistência impede que uma satisfação inconsciente chegue ao conhecimento do sujeito, o qual sempre estará em uma posição de desconhecimento no que se refere a algumas de suas satisfações, por mais que sejam realizadas investidas para conhecer o que lhe é desconhecido. O paciente não se recordará de algo que poderia ter deflagrado a doença, apenas repetirá uma situação na qual está em jogo a satisfação sexual infantil recalçada. Os caminhos de satisfação pulsional, mesmo depois de recalçados, deixam marcas profundas na vida do sujeito. A resistência apresentada pelo Eu se refere ao florescimento da satisfação sexual infantil do sujeito, que se satisfaz inconscientemente.

A resistência ao tratamento denuncia uma porção do Eu que se comporta a partir do processo primário, ou seja, de forma inconsciente. A porção do Eu que se comporta como inconsciente e que não coincide com o recalçado encontra expressão clínica por duas vias: pela formação de compromisso com o Isso e por meio do Supereu. A formação de compromisso é feita quando o Isso exige satisfação, sendo que, para enfrentar essa exigência, o Eu se vê obrigado a fornecer meios para o Isso se satisfazer, já que é o Eu que possui acesso aos objetos. As formações sintomáticas e os atos falhos são exemplos dessa formação de compromisso, em que está presente uma satisfação inconsciente.

Os vínculos fornecidos pela análise, algumas vezes, não são suficientes para que a satisfação pelo processo primário se torne consciente, pois há uma resistência imune às influências do analista e dos representantes do Eu, que chamamos de resistências do Isso. Estas não se vincularão com os representantes da consciência. Esse é o momento da análise que cabe ao sujeito elaborar, ou seja, encontrar uma saída para seu sofrimento de modo que não demande de outros nem de seu analista uma resposta – que ele consiga através da construção de novos recursos linguísticos encontrar um modo de expressar suas formas de satisfação outrora recalçadas.

A resistência das instâncias exige diferentes enfrentamentos. A resistência do Eu inclui a lógica da consciência, a resistência do Supereu intensifica sentimentos como a culpa e a punição e a resistência do Isso escapa à lógica da consciência e assim permanecerá. A resistência ao tratamento se impõe como força que impede que o sujeito se desligue dessas primeiras escolhas pulsionais, assumidas no momento em que o aparelho psíquico ainda não tinha sido submetido ao recalque. A resistência que se manifesta contra o tratamento clínico é calcada em uma satisfação inconsciente, mas encontra expressão na consciência, por exemplo, nas formas de manutenção do sintoma e dos sonhos traumáticos.

Identificamos a resistência a partir do funcionamento psíquico, assumindo formas específicas em relação às instâncias. Buscaremos agora entender como a resistência pode se instaurar na dinâmica da transferência, a partir da atualização da satisfação sexual infantil.

TRANSFERÊNCIA E RESISTÊNCIA

A distinção entre o consciente e o inconsciente é de extrema importância para a psicanálise. Para Freud, os processos psíquicos não são apenas os conscientes: há uma lógica que escapa e que ainda assim produz efeitos. Desse modo, o tratamento não pode ser baseado apenas nos pensamentos conscientes; ou seja, não pode ser orientado somente no sentido de fazer com que o sujeito adquira uma unidade de si, deixando de fora tudo que for da ordem do excesso ou, em outros termos, da satisfação pulsional. Diferentemente das psicoterapias, a psicanálise não defende uma noção de bem-estar, na qual o sujeito não apresentará nenhum tipo de mal-estar. A psicanálise se coloca no caminho da verdade de um sujeito.

Freud pôde, por meio de sua clínica, presenciar a verdade do sujeito se manifestando. Os sintomas, os atos falhos e os sonhos traziam para a experiência clínica muitos elementos novos de investigação, que indicavam pensamentos inconscientes e desconhecidos para o sujeito. Dessa forma, até mesmo Freud se surpreendia, mas não desconsiderava as produções de seus pacientes, mesmo que fossem fora do esperado. Partindo de certas recorrências clínicas, a explicação sobre o funcionamento do aparelho psíquico passava por mudanças. A distinção estabelecida na primeira tópica teve que ser modificada, a fim de Freud fornecer subsídios para manejar melhor os atendimentos.

Vamos nos deter agora na vertente da resistência ligada ao singular na clínica. Se tivermos a regra fundamental da análise, a associação livre, temos também que ela é sustentada pela instalação do dispositivo da transferência. Em *A dinâmica da transferência*, Freud (1996c) abordou que, ao mesmo tempo, a transferência pode ser obstáculo e condição para a análise. Por um lado, esse laço é o que oferece condição para um tratamento psicanalítico e, pelo mesmo motivo, é o que pode impedir o tratamento de ocorrer. Este impedimento ele chamou de resistência transferencial.

Podemos considerar que a apresentação lógica da transferência é como um conceito paradoxal, o que significa que sua postulação carrega outra contrária, podendo até mesmo ser contraditórias (Comte-Sponville, 2003). Nesse sentido, a transferência é um conceito que comporta uma dualidade de significações possíveis. É importante o esclarecimento da abordagem da transferência como condição e como obstáculo ao tratamento, para que não se confunda uma com a outra.

O analista, sabendo que a transferência é condição para o trabalho, mas que também pode ser seu impedimento, deveria se alertar. Ele não aceitará a aparência dos acontecimentos apresentados pelo sujeito na clínica, como a cura do sintoma e o sucesso de seus atendimentos. O laço de amor da transferência tem suas determinações na sexualidade infantil e exige retribuição; no caso da transferência, é do analista de quem se exige. Se este deixar-se levar pela demanda de amor, ele estará se afastando do trabalho analítico. Freud (1996c) destacou que o psicanalista não deve recuar diante de quaisquer das faces do amor, pois seria como evocar demônios poderosos do inferno mediante elaborada magia e não lhes fazer nenhuma pergunta.

A transferência apresenta um caráter sexual que está presente na formação do sintoma e em seu desenlace. A combinação da pulsão sexual com os caminhos de satisfação formados em tenra infância formará um clichê estereotípico que é constantemente reimpresso e repetido. A partir dessa repetição da disposição sexual infantil, o analista poderá manejar o tratamento, pois ele

passará a ser incluído na lógica da satisfação sexual do sujeito. É por essa relação com a sexualidade infantil que o amor de transferência se constitui como condição de tratamento. Freud (1996e) afirmou em *Observações sobre o amor transferencial* que no estado amoroso da transferência tem-se que “ela própria [a transferência] abrirá caminho para as raízes infantis de seu amor” (p. 186).

O estabelecimento da transferência na clínica possibilitará acesso àquilo que adquiriu caráter compulsivo pela repetição, pois será exibida nesse amor transferencial. A partir dessa repetição ele antecipa sua relação com o analista de forma a manter suas satisfações sexuais e o recalque outrora estabelecido. O analista deve suspeitar de que a resistência:

Faz uso de uma declaração de amor da paciente como meio de colocar à prova a severidade do analista, de maneira que, se ele mostra sinais de complacência, pode esperar ser chamado à ordem por isso. Acima de tudo, porém, fica-se com a impressão de que a resistência está agindo como um *agent provocateur*; ela intensifica o estado amoroso da paciente e exagera sua disposição à rendição sexual, a fim de justificar mais enfaticamente o funcionamento do recalque (Freud, 1996e, p. 180).

Nesse sentido, a resistência pode assumir os vínculos de amor que caracterizam a transferência, fazendo com que a neurose seja mantida. Em outras palavras: a resistência pode usar artifícios que servem à manutenção do estado patológico a partir da transferência e de seus elementos ligados ao amor, de forma que, pela transferência, o analisando se coloca em defesa do seu sintoma. Assim, a transferência, além de trazer a marca do amor que carrega determinações infantis, o que possibilita um caminho para a elaboração desses padrões, traz ainda a possibilidade de atuação da resistência, de forma a intensificar esse amor e seus elementos recalcados, impossibilitando o tratamento. A resistência pode atuar seja por uma exacerbação do amor, seja em forma de cura aparente e restabelecimento do paciente. Nesse sentido, a transferência apresenta, além da disposição sexual infantil, esse outro aspecto que lhe confere uma posição especial na clínica: a atualização do recalque.

No intuito de obter a satisfação almejada, a pulsão sexual sofreu recalque. Nesse mecanismo de defesa, o representante pulsional separou-se do afeto a ele relacionado. Este último ligou-se a outro representante, para que, assim, atingisse a consciência e a satisfação consequente. O representante da pulsão que perdeu a moção afetiva torna-se recalcado. A disposição patológica e repetitiva dos pacientes encontra-se no alto nível de elaboração dessas vias de satisfações substitutivas, as quais possuem resistentes formas de manutenção.

Freud (1996e) apresentou que a transferência exhibe padrões sexuais infantis e, no entanto, “este é o caráter essencial de todo estado amoroso” (p. 185). A diferença, portanto, entre o amor de transferência e outro amor fora do contexto clínico é que na transferência o paciente desfruta de menor grau de liberdade, pois “é precisamente desta determinação infantil que ele [o estado amoroso da transferência] recebe seu caráter compulsivo, beirando, como o faz, o patológico” (p. 185). O estado patológico do paciente, portanto, configura-se pela repetição das atitudes do sujeito, que o coloca em estado de sofrimento.

A resistência faz jus à defesa erguida pelo recalque contra certas satisfações sexuais. Ao colocar-se como impedimento do tratamento, a resistência atualiza as proibições colocadas pelo mecanismo de defesa quando teve de se defender das pulsões sexuais que exigiam satisfação na infância. A resistência

está a serviço do recalque, mecanismo de defesa que tem como prioridade o estabelecimento de um ordenamento psíquico que será responsável por orientar as escolhas de um sujeito.

Dentre as formas que a resistência pode assumir para cada sujeito na clínica, o analista poderá usar estratégias diferentes de enfrentamento. No caso da resistência como transferência, ela permitirá o processo analítico de acontecer, pois, ao mesmo tempo que intensifica o recalque, permite que o analista se inclua na repetição daí decorrente. A partir dessa inclusão o analista passa a ter um lugar nessa lógica do recalque e pode agir visando a uma construção de novos caminhos para a satisfação pulsional a partir daí. Mas até onde o amor transferencial pode ajudar a manejar o caminho que o analisando percorre no enfrentamento de suas satisfações pulsionais recalçadas?

SINTOMA E RESISTÊNCIA

No texto *Análise terminável e interminável* (Freud 1996j) identificamos as considerações do autor sobre o sintoma e suas formas de enfrentamento na clínica. Ali temos que a etiologia da doença neurótica está relacionada a dois fatores, isto é, a formação do sintoma possui uma etiologia mista, ligada a um fator constitucional, e um fator acidental. O primeiro fator se vincula ao trauma infantil, decorrente de uma situação em que o Eu não tinha condições de dominar pulsões muito fortes que exigiam satisfação, e o outro fator, o acidental, é atualizado por alguma situação presente na vida do sujeito.

No que diz respeito à doença neurótica e seu fator constitucional, a pulsão encontrava-se impedida de se satisfazer, pois estaria em desacordo com o Eu. Então, ela precisou buscar novos caminhos para chegar à tão almejada satisfação, e para isso, encontrou apenas a via da regressão como possibilidade de satisfação. A pulsão regressa a pontos de fixação deixados por traumas em outros momentos de seu percurso. Esses pontos de fixação foram estabelecidos por meio do recalque, sendo que, ao contar com o sobreinvestimento proveniente da regressão, esses representantes passam a ter um acréscimo de libido.

O sujeito consegue obter satisfação por essas vias substitutivas, formadas através da regressão e da fixação a momentos traumáticos. A pulsão recalçada encontra, então, expressão na consciência às custas de mais sofrimento ao sujeito. A fixação passa a apresentar maior quantidade de energia libidinal, podendo ser percebida como desprazer, conforme o mecanismo do princípio de prazer. Os caminhos tomados pela pulsão e que resultam em uma formação sintomática possuem características da regressão e fixação.

De que forma a análise realiza uma ação sobre os dois fatores constituintes do sintoma? O fator atual do sintoma fica a cargo da transferência e do manejo desta pelo analista, no decorrer do processo de tratamento. O analista deve ainda considerar que alguma situação da vida comum da pessoa tenha resultado no desencadeamento do sintoma. As fixações em traumas que receberão uma carga a mais de investimento pela regressão da libido poderão ser identificadas, pois terão os representantes sobreinvestidos de afeto e estarão causando sofrimento para o sujeito.

A formação sintomática é criada porque a pulsão exige satisfação, mas os objetos que seriam responsáveis por isso estão submetidos ao recalque. Dessa forma, a pulsão se satisfaz por outras vias, que, quando impedidas de se expressarem, passam por transformação, mais uma vez, e quantas vezes mais forem necessárias. Nesse sentido, a psicanálise não se preocupa com o enfrentamento

ARTIGO

direto do sintoma visando à sua eliminação porque sabe-se que ele envolve uma satisfação inconsciente, a qual se realiza por uma via difusa de representantes. O enfrentamento direto dessa via não traria muitos resultados para o tratamento, já que a pulsão que está ativa nesse tipo de satisfação está escondida nas tramas de representantes formadas pelo recalque e pela constituição do sintoma.

Freud (1996j) ressaltou que essas vias traçadas pela pulsão para alcançar a satisfação por meio de um sintoma também estão presentes em uma pessoa que não apresenta nenhum sofrimento psíquico. Não podemos considerar que toda e qualquer pessoa está doente, precisamos determinar qual seria a diferença na escolha dos caminhos pulsionais na doença e na vida psíquica normal.

Os padrões sexuais foram assumidos na infância e também estão presentes na formação do sintoma. O caráter patológico de um tipo de satisfação pulsional é dado pela repetição exacerbada de uma única via de satisfação. Uma satisfação pulsional nada tem de patológica; pelo contrário, está de acordo com o princípio de prazer que rege o aparelho psíquico. Por isso, quando uma satisfação pulsional só é possível por uma única via de representantes, esse tipo de satisfação se torna patológica em decorrência de seu caráter repetitivo. O ganho primário causado pela doença se refere justamente a essa satisfação recalçada que foi possível por causa da regressão.

Neste ponto encontramos referências a mais um tipo de resistência. Os ganhos secundários da doença funcionam como resistência do sintoma, pois impedem uma mudança da situação patológica na qual o sujeito se encontra. O sujeito passa a ter satisfações secundárias, que não estão relacionadas diretamente com a regressão e fixação, mas sim relacionadas a um ganho social, pois, graças ao sofrimento provocado pelo sintoma, parentes e amigos se sensibilizam com o sofrimento do sujeito e se colocam à disposição para ajudar.

Embora a abordagem sobre o tema da resistência considere-a como resistência à cura, é difícil estabelecer quais critérios são utilizados para definir esse estado em que o paciente é considerado curado. Tendo o sujeito sido submetido ao tratamento, eram exigidas a eliminação e a extinção de algum tipo de sintoma ou comportamento repetitivo deste. Apesar disso, a resistência permite que se trabalhe a partir da perspectiva do erro, pois ela se refere a momentos do trabalho em que não temos um resultado clínico satisfatório.

Essas dificuldades encontradas no tratamento podem fazer com que o analista observe o manejo que foi dado a ele. E uma das maneiras de se estruturar os fracassos de um tratamento é em torno da noção de resistência. Sua presença permite pensá-la formalmente no sentido de extrair sua lógica no decorrer de um tratamento. No trabalho psicanalítico, nós não temos somente o analisando, podemos pensar também sobre o papel do analista nesse processo. Freud, por sua vez, não mantém suas referências clínicas somente aos casos que foram bem-sucedidos. Ele discute amplamente os casos que não tiveram resultados favoráveis, e por isso o conceito de resistência é vastamente utilizado.

Podemos dizer que Freud prioriza uma investigação nos casos em que os pacientes estão sob resistência, pois, constantemente, busca investigar seus casos que, de certa forma, deram errado, nos quais as expectativas de cura diante do tratamento não foram satisfeitas. Freud (1996j) afirmou: “Em vez de indagar como se dá a cura pela análise (assunto que acho ter sido suficientemente elucidado), deveria se perguntar quais são os obstáculos que se colocam no caminho de tal cura” (p. 236).

É imprescindível que o analista não tome o que acontece na clínica de uma forma ingênua, ou seja, a partir de uma primeira impressão. Podemos afirmar que a resistência, enquanto vinculada à transferência, indica que o tratamento está no caminho certo, pois fornece subsídios para a interpretação e para a construção em análise. O que está servindo de obstáculo, por ser uma defesa erguida para o sujeito defender seu sintoma, formado em decorrência do recalque, torna-se um indicador do material recalado para a intervenção do analista por meio da transferência.

Desse modo, a investigação da resistência, ao ser abordada pela perspectiva da clínica, faz ressoar o trabalho daquele profissional que propõe um tratamento ao sujeito. A preocupação de Freud em traçar estudos de casos e em usar exemplos de atendimentos para trabalhar uma teoria nos remete à importância da articulação entre teoria e prática quando consideramos o trabalho psicanalítico.

O ANALISTA E A RESISTÊNCIA

Na história da psicanálise, encontramos os diversos dissidentes de Freud que discutiam a melhor forma de conduzir um tratamento. Esses autores, se não considerassem os conceitos psicanalíticos, não estavam atuando como psicanalistas. Muitos até mesmo usavam os termos que Freud usava, no entanto, não se atentaram à especificidade do conceito e à sua articulação dentro da prática clínica. Freud (1996b) recriminou os médicos que leram seus artigos de modo superficial e passaram a deturpar sua teoria e a utilizá-la dizendo-se praticantes da psicanálise, mas que, na verdade, estavam criando outro modo de tratamento. Claro que não há problemas na criação de outros métodos. O problema é usar descompromissadamente conceitos que só se fundamentam dentro de uma grade teórica específica.

Freud passou a fornecer indicações de como proceder nos atendimentos que tinham por base a psicanálise e a postulação sobre o conceito de inconsciente, por exemplo, em seus artigos sobre a técnica, os quais descrevem a técnica da psicanálise e como o analista deve conduzir seus atendimentos. Freud recomendou alguns procedimentos e desencorajou outros, sempre com a ressalva de que o analista é quem deve discernir sobre como proceder em cada caso. Nesse sentido, não podemos tomar suas palavras como determinações rígidas de conduta para os psicanalistas durante o trabalho clínico. Porém, alguns psicanalistas se afastaram muito do que era indicado por Freud.

O que o analista poderia fazer, portanto, frente ao sintoma e ao sofrimento psíquico de um sujeito em sua clínica? O trabalho do analista tenta tornar possível ao sujeito se posicionar sobre a responsabilidade que tem em relação à satisfação pulsional que está presente na formação sintomática, a qual está provocando desprazer e sofrimento psíquico. Esse trabalho é feito por meio da interpretação e das construções em análise. A interpretação é propiciada pela transferência. O analista não interpreta a transferência, mas, sim, interpreta na transferência. Isto é, a interpretação tem como condição o laço pulsional formado entre ambos. As construções pertencem a um trabalho paralelo à interpretação e são feitas pelo analista e comunicadas ao paciente. São como um quadro construído pelo analista e que tem como propósito a demonstração da cena fantasmática na qual o sujeito se encontra.

Tanto a interpretação como a construção visam a surtir alguns efeitos no sujeito como algum questionamento em relação ao seu sintoma e ao seu desejo.

ARTIGO

O sujeito não se reconhece no seu sintoma, nos atos falhos e nos sonhos, porém ele precisa se responsabilizar por tais produções psíquicas. Esses efeitos esperados com a construção e com a interpretação apenas são possíveis em um segundo momento; ou seja, depois de percebida a reação do sujeito frente às comunicações realizadas pelo analista, em que se identifica ou não sua implicação.

Em *Construções em análise* (1996k), Freud destacou que, na análise, é importante que se tenham recordações de afetos e de experiências. Esses afetos são importantes por serem suscitados pela transferência. Quando o sujeito não recorda de uma experiência para falar durante a sessão, ele passa a atualizar os afetos, ou seja, passa a direcionar ao analista alguns afetos. “A transferência favorece o retorno de conexões emocionais relacionadas às experiências esquecidas por causa do recalco (Freud, 1996k, p. 276).

Já em seu texto *Recordar, repetir e elaborar* (1996d), Freud afirmou que a recordação tem seu limite nos processos de satisfação que se encontram sob recalco. As satisfações sexuais recalçadas não poderão se tornar conscientes por meio das associações de ideias. O sujeito para suas associações e passa a assumir um padrão de repetição de suas atitudes. Ao invés de recordar, o sujeito agora atua nas sessões de tratamento de acordo ainda com o padrão de satisfação erótico assumido em tenra infância. Para Freud (1996d, p. 165), “o paciente não recorda coisa alguma do que esqueceu e recalco, mas expressa-o pela atuação ou atua-o (*acts it out*). Ele o reproduz não como lembrança, mas como ação; repete-o, sem, naturalmente, saber que o está repetindo”.

Apesar de a resistência ser um impedimento ao trabalho analítico através de diversas formas, como o impedimento da associação, repetição do sintoma e de atos endereçados, a elaboração por parte do sujeito é visada. Seria decorrente de um posicionamento ético do psicanalista que ajude a tornar possível maior liberdade para as escolhas amorosas do sujeito, através das interpretações e construções em análise, a fim de que estas não mais fiquem tão submetidas às sobredeterminações infantis. Apesar de não estabelecer os determinantes do tratamento, que irão garantir seu sucesso, Freud em nenhum momento deixou de considerar quais fatores estão presentes e influentes na análise e que poderiam ser manejados a ponto de evocarem diferentes consequências para a doença e para o estado de sofrimento do sujeito.

Para Freud, a resistência é aquilo que impedia o tratamento e que poderia se apresentar por diferentes meios, não deixando com que uma alteração significativa na forma de satisfação pulsional repetitiva ocorresse. Nesse sentido, ele identificou algumas modalidades de resistência que poderiam impedir o desenrolar do tratamento, estabelecendo, a partir de sua metapsicologia, as diferentes configurações que o conceito de resistência pode assumir em contexto clínico. Dessa forma, ele indica que o impedimento de uma mudança no estado de satisfação do sujeito pode ser remontada por diferentes configurações psíquicas.

CONCLUSÃO

Identificamos que a resistência estava presente nas considerações de Freud sobre o funcionamento do aparelho psíquico postulado como primeira tópica. Nas primeiras duas décadas de trabalho de transmissão da psicanálise, Freud apresentou o psiquismo como dividido entre três sistemas: consciente, pré-consciente e inconsciente. Essa formulação foi possível porque as resistências eram percebidas na clínica como uma força que impedia os representantes da pulsão de chegarem até o consciente.

Além desse impedimento, a diferença existente entre os sistemas psíquicos foi identificada por causa dos processos primário e secundário. Os representantes inconscientes eram organizados por uma lógica específica em que, quando chegavam à consciência, podiam ser identificados. Assim, era possível que fossem diferenciados, entendendo-se a quais sistemas pertenciam. Tais processos indicavam o funcionamento de dois princípios no aparelho psíquico: o princípio de prazer e o princípio de realidade. O princípio de prazer visa à descarga de energia libidinal, porque o acúmulo desta geraria desprazer ao aparelho. O princípio de realidade era uma maneira de estender o princípio de prazer, só que, agora, atuando sobre a realidade para se obter a descarga libidinal.

Com os sonhos traumáticos e as neuroses de guerra, o princípio de prazer voltou a ser investigado porque a descarga de energia gerava desprazer. Ao identificar uma força que obrigava a energia libidinal a se vincular com representantes específicos, no caso desprazerosos, Freud percebeu uma força não apenas entre os sistemas, mas, ainda, forças que faziam com que certos representantes insistissem em se manifestar na consciência. Ele chamou essa força de resistência, porém, resistência não mais entre os sistemas, mas sim entre representantes pulsionais. Desse modo, pôde postular as instâncias psíquicas Eu, Supereu e Isso a partir da identificação de uma resistência à livre manifestação dos representantes psíquicos na consciência.

Não podemos pensar que qualquer dificuldade encontrada era digna de fazer com que Freud modificasse toda sua teoria. Seu extenso trabalho clínico proporcionou bastante material para que pudesse discernir um caso clínico estruturante de uma mudança de outros que não fossem. Com isso, poderia propor uma possível reformulação da teoria ou dos procedimentos adotados. As formulações teóricas feitas eram extraídas do modo como o tratamento se desenrolava.

Freud percebeu que havia uma forte insistência do sintoma em seus pacientes. Uma vez eliminado o sintoma, este poderia apresentar em outras épocas um novo quadro patológico, e concluiu que eram as resistências que impediam a mudança no estado de sofrimento do sujeito. Nesses casos, a resistência estaria agindo para que a disposição pulsional assumida na formação do sintoma em decorrência do recalque fosse mantida. A resistência do ganho secundário da doença e a resistência transferencial foram então identificadas por Freud.

A transferência é um laço de amor que possibilita ao tratamento analítico acontecer e que carrega os traços da disposição erótica infantil recalçada e sintomática. No entanto, a transferência permite que um elemento de novidade seja incluído na lógica de satisfação pulsional repetitiva no decorrer de um tratamento. A repetição da vida erótica no dispositivo analítico se configura como uma resistência porque pode fornecer subsídios que farão o tratamento não prosseguir. Apesar disso, a resistência transferencial inclui o analista na compulsão à repetição da vida erótica do sujeito dando condições para o manejo da transferência.

O sintoma é a expressão de um conflito pulsional formado em decorrência do impedimento imposto ao representante da pulsão, o qual entrou em desacordo com a instância psíquica Eu. O recalque incide na forma de satisfação pulsional como modo de impedir o desprazer proveniente desse desacordo entre a pulsão e os representantes disponíveis no Eu. A formação sintomática é uma via substitutiva instaurada no aparelho psíquico para permitir a satisfação pulsional apesar do recalque. O sintoma tem na resistência um forte aliado.

ARTIGO

O Eu se esforça para que a pulsão encontre representantes que se coloquem disponíveis para a descarga de libido na consciência. A resistência, como ganho da doença, funciona como uma defesa do sintoma e do recalque, fazendo com que o trabalho de análise tenha que enfrentar também essa formação defensiva do sintoma. A resistência se apresenta como uma defesa contra qualquer mudança em relação ao recalque, ou seja, a resistência defende a formação sintomática.

Identificamos que nas considerações de Freud sobre a resistência no decorrer de sua obra, em todas suas configurações, está vinculada a uma força pulsional repetitiva. A satisfação pulsional está fadada a uma única opção, graças às intervenções do recalque, de forma a restringir o repertório de representantes disponíveis. A resistência defende as diversas vias estabelecidas pelo recalque, mesmo aquelas que causam grande sofrimento ao sujeito. Nesse sentido, a resistência denuncia a insistência de vias pulsionais que tiveram de ser assumidas em decorrência do recalque.

Apesar das dificuldades enfrentadas por Freud por causa da resistência, ele não permitiu que a psicanálise se tornasse inviável frente aos desafios. Consequentemente, os estudos sobre a direção do tratamento desses casos que estavam sob forte resistência forçaram uma mudança na concepção teórica da psicanálise sobre as neuroses. Essas mudanças necessárias ao trabalho clínico implicaram também mudanças no modo de conduzir o tratamento.

REFERÊNCIAS

- Comte-Sponville, A. (2003). **Dicionário filosófico** (E. Brandão, Trad.). São Paulo: Martins Fontes.
- Freud, S. (1996a). **Formulações sobre os dois princípios de funcionamento mental** (Edição standard das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, Vol.XII). Rio de Janeiro: Imago.
- Freud, S. (1996b). **Recomendações aos médicos que exercem a psicanálise** (Edição standard das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, Vol.XII). Rio de Janeiro: Imago.
- Freud, S. (1996c). **A dinâmica da transferência** (Edição standard das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, Vol.XII). Rio de Janeiro: Imago.
- Freud, S. (1996d). **Recordar, repetir e elaborar (Novas recomendações sobre a técnica da Psicanálise II)** (Edição standard das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, Vol.XII). Rio de Janeiro: Imago.
- Freud, S. (1996e). **Observações sobre o amor transferencial (Novas recomendações sobre a técnica da Psicanálise III)** (Edição standard das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, Vol.XII). Rio de Janeiro: Imago.
- Freud, S. (1996f). **O inconsciente** (Edição standard das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, Vol.XIV). Rio de Janeiro: Imago.
- Freud, S. (1996g). **Além do princípio de prazer** (Edição standard das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, Vol.XVIII). Rio de Janeiro: Imago.
- Freud, S. (1996h). **O Eu e o Isso** (Edição standard das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, Vol.XIX). Rio de Janeiro: Imago.
- Freud, S. (1996i). **Inibições, sintoma e angústia** (Edição standard das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, Vol.XX). Rio de Janeiro: Imago.
- Freud, S. (1996j). **Análise terminável e interminável** (Edição standard das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, Vol.XXIII). Rio de Janeiro: Imago.

Freud, S. (1996k). **Construções em análise** (Edição standard das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, Vol.XXIII). Rio de Janeiro: Imago.

Freud, S., & Breuer, J. (1996). **Estudos sobre a histeria** (Edição standard das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, Vol. II). Rio de Janeiro: Imago.

SABEMOS/PODEMOS/QUEREMOS SER SÓS? SUBJETIVAÇÃO E ANÁLISE EM TEMPOS DIGITAIS

DO WE KNOW/CAN WE/WANT TO BE ALONE?

SUBJECTIVATION AND ANALYSIS IN DIGITAL TIMES

Lia Pitliuk¹

Resumo: Considerando a capacidade de estar só como elemento essencial da maturidade subjetiva, em meados do século XX Winnicott formula um caminho constitutivo dessa aptidão, apoiado num processo de interiorização de relações primárias sólidas, íntimas e continentais. Parece-nos, hoje, que esta é uma arquitetura não do humano, mas de uma época, cujas transformações têm implicado mudanças de peso nos nossos modos de individuação. Este artigo se propõe a refletir sobre esta hipótese, trabalhando com a suposição de que a mediação das tecnologias digitais – em suas dimensões elásticas, brincantes, transicionais – seja, afinal, uma busca de reconstrução de sustentações necessárias.

Palavras-chave: Winnicott. Estar só. Clínica psicanalítica. Subjetivação. Digital.

Abstract: Considering the capacity to be alone as an essential element of subjective maturity, in the mid-twentieth century, Winnicott formulates a constitutive path for this aptitude, supported by an interiorization process of solid, intimate, and containing primary relationships. Today, it seems to us that this is not an architecture of the human nature, but of an age, whose transformations have implied significant changes of our modes of individuation. This article proposes to reflect upon this hypothesis, working with the supposition that the mediation of digital technologies – in its elastic, playful, transitional dimensions – is, after all, a search for the reconstruction of necessary supports.

Keywords: Winnicott. To be alone. Psychoanalytic clinic. Subjectivation. Digital.

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, tem-se evidenciado uma das maiores transformações de nossos modos de subjetivação: uma espécie de incapacidade de ficar só. De fato, notamos a crescente dificuldade de se estar só sem a presença não apenas de uma pessoa, mas de muitas; e não só de forma temporária, mas todo o tempo, e simultaneamente – em especial através dos dispositivos de comunicação digital. Vive-se imerso em celulares, notebooks, WhatsApp, Facebook, Instagram, LinkedIn, Tinder etc., em conexão potencialmente permanente com muitos outros, e em modos de relação que nos cabe problematizar.

Já há 20 anos uma analisanda expressava sua alegria de pensar que, graças à internet, “nunca mais ficaria só”. Como ela, são muitos os que “nunca mais ficam sós”, e isso sugere a pergunta: A capacidade de as pessoas ficarem

¹ Psicanalista e psicóloga. Membro e docente em psicanálise, no Instituto Sedes Sapientiae (SP). Docente no Instituto Gerar de Psicanálise (SP). E-mail: lia.internet@gmail.com

sós tende, agora, a se dar apenas na presença de outros não interiorizados? Para sempre só na presença de alguém?

A conceituação de Winnicott sobre a capacidade de estar só – e, imediatamente, da incapacidade de fazê-lo – é uma das mais brilhantes e produtivas de seu pensamento: partindo do paradoxo do estar só em presença, nosso autor trouxe o tema para o universo relacional (Bollas, 2011), abrindo caminho para inúmeros desdobramentos referidos à constituição subjetiva, às nossas relações com o mundo e ao campo da relação analítica.

“Para que se possa usufruir a solidão, é preciso muita companhia”, escreve Caroline Milman (2007, p. 396). É o paradoxo que domina a cena, com a composição, aí implicada, dos jogos de só/acompanhado, presença/não presença, sim/não, sustentando modos de *passagem* que, assim, suavizam ou mesmo contornam as experiências de interrupção, ruptura, violência, queda no nada da ausência.

Estamos, talvez, assistindo a uma estabilização do que, inicialmente, foi concebido como recurso de *passagem*, e isto nos demanda uma atenção cuidadosa aos processos implicados.

Com este objetivo, este artigo visa a refletir sobre três pontos principais:

- Os contextos históricos que dão sentido e condições de possibilidade à experiência de estar só;
- Quanto e como a capacidade de estar só segue se sustentando nos dias de hoje – se é que o faz;
- Como a clínica psicanalítica – incluindo-se aí as modalidades que venho chamando de *em-linha*² – se articula com os contextos da vida atual e os modos contemporâneos de subjetivação.

A INTERIORIDADE E SEU DECLÍNIO

Winnicott nos fala de uma jornada atravessando três modos de estar só: estando imerso numa relação indiferenciada; só na presença de alguém; e materialmente só, graças a relações interiorizadas. Uma jornada envolvendo fluxos progressivos e regressivos e, acima de tudo, envolvendo transições, pontes. Esta é uma das grandes marcas do pensamento winnicottiano, e não nos cansamos de revisitar cada uma de suas elaborações sobre como, então, as passagens podem se dar.

Tomemos o ponto de chegada dessa construção – a capacidade madura de estar só – que, para Winnicott, articula-se à

existência de um objeto bom na realidade psíquica do indivíduo....A relação do indivíduo com este objeto interno, junto com a confiança com relação às relações internas, lhe dá autossuficiência para viver, de modo que ele ou ela fica temporariamente capaz de descansar contente mesmo na ausência de objetos ou estímulos externos (Winnicott, 1983, p. 34).

Ou seja, Winnicott nos fala de um percurso de diferenciação, ou de individuação, apoiado numa interioridade suficientemente constituída. Possibilitada pela introjeção dos cuidados materno-ambientais, essa construção se apoia na relação com o outro, nas experiências de intimidade inter-humanas que, interiorizadas – e, assim, sempre presentes ao longo da vida –, constituem-se, como

ARTIGO

ele diz, em “substrato da amizade” e em “matriz da transferência”. Nesse sentido, quando estamos sós, ao mesmo tempo não estamos sós.

Bem, este brilhante artigo de Winnicott foi lido numa reunião da Sociedade Britânica de Psicanálise em 1957, e nessa mesma época começaram a aparecer trabalhos de muitas disciplinas (sociologia, filosofia, antropologia, etc.) apontando para uma transformação importante das subjetividades, em que as categorias do *íntimo* e do *interno* pareciam estar em crise. Por exemplo, em 1954, comparando as experiências de ler e de assistir à TV, Adorno escreve:

Ler, como um ato de percepção e de apercepção, provavelmente carrega consigo um certo tipo de internalização; o ato de ler um romance se aproxima bastante de um monólogo interior. A visualização nos *massmedia* modernos tende à externalização. A ideia da interiorização ... cede frente a inequívocos sinais ópticos que podem ser captados num relance (Adorno, 1954, p. 218, tradução livre).

Assim, já naquele momento o pensador da Escola de Frankfurt antecipava o que, 50 anos depois, Bezerra diagnostica como “o ocaso da interioridade”, um processo de “esvaziamento da relevância da esfera da intimidade e do mundo privado” (Bezerra, 2002, p. 235). De fato, atualmente nos deparamos com funcionamentos psíquicos e relacionais cada vez menos interiorizados, menos introspectivos, menos intimistas: fala-se de prioridade da exteriorização, de *extimidade*, de *personalidades alterdirigidas*.

Em seu artigo sobre o tema, o psicanalista carioca aponta para o contraste entre duas formas de subjetivação:

antes, uma concepção teórica e uma experiência de sujeito marcada pela forte presença normativa de uma interioridade conflituada, pelo exercício de uma sensibilidade psicológica acentuada (a capacidade de descrever em termos sentimentais e afetivos as vicissitudes da vida), pela valorização de uma atitude interpretativa diante dos problemas pessoais, pela busca de um sentido singular para a própria existência, e assim por diante. No presente, ao contrário, a presença crescente de uma subjetividade exteriormente centrada, avessa à experiência de conflito interno, esvaziada em sua dimensão privada idiossincrática (Bezerra, 2002, pp. 236-237).

A consideração de que aquele percurso subjetivante, expressão de uma época, agora se enfraquece ou mesmo se desfaz, dando lugar a outras formas de se subjetivar, nos levanta questões de primeira grandeza, já que toca no mais essencial de nossas teorizações, nossas práticas e nossa ética.

Pensamos os seres humanos como nucleados em torno de uma profundidade interna individual abrigando uma riqueza incomensurável e enigmática, que merece ou mesmo exige ser investigada, compreendida, transformada. Tomando essa subjetivação intimista e interiorizada como o cerne do humano, nada mais natural do que as novas modalidades subjetivas serem consideradas patológicas, associadas a uma espécie de degeneração do psiquismo – ou, mesmo, da humanização propriamente dita. Desafetação, superficialidade, esvaziamento, baixa capacidade reflexiva e elaborativa – as descrições das subjetividades contemporâneas as situam como cada vez mais afastadas das nossas referências tradicionais de maturidade e de saúde.

Entretanto, num tratamento histórico e genealógico da questão, a capacidade de estar só se mostra não como um indicador universal de amadurecimento, mas muito mais como uma construção subjetiva de uma época. Na esteira de Foucault, muitos autores que se debruçaram sobre o tema vieram pontuando quanto o próprio sentido e valor do *interior* e do *íntimo* – em suas ressonâncias concretas e simbólicas – são construções particulares, datadas, determinadas por interesses socioculturais, políticos e econômicos.

Certamente não nos é fácil conceber um modo de subjetivação não apoiado na experiência da interioridade, e no contexto deste artigo não cabem mais do que brevíssimas ilustrações. Na Grécia Antiga, por exemplo, a existência se dava no espaço público, e elementos que até há pouco consideraríamos de foro íntimo – as práticas sexuais e dietéticas, por exemplo – eram de fato de âmbito político. Na Idade Média, inicia-se a prática da introspecção, mas como um meio de se atingir Deus – e não a si mesmo. Ainda não se tratava da interioridade individualizada e individualizante: nas casas, praticamente tudo era compartilhado, e a intimidade, a domesticidade ou a solidão não eram objetos comuns ou mesmo desejáveis.

Agora, desde a segunda metade do século XX, parece que novamente não o são: muitos estudos indicam que este modo de subjetivação interiorizado e intimista, apoiado numa nítida separação entre os âmbitos privado e público, seja uma construção histórica, localizável apenas nessa época bastante restrita a que chamamos de modernidade, que não chegou a ter dois séculos de duração (de fins do século XVIII a meados do século XX). Foi durante esse período que se instituíram e se desenvolveram demarcações territoriais estritas, dispositivos de isolamento para os indivíduos e para as famílias viverem na segurança de um *dentro*, oposta às ameaças do *fora*.

Paula Sibilia, antropóloga que estuda extensamente esse fenômeno na sociedade ocidental, descreve em detalhe o surgimento do *homo psychologicus*, *homo privatus* ou *personalidades introdirigidas*. Seu livro é resultado de uma pesquisa de fôlego sobre as ferramentas de construção desse sujeito interiorizado, intimista, capaz de ficar só.

Por exemplo, em certo ponto de seu livro, referindo-se particularmente às práticas de escrita e leitura, ela diz:

Esse frondoso universo de palavras se converteu num manancial de roteiros de subjetivação para os indivíduos daqueles tempos, semeando um vasto campo de identificações. Foi assim que germinou uma forma subjetiva particular, dotada de um atributo muito especial: interioridade psicológica. Do que se trata? De um espaço considerado “interior”,... vagamente etéreo e localizado “dentro” de cada um, onde fermentava toda sorte de pensamentos, emoções, lembranças e sentimentos privados. O repertório afetivo dessa esfera íntima devia ser cultivado, agasalhado, sondado e enriquecido constantemente por cada indivíduo (Sibilia, 2016, p. 98).

Na análise deste universo, a autora circula pelos prazeres de escrever e de ler cartas, de escrever e de ler romances; pela importância dos espaços privados, do quarto, do segredo, do diário; pela introspecção e reflexão enquanto formas de relação consigo mesmo, para as quais eram fundamentais a concentração e a possibilidade de isolamento, o que implicava longos períodos sem interrupção (tanto externa quanto interna), sem informação, sem conexão.

ARTIGO

Temos um exemplo contundente desta prática em *Walden*, publicado em 1854: em busca do essencial, Thoreau se isola por dois anos numa cabana. Mantém contato com a natureza, com os livros e com amigos que o visitam e com quem mantém conversas longas e profundas. “Meu objetivo indo para o lago Walden [tinha a ver com a possibilidade] de levar adiante uma série de assuntos meus sem grandes obstáculos” (Thoreau, 1854, p. 8). E mais adiante: “Mais que uma universidade, minha residência favorecia não apenas a meditação, mas também a leitura em profundidade” (Thoreau, 1854, p. 42).

É este o universo que Sibilia tão bem retrata, em sua pesquisa sobre o modo de vida da modernidade – evidentemente, circunscrita aos estratos socioeconômicos em que circula a sua pesquisa:

o ambiente privado da casa – e, mais especificamente, desse valioso quarto só para si – logo se impôs como um requisito fundamental para que o eu do morador pudesse ficar à vontade. Sozinha e a sós consigo mesma, cada subjetividade podia se expandir sem reservas e se autoafirmar em sua individualidade... Era necessário dispor de um local próprio, separado do âmbito público e da intromissão de outrem por sólidos muros e portas fechadas... para poder ser alguém. Isto é, para se tornar um sujeito moderno, para ter condições de produzir a própria subjetividade naquele momento histórico (Sibilia, 2016, p. 86).

São descrições que muito diretamente nos evocam as preocupações mais centrais de Winnicott no que se referia à possibilidade e à liberdade de ser: acima de tudo, *poder ser*, sem desaparecer frente às exigências exteriores. Lembremos, por exemplo, de sua defesa contundente do direito à não-comunicação, do direito de se isolar e de se esconder como estratégia de sobrevivência contra práticas sociais ameaçadoras:

Isto foi um protesto do meu íntimo contra a assustadora fantasia de ser infinitamente explorado. Em outras palavras, esta seria a fantasia de ser devorado e engolido. Na linguagem deste estudo, é a fantasia de ser descoberto (Winnicott, 1983, p. 163).

A INTIMIDADE E O ESTAR SÓ NA PRESENÇA DA MÃE

As noções de que estamos tratando – interioridade e privacidade – remetem, sem dúvida, à de *intimidade*, articulada por Winnicott ao que se dá nas relações mãe-bebê, e retomada nas amizades, nos pares amorosos e nas duplas analíticas. Antes de mais nada porque as relações íntimas exigem, claramente, espaços bem protegidos, separados do resto por paredes sólidas – concretas e simbólicas. O íntimo, por definição, se dá dentro de espaços delimitados, e é na intimidade da primeira relação mãe-bebê que Winnicott apoia a construção do caminho *estar com* – *estar só na presença* – *estar só*.

Também nesse ponto constatamos que esse modo de relação primária, tão fortemente marcado por proximidade e intensidade, existiu apenas nos períodos mais recentes da história humana, e em condições muito especiais. Badinter nos fala sobre o período anterior à modernidade:

A família do século XVII, embora diferente da medieval, ainda não é o que [Ariès] chama de família moderna, caracterizada pela ternura e a intimi-

dade que ligam os pais aos filhos... a criança tem pouca importância na família, constituindo muitas vezes para ela um verdadeiro transtorno. Na melhor das hipóteses, ela tem uma posição insignificante. Na pior, amedronta (Badinter, 1985, pp. 53-54).

E mais:

Ao buscar nos documentos históricos e literários a substância e a qualidade das relações entre a mãe e o filho, constatamos seja indiferença, sejam recomendações de frieza, e um aparente desinteresse pelo bebê que acaba de nascer (Badinter, 1985, p. 85).

A autora lista muitas explicações para isso, recolhidas ao longo de sua pesquisa: motivos pragmáticos, narcísicos, religiosos, morais, econômicos, culturais, etc. Não é do que trataremos aqui: para nossos fins, basta-nos captar a atmosfera que envolvia o universo mãe-bebê, em vários estratos sociais:

No século XVII e sobretudo no século XVIII, a educação da criança das classes burguesas ou aristocráticas segue aproximadamente o mesmo ritual, pontuado por três fases diferentes: a colocação na casa de uma ama, o retorno ao lar e depois a partida para o convento ou o internato. A criança viverá no máximo, em média, cinco ou seis anos sob o teto paterno, o que não significa absolutamente que viverá com os pais. Podemos dizer, desde já, que o filho do comerciante ou do artesão, como o do magistrado ou do aristocrata da corte, conhecerá uma solidão prolongada, por vezes a falta de cuidados e com frequência um verdadeiro abandono moral e afetivo (Badinter, 1985, p. 119).

Não é difícil compreender que estas práticas de criação produziam subjetividades diferentes das próprias da modernidade. Usando a linguagem de Winnicott, imagino que estes seriam pais suficientemente bons para a constituição dos homens e mulheres daqueles séculos, mas não dos que começaram a ser requeridos depois disso:

É no último terço do século XVIII que se opera uma espécie de revolução das mentalidades. A imagem da mãe, de seu papel e de sua importância, modifica-se radicalmente, ainda que, na prática, os comportamentos tardassem a se alterar. Após 1760, abundam as publicações que recomendam às mães cuidar pessoalmente dos filhos e lhes “ordenam” amamentá-los. Elas impõem, à mulher, a obrigação de ser mãe antes de tudo... Iguamente nova é a associação das duas palavras, “amor” e “materno” (Badinter, 1985, pp. 145-146).

É assim que:

Desde o século XVIII, vemos desenhar-se uma nova imagem da mãe, cujos traços não cessarão de se acentuar durante os dois séculos seguintes. A era das provas de amor começou. O bebê e a criança transformam-se nos objetos privilegiados da atenção materna (Badinter, 1985, p. 202).

E também:

Os carinhos maternos, a liberdade do corpo e as roupas bem adequadas testemunham um novo amor pelo bebê. Para fazer tudo isso, a mãe deve dedicar a vida ao filho. A mulher se apaga em favor da boa mãe que, doravante, terá suas responsabilidades cada vez mais ampliadas (Badinter, 1985, p. 206).

Temos então que:

É portanto um novo modo de vida que aparece no final do século XVIII e que se desenvolverá no curso do século XIX. Voltada para o “interior”, a “intimidade” que conserva bem cálidos os laços afetivos familiares, a família moderna se recentra em torno da mãe, que adquire uma importância que jamais tivera (Badinter, 1985, p. 213).

Chegando então ao século XX:

Auxiliar do médico no século XVIII, colaboradora do padre e do professor no século XIX, a mãe do século XX arcará com uma última responsabilidade: o inconsciente e os desejos do filho...a mãe será promovida a “grande responsável” pela felicidade de seu rebento. Missão terrível, que acaba de definir seu papel (Badinter, 1985, pp. 237-238).

Neste cenário vemos o centramento na individualidade, tão característico do período moderno: a criação das crianças passa a ser responsabilidade única e exclusiva de um indivíduo – a mãe –, e esse processo de separação em relação ao coletivo terá consequências que ainda hoje estamos tentando compreender. Uma delas é a instituição de um espaço íntimo mãe-bebê em que se dá a experiência do estar só em presença, essencial para a constituição da capacidade de estar só, marca da subjetivação na modernidade.

ESTAR SÓ NA PRESENÇA DO ANALISTA

A clínica analítica, por sua vez, nasce e floresce justamente nesse período, e notemos que foi para este modo de ser, viver e se relacionar que o *setting* analítico tradicional foi inventado e se disseminou – por exemplo, com a prática de sessões diárias, em consultórios fechados, numa relação estreita e íntima voltada à apreensão e transformação do universo interior. Os analisandos e suas vidas eram totalmente *compatíveis* (Sibilia, 2012) com esse dispositivo, assim como com muitas horas de leitura, de escrita, de longas conversas, geralmente no silêncio das noites em recintos privados. O íntimo era primordial.

Como Sibilia, na esteira de Foucault, tão bem descreve, o mundo moderno era bastante regido pela lógica das paredes, com o estabelecimento de espaços fechados, limitados e íntimos – concretos e simbólicos, tanto individuais quanto grupais e institucionais. Com o mundo urbano sendo vivido como cada vez mais ameaçador, progressivamente fez-se necessário construir espaços mais protegidos – contra ruídos e dispersão, contra ameaças e invasões de todos os tipos, contra o medo e o desamparo.

Notemos, aliás, quanto esse cenário é inspirador para o *setting* analítico tradicional.

Entretanto, agora,

os muros que costumavam proteger a privacidade individual estão sofrendo sérias rachaduras. Junto com os velhos pudores, também as paredes daqueles lares burgueses e dos quartos próprios que abrigavam o delicado *eu do homo psychologicus* hoje parecem estar desabando (Sibilia, 2016, p. 115).

Imersos numa outra lógica – a lógica da conectividade, a lógica das redes – estamos ficando cada vez menos compatíveis com vários ambientes da modernidade, e nos compatibilizando cada vez mais com outros, como é o caso dos dispositivos digitais, que se infiltram por todas as paredes.

Um exemplo simples e cada vez mais corriqueiro: referindo-se a um momento da análise em-linha com uma criança, Susemihl escreve:

[A criança] me leva pelo apartamento.... Depois me leva para o seu quarto.... Voltamos para a sala.... Penso que se sentia suficientemente acompanhada por mim, me levando na tela pela casa inteira (Susemihl, 2020, p. 58).

É um modo muito peculiar e contemporâneo de situar as coisas: não é do dispositivo sendo carregado pela criança que a analista fala; ela própria, a analista, se descreve sendo levada pela criança. Não é esta uma expressão belíssima da dimensão paradoxal e transicional da nossa experiência nos encontros digitais? Nem perto nem longe, nem juntos nem separados, nem sozinhos nem acompanhados.

Vivemos conexões múltiplas, muita mobilidade. Tempos muitas vezes picotados e interrompidos, outras vezes estendidos e não limitados. Também estamos ficando mais rápidos, ansiosos, dispersos, pragmáticos, produtivos na multitarefa: hiperprodutivos, em muitos sentidos. Menos compatíveis com as muitas horas de divã, as muitas horas de leitura, de estudo, de conversa, de silêncio... e, claro, de intimidade dos estados tranquilos nas relações pais-bebê.

Como exemplo da verdadeira mutação subjetiva pela qual viemos passando, já no início da pandemia nós mesmos nos surpreendemos com a rapidez e a facilidade com que nos adaptamos – analistas e analisandos – ao *setting* do trabalho clínico em-linha. Isso se deu, certamente, porque já somos outros, já estamos vivendo e sentindo de novos modos. Uma nova subjetividade vem se perfilando em nosso horizonte – e em nossos consultórios.

DO MODERNO AO CONTEMPORÂNEO

Cabe aqui reconhecermos o quanto a psicanálise está envolvida nessa transformação. Lembremos que a própria associação livre ganhou seu espaço por ser um dispositivo contra vários dos alicerces da modernidade: o aprisionamento do pensamento, o privilégio de pautas racionais e lineares, a mecanização da vida, a homogeneidade. Muitas forças se compuseram na direção de importantes conquistas políticas e socioculturais envolvendo complexidade, criatividade, múltipla conexão e ganhos da dispersão. Ao mesmo tempo, enfrentamos perdas significativas – de proteção, de referências, de sustentação.

Nesse contexto, também a relação mãe-bebê se transformou marcantemente – como não poderia deixar de ser. Pensemos, por exemplo, nas demandas

ARTIGO

complexas e contraditórias – tanto externas quanto autoimpostas – vividas pelas mães do século XXI, relativas ao cumprimento de ideais de maternidade, de feminilidade, profissionais, conjugais, sociais. Há muitas ameaças à bolha protetora necessária para que a *mãe devotada comum*, nas palavras de Winnicott, se disponibilize para espaços tranquilos nos primeiros meses com seu bebê, incluindo-se aí a placidez de um acompanhamento não demandante. Notemos quanto a palavra *quietude*, tão presente nos textos do psicanalista inglês, hoje nos desperta estranhamento, e quanto o silêncio vem ficando matéria cada vez mais ausente das análises – o que é completamente compreensível, já que, assim como a maternagem, também a clínica se vê crescentemente constrangida e invadida por pressões de várias ordens.

Estranharemos, então, que os bebês estejam crescendo com cada vez menos capacidade de autossustentação subjetiva? Que a interiorização de uma experiência repetitiva e tranquilizadora de estar só na presença de alguém já não seja tão favorecida quanto antes? E que em seu lugar estejam se instalando outros modos de acompanhamento?

A preocupação materna primária pode ser perturbada por diversas condições que estão presentes na ruptura territorial contemporânea, e tal perturbação acarretará consequências na subjetividade infantil. Determinadas regularidades subjetivas poderão ser, em alguma medida, fornecidas de maneira substitutiva, por exemplo, pela presença da televisão no espaço doméstico, ao reproduzir ruídos e vozes humanas... capazes de reduzir a solidão (Rauter, 2005, p. 67).

Rauter publicou isto já há 16 anos, apontando para uma crescente insuficiência, no contemporâneo, da preocupação materna primária – o que devemos estender, imediatamente, à insuficiência do social em prover as sustentações necessárias para todo o processo, já que as duas ordens – materna e social – se entrecruzam, se superpõem e se simbolizam mutuamente.

Claro, no nível constitutivo, não se concebe que dispositivos eletrônicos sejam substitutos minimamente razoáveis para os vínculos humanos; entretanto, na medida em que, aprovemos ou não, esses aparatos vão “atravessando as paredes” e se instalando em meio às relações entre as pessoas, há que se reconhecer que não haverá como esperarmos configurações subjetivas nos moldes daquelas com as quais estávamos habituados. Na insuficiência de experiências constitutivas do estar só na presença, não é razoável supor que os sujeitos da contemporaneidade vivam atrelados a acompanhantes permanentes – humanos ou não? Que, como condição de existência, necessitem da constante confirmação de si através do olhar e da aprovação alheios? E sendo assim, não é bastante plausível que o estar só na presença, enfraquecido nos períodos de constituição individual, esteja agora sendo depositado, por adolescentes e adultos, nos usos dos dispositivos digitais? Estes não são – ou melhor, não foram se tornando – incrivelmente compatíveis com a função de suprir a carência crônica de elementos interiorizados de sustentação?

Esta hipótese nos convoca a reflexões teóricas, clínicas, políticas e éticas. Antes de mais nada porque se, como tem sido bastante comum, considerarmos que estas formas de sentir e de viver implicam uma degradação subjetiva que só comportaria perdas – da interioridade, de assunção do mal-estar como psíquico, da capacidade de reflexão, de concentração, de liberdade associativa, etc. –, tenderemos a nos engajar em movimentos de resistência a

esses novos modos de subjetivação, defendendo um retorno ao que conhecíamos antes. Não apenas uma batalha perdida já de antemão mas, mais que tudo, que nos distancia das pessoas e de suas questões mais essenciais.

E uma dessas questões mais fundamentais se refere, em minha opinião, a quanto era delirante o ideal moderno de autonomia individual, apoiado numa separação extrema dos outros e do mundo. Aquele sujeito, arrastado a um isolamento da vida social e individuado pela interiorização do intersubjetivo, não teria como seguir se sustentando em suas próprias pernas – do mesmo modo que um bebê não sustenta sua experiência interiorizada na ausência prolongada da mãe (Winnicott, 1975). Na modernidade, o indivíduo se sustentava nas instituições, nas paredes de todos os tipos que lhe garantiam certezas protetoras; sem elas, não é totalmente compreensível que novos amparos precisassem ser construídos? E, sendo assim, não é plausível que a atual dependência maciça dos dispositivos digitais seja o meio encontrado de sobreviver à individualização e ao isolamento? Novamente: gostemos disso, ou não.

ELASTICIDADE DAS CONEXÕES

Neste campo – como em tantos outros – vale a pena escaparmos do pensamento binário que, neste caso, remeteria a apoiar *versus* resistir à corrosão da interioridade, à corrosão das paredes. Aliás, a própria pertinência ao campo psicanalítico dificulta essa dualidade, já que a psicanálise ocupa um lugar de peso tanto na instauração quanto na manutenção de *ambas* as tendências.

Por um lado, os modelos de funcionamento psíquico e de *setting* clínico com que a psicanálise se constituiu nas suas primeiras décadas eram bem adaptados à subjetividade moderna – ou, melhor, aos *ideais* da subjetividade moderna – descrevendo, acolhendo e promovendo a atenção ao mundo interno e seus povoamentos; entretanto, ao mesmo tempo, ela também descobria e expunha as rachaduras das paredes e as complexas articulações interno-externo, eu-outro.

Nisso podemos destacar, claramente, a revolução ímpar que Winnicott promoveu ao conceber, dentro da psicanálise, a transicionalidade e o pensamento paradoxal: foram golpes importantes nas paredes, golpes que não cessam de se disseminar até hoje – por exemplo, no que concerne às modalidades de estar só. O conceito do estar só na presença remete não só ao paradoxo, mas também a algo da ordem do movimento; talvez, retomando a expressão de Ferenczi, nos remeta à ordem da *elasticidade* (Ferenczi, 1992), só que pensada não apenas em relação à técnica. Com Winnicott, podemos pensá-la em referência às relações humanas, no sentido de que o campo estar-com/estar-só se articula e se compõe de formas complexas, elásticas e simbolizantes.

Assim como, depois da concepção da transicionalidade, interno e externo nunca mais foram os mesmos, também estar só e estar com se transmutaram com a noção do estar só na presença:

A imagem é a de um bebê que brinca tranquilo enquanto sua mãe ou substituta está afastada dos olhos, mas “confiantemente presente”, fazendo-se representar pela atmosfera geral do ambiente. É uma distância/presença. Não há ruptura. A mãe suficientemente boa inclui o seu filho num espaço que pode esticar-se como um forte elástico, e para isso a questão geográfica não é a mais importante (Milman, 2007, p. 396).

ARTIGO

Esta, aliás, não é a arquitetura da situação analítica tradicional? Um dos elementos centrais do *setting* inventado por Freud? A proposta de que o analisando se deite no divã de costas para o analista, e que diga o que lhe passar pela cabeça sem privilegiar considerações de censura – morais, de inteligibilidade ou de produtividade –, implicava justamente um convite a um estar só na presença. Com ainda mais precisão, implicava um convite a um *brincar* de estar só na presença: “façamos de conta que não estou aqui”.

Sabemos quanto esse aspecto do *setting* foi – e segue sendo – fundamental para muitos dos desdobramentos de uma análise. Entretanto, lembremos que não se trata de o analisando ficar estacionado nessa posição: é no vaivém entre estar com e estar só na presença do outro que transcorrem as sessões analíticas. Assim como o brincar da criança pequena em presença de um adulto não demandante, também a sessão se dá neste lusco-fusco de presença e não presença, um movimento oscilatório que é iniciado pelo próprio analisando, ou pelo analista. Uma frase deste último, um som produzido por um movimento seu ou uma pergunta pode rapidamente transformar uma coisa em outra, principalmente se a fala ou o som for experimentado, pelo analisando, como uma demanda. Trata-se, desde sempre, de brincar com a não presença, cerne da categoria do transicional.

Isso não só durante as sessões: no espaço-tempo entre sessões as comunicações digitais – por mensagens escritas ou de voz – popularizaram-se, de modo que muitos processos analíticos vão incluindo práticas de trabalho continuado fora das sessões: às vezes pela via de deslizamentos sutis, nem sempre muito percebidos pelo próprio analista, e em outras como prática assumida.

Essas trocas de mensagens vêm se tornando formas de, entre sessões, estar só na presença do outro. Isso se dá, notadamente, na clínica dos chamados “casos difíceis”, onde as experiências presença-ausência se constituem em elementos imperativos, e mesmo basilares. São analisandos que, pelas vias digitais, extrapolam o *setting* tradicional enviando aos seus analistas cartas, associações, fotos, narrativas, e com isso constituindo *settings ampliados*. Em paralelo, também no trabalho com as neuroses a disseminação das comunicações digitais, com sua agilidade e praticidade, vem produzindo mudanças na vinculação analista-analisando através de comunicados, pedidos, perguntas, resoluções práticas – experiências, também, de estar só na presença.

Entretanto, é no espaço-tempo das sessões em-linha que o estar só na presença é vivido com mais radicalidade. Sublinhemos que se trata de uma forma de presença que não é virtual e nem imaginária: o outro de fato está aí, numa *outra forma de presença*, com uma qualidade mais elástica do que as formas que conhecíamos.

Milman, como vimos, já tinha apontado o elemento de *elasticidade* na relação mãe-bebê. Ana Lúcia M. Oliveira, sem utilizar essa expressão, acaba por incluir a dimensão elástica na clínica tradicional ao refletir sobre o uso da poltrona giratória no *setting* analítico. Um “tipo de poltrona/divã combinados”, diz ela, um “divã transicional”: “um dispositivo com o potencial de alternar a posição face a face e o deitar no divã” (Oliveira, 2020, p. 527). A autora afirma ainda que se trata de uma “ferramenta que contempla o gradativo, elemento crucial em alguns processos” (Oliveira, 2020, p. 530).

Bem, parece-me que a explosão das conectividades digitais a partir da segunda metade do século XX concretizou ao máximo esse vaivém brincante entre estar com e estar só: nós nos mantemos vinculados – e também separa-

dos – através destas conexões. Mais ainda: pelas mediações digitais, vivemos um crescente esmaecimento da distinção entre estar só, estar com, e estar só na presença do outro. Penso que nunca esse fluxo permanente entre nossos modos de relação foi vivido de forma tão concreta e explícita como agora, e na análise em-linha temos visto quanto o novo dispositivo tem possibilitado aproximações inéditas de analisandos com maiores dificuldades de contato; tem permitido, também, graus variáveis de ocultação defensiva necessária para muitos; e, mais que tudo, tem viabilizado alternâncias e experimentações inéditas graças, justamente, ao atributo da elasticidade.

Gradativo, móvel, flexível, elástico: é nessa direção que o dispositivo analítico tem se movimentado:

não há nada mais sugestivo, e com tantas ressonâncias, do que a ideia de ligação por fio ou cabo (de telefone, de internet, de fones de ouvido): o cordão umbilical...o cabo que liga um astronauta à nave-mãe...o barbante do carretel do neto de Freud...o cordão do famoso menino do cordão, atendido por Winnicott...os brincares das crianças com os telefones com fio, como o das latinhas unidas por um barbante... Brincares que vão se desdobrando e vão se simbolizando, ao longo da vida, em telefones sem fio das mais variadas formas e distâncias, na construção da capacidade de se separar e de estar só. Telefones sem fio, sim, mas lembremos: sempre ligados por ondas – sonoras, elétricas, eletromagnéticas; ou seja, ligados, sempre, por pontes de alguma natureza, mesmo que não visíveis (Pitliuk, 2020).

Fios, cabos, cordões, ondas: pontes flexíveis, elásticas, dilatáveis em que se pode brincar com presença/ausência, continuidade/descontinuidade, proximidade/distância, permanentemente só em presença: este parece ser um dos elementos essenciais da subjetivação contemporânea.

O ponto fundamental me parece ser que se, nas condições sociais, econômicas e políticas a que chegamos, este for o modo possível de sobrevivência subjetiva, imagino que qualquer resistência a ele exigirá, necessariamente, a invenção de novas formas de vinculação e de pertinência. Mais uma vez, a psicanálise tem e continuará tendo um papel crucial nessa construção: esse é o nosso desafio, para – como eu mesma dizia em outra oportunidade – seguirmos vivos... e juntos.

NOTA

2. Termo com que nomeei essa modalidade de trabalho. Primeiro, para evitar o uso de “on-line”, mais um termo em língua estrangeira; mas também, como veremos à frente, por sua evocação do que conecta, vincula, liga – aquilo que simboliza e sustenta, simultaneamente, a união e a separação: a linha, o fio, o cordão.

REFERÊNCIAS

- Adorno, T. W. (1954). How to look at television. **The Quarterly of Film Radio and Television**, 8(3).
- Badinter, E. (1985). **Um amor conquistado: o mito do amor materno** (W. Dutra, Trad.). Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

ARTIGO

- Bezerra Jr, B. (2002). O ocaso da interioridade e suas repercussões sobre a clínica. In C.A. Plastino (Org.). **Transgressões**. Rio de Janeiro: Contra Capa.
- Bollas, C. (2011). Character and interformality. In C. Bollas. **The Christopher Bollas reader**. Londres: Routledge.
- Ferenczi, S. (1992). A elasticidade da técnica psicanalítica. In S. Ferenczi. **Obras completas** (Vol. IV). São Paulo: Martins Fontes.
- Milman, C. (2007). Estar solitária na presença da psicanalista. **Psicanálise – Revista da Sociedade Brasileira de Psicanálise de Porto Alegre**, 9(2).
- Oliveira, A. L. M. (2020). Poltrona elástica? Divã transicional? Reflexões sobre a minha poltrona giratória. **Revista de Psicanálise da SPPA**, 27(2).
- Pitliuk, L. (2020). Sustentar uma clínica psicanalítica em-linha (online)? **Percurso – Revista de Psicanálise**, XXXII(64).
- Rauter, C. (2005). Invasão do cotidiano: algumas direções para pensar uma clínica das subjetividades contemporâneas. In A. Maciel Jr, D. Kupermann, S. Tedesco (Orgs.). **Polifonias: clínica, política e criação**. Rio de Janeiro: Contra Capa.
- Sibilia, P. (2012). **Redes ou paredes: a escola em tempos de dispersão**. Rio de Janeiro: Contraponto.
- Sibilia, P. (2016). **O show do eu**. Rio de Janeiro: Contraponto.
- Susemihl, E. V. K. P. (2020). Notas sobre a clínica à distância, Klein, contratransferência e identificação projetiva. **Rev. Bras.Psic**, 54(3).
- Thoreau, H. (1854). **Walden ou A vida nos bosques**. Recuperado de <http://www.educacional.com.br/upload/dados/materialapoio/1790001/6749620/13072220-Henry-David-Thoreau-A-Vida-Nos-Bosques.pdf>
- Winnicott, D. W. (1983). Comunicação e falta de comunicação levando ao estudo de certos opostos. D. W. Winnicott. In **O ambiente e os processos de maturação: estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional** (I.C.S. Ortiz, Trad.). Porto Alegre: Artes Médicas.
- Winnicott, D. W. (1975). A localização da experiência cultural. In D. W. Winnicott. **O brincar e a realidade**. Rio de Janeiro: Imago.

O ESTRANGEIRO EM PSICANÁLISE: CONTRIBUIÇÕES A PARTIR DAS OBRAS DE NEUSA SANTOS SOUZA E ISILDINHA BAPTISTA NOGUEIRA

THE FOREIGNER IN PSYCHOANALYSIS: CONTRIBUTIONS FROM THE WORKS
OF NEUSA SANTOS SOUZA AND ISILDINHA BAPTISTA NOGUEIRA

Taiasmin Ohnmacht¹

Resumo: Este artigo propõe uma reflexão sobre relações étnico-raciais e psicanálise a partir do tema do estrangeiro em Freud. A posição do negro como estrangeiro diz respeito à psicanálise, na medida em que a história da psicanálise no Brasil conta com psicanalistas negros (as) que sofreram branqueamento ou apagamento de suas trajetórias e/ou de suas contribuições teóricas. O artigo resgata, em particular, a produção teórica de Neusa Santos Souza e Isildinha Baptista Nogueira sobre a temática do estrangeiro freudiano considerando a racialização presente na estrutura social brasileira.

Palavras-chave: Relações étnico-raciais. Psicanálise. O estrangeiro. Neusa Santos Souza. Isildinha Baptista Nogueira.

Abstract: This article proposes a reflection on ethnic-racial relations and psychoanalysis based on the theme of the foreigner in Freud. The position of black people as a foreigner concerns psychoanalysis, to the extent as the history of psychoanalysis in Brazil has black psychoanalysts who have suffered whitening or erasure of their trajectories and/or their theoretical contributions. The article rescues, in particular, the theoretical production of Neusa Santos Souza and Isildinha Baptista Nogueira on the theme of the Freudian foreigner, considering the racialization present in the Brazilian social structure.

Keywords: Ethnic-racial relations. Psychoanalysis. The foreigner. Neusa Santos Souza. Isildinha Baptista Nogueira.

A comunidade negra conhece bem a imagem Sankofa. É um símbolo da escrita Adinkra, uma escrita pertencente aos povos Akan da África Ocidental. Sankofa é um pássaro que tem a cabeça voltada para trás, podendo ser traduzida da seguinte forma: é possível voltar e buscar o que ficou para trás e que é necessário para seguir adiante. É este movimento que proponho neste texto.

Algo ficou para trás na psicanálise exercida em território nacional. A clínica freudiana chega aqui, um país de relações raciais complexas, sendo pensada e exercida majoritariamente por profissionais brancos. É bem verdade que a psicanálise, sempre em debate com a filosofia, antropologia, política, artes, nunca esteve alheia a refletir sobre as contradições sociais. Ainda assim, foi

¹ *Psicanalista e escritora. Mestre em Psicanálise (UFRGS). Membro do coletivo Adinkra: Saúde Mental e Relações Raciais. Compõe a coordenação do selo editorial Diálogos da Diáspora. E-mail: taiasmin.mo@hotmail.com*

possível aos psicanalistas brasileiros manter a questão racial distante tanto do pensamento teórico quanto da prática clínica. Tais profissionais não estão fora do laço social, e este laço social implica denegar o *apartheid* racial em que vivemos, implica deixar uma parcela considerável da população numa situação de desamparo discursivo, uma população que ficou muito tempo, tempo demais, sem acesso à possibilidade de enunciação, sendo falada por outros que nunca se implicaram como pertencentes e atuantes neste cenário racial. Assim, a população negra ocupou ou a invisibilidade ou o lugar de objeto. Este estado de coisas não está presente apenas na psicanálise, mas em todos os campos de conhecimento, nas instituições, nas relações interpessoais, e a isso chamamos de racismo estrutural. Portanto, a psicanálise exercida por psicanalistas brasileiros em sua imensa maioria brancos não está fora disso, ela está inserida nesta malha discursiva.

Nas asas de Sankofa vamos descobrindo que, ainda assim, pessoas negras foram fundamentais na história da psicanálise brasileira, como Juliano Moreira, psiquiatra negro do início do século XX e primeiro professor universitário a incorporar o conhecimento psicanalítico a seu ensino, e Virgínia Bicudo, uma das pioneiras da psicanálise no Brasil, e uma das primeiras psicanalistas não médicas, fundadora de duas sociedades psicanalíticas (uma em São Paulo e outra em Brasília) e grande divulgadora da psicanálise nos meios de comunicação da época. Mulher negra que teve sua imagem embranquecida em retrato a ocupar as paredes da sociedade de psicanálise de São Paulo. Por quê? Seria estranho demais assumir que uma das figuras fundamentais na história do movimento psicanalítico era negra? Buscando material para este texto, encontro um artigo que fala de Juliano Moreira, e a determinada altura faz uma reflexão de o quanto deve ter sido estranho para as pessoas conhecê-lo pessoalmente e observar sua pele escura. Estranho? Por quê? Quantos não ditos estão colocados neste estranhamento? Parece que há algo oculto que o corpo negro desvela, o corpo negro em determinados lugares, em lugares imprevistos. Ou seja, há algo disponível à percepção de todos nós, mas que invisibilizamos ao naturalizar. O racismo não é sutil, ele é gritante, mas naturalizado.

Mesmo diante deste cenário, historicamente houve psicanalistas que além de se interessarem pelo tema racial, ainda produziram teorias a respeito – não por acaso, ambas negras – Neusa Santos Sousa e Isildinha Baptista Nogueira –, e não por acaso, tanto elas, as psicanalistas, quanto suas produções intelectuais não entraram nos circuitos de estudos da área, nem na academia, nem nas sociedades psicanalíticas.

Foram textos que ficaram pelo caminho, textos delegados à invisibilidade, mas também textos para os quais os convido a parar e a dar alguns passos atrás, tal qual Sankofa propõe, para ler, estudar, e decidir o que podemos e precisamos para seguir adiante.

A característica destes trabalhos é de que não é possível simplesmente importar a teoria de autores europeus e aplicá-la em território nacional. Contudo, não há um abandono das formulações psicanalíticas, muito pelo contrário, mas um entendimento de que é preciso rever conceitos, rever o modo como eles operam em uma montagem discursiva característica da cultura brasileira. Ou, dito de outro modo, na constatação de que a noção de universalidade é insuficiente para lidar com realidades culturais diversas, é preciso pensar a implicação disso na constituição psíquica.

Neusa Santos Souza, psicanalista nascida na Bahia, mas tendo formação

e atuação profissional no Rio de Janeiro, foi quem fez o primeiro trabalho científico/acadêmico sobre a temática de relações raciais na psicanálise brasileira, que mais tarde se transformou no livro *Tornar-se negro*, publicado em 1983. *Tornar-se negro* é o livro mais conhecido de Neusa.

Entretanto, Neusa tem um texto posterior e menos conhecido: “O estrangeiro: nossa condição”. Trata-se de um capítulo do livro *O estrangeiro*, de 1998, editado pela Escuta/Fapesp.

Neusa inicia o texto situando o estrangeiro para a psicanálise, que difere do senso comum. Se para o senso comum estrangeiro é o que está fora, o diferente, para a psicanálise é o próprio psiquismo “dividido, discordante, diferente de si mesmo”. É este íntimo estrangeiro que nos habita e que só se afigura como imagem quando vem de Outro lugar, só o reconhecemos quando vem de fora, e que nesta fronteira imprecisa entre dentro/fora nos causa o efeito de estranheza/horror. Seguindo os passos de Freud, Neusa vai desenvolvendo a noção de estranho familiar. “Um familiar e conhecido que se tornou alheio, alijado que fora pelo processo de recalque, um processo que, ao excluir, faz do excluído a região nuclear, centro pulsátil da experiência do sujeito” (Souza, 1998, p. 156).

Dentre as figuras do estranho retomadas por Neusa, como o duplo, o autômato, ela chega ao feminino como o Outro da norma, sendo esta norma masculina, fálica, europeia. O estranho, assim, é aquele que se opõe ao mesmo, que faz objeção ao todo, que se contrapõe à ordem dominante.

É preciso lembrar que o sujeito se constitui a partir de uma relação de alteridade. O sujeito não se constitui a partir de si mesmo, mas a partir desta relação com um Outro.

Aqui podemos evocar a questão da identidade: como me defino senão como aquilo que o Outro não é? Como mantenho minha ilusão de unidade? Como mantenho distante o que há de estrangeiro em mim?

Assim, ao se encaminhar para a conclusão do texto *O estrangeiro: nossa condição*, Neusa se aproxima do que chamamos hoje de estudos da branquitude. Nada mais identitário do que sustentar a existência da margem para se garantir no centro. E se uso aqui *identitário* (e sou eu quem traz o termo, Neusa não o faz), uso porque é o que se deduz de quem só pode conviver com o diverso a partir da perspectiva do Outro como estranho com quem é impossível se relacionar ou então a partir da perspectiva de uma estranheza que sentencia o Outro a se violentar para se tornar um igual.

Neusa está se referindo ao racismo, mas também à homofobia, ao machismo, à xenofobia.

A autora sugere, ao final, abraçarmos a transitoriedade do mundo, inclusive daquilo que nos é caro, aceitar que não seremos sempre iguais a nós mesmos, abraçar nossa estrangeiridade para suportarmos os inevitáveis estranhamentos e melhor encontrar o que há de diverso no outro e em nós mesmos. Cito-a:

Contra os racismos de todas as cores, de todos os sexos, de todas as crenças, de todas as línguas, de todas as culturas, de todos os países, contra esse horror, que nos valha o estrangeiro – o estrangeiro de toda parte, o estrangeiro de exterior e do interior de nós mesmos (Souza, 1998, p. 163).

Mas podemos agora nos perguntar: e o sujeito que sofre com a violência racial? E o sujeito que encontra os traços de sua africanidade tratados apenas como signos do que não tem valor ou é perigoso?

A estas questões se dedicou a psicanalista Isildinha Baptista Nogueira. Isildinha é uma psicanalista paulista que em 1998 (mesmo ano do texto de Neusa sobre o estrangeiro) escreveu a tese *Significações do corpo negro*, onde vai abordar os efeitos psíquicos do racismo para os negros. Já neste trabalho, que foi sua pesquisa de doutorado, ela se debruça sobre o tema do estranho.

A tese de Isildinha parte de um ponto que me parece crucial, o corpo negro, um eterno estrangeiro, visto constantemente como fora de lugar. Ele é capturado pelo sistema de representações sociais como corpo sem valor moral e/ou intelectual, indesejável e inaceitável, perigoso, excessivo, ou seja, um corpo discursivamente capturado por fantasias brancas, como diria Grada Kilomba (2019).

A questão que Isildinha procura responder desde sua tese é: quais são as peculiaridades para o psiquismo negro dos sentidos que o racismo traz consigo?

É comum à psicanálise dialogar com outros campos de conhecimento, mas é fundamental o diálogo com outros campos de conhecimento quando o tema é relações raciais, e assim Isildinha faz, trazendo a história, a sociologia para ir desenvolvendo sua tese.

Neste caso, é preciso ver a história como processo histórico, ou seja, não apenas os fatos, mas suas consequências e como estas consequências produzem novos fatos.

Isto é fundamental para entender de que se trata quando ouvimos que o Brasil foi fundado sobre sangue de indígenas e negros, para compreender como a invenção do negro pelo branco, este negro que tem o corpo público e nenhuma voz, esta invenção, que se deu lá nos idos do Iluminismo, gerou ao europeu, e aos brancos por decorrência, um capital suplementar: a cor da pele (capital simbólico). Tudo isso e mais, que aqui não cito para não alongar demais o texto, é importante para perceber o quanto esta longa história estrutura nosso laço social.

Isildinha Baptista Nogueira realiza todo um percurso sócio-histórico em seu texto para situar o lugar social do negro como um não lugar, por um lado por não conseguir constituir uma identidade social, visto o apagamento de sua história antes do espólio do continente africano e o apagamento da contribuição do povo negro ao país, e por outro lado pela dificuldade de lidar com uma identidade vinda de fora que não corresponde a um lugar de sujeito, no corpo social, mas a um lugar de objeto.

Ao longo de todo o texto, Isildinha tem por ponto central a formulação proposta por Neusa em *Tornar-se negro*: há uma discursividade que se pretende hegemônica e que aponta o eurocentrismo como um valor desejável. Dentro desta perspectiva, negro/África passa a ser o estrangeiro impossível de assimilar, é o Outro radical, o que deve ficar à margem.

Assim, Isildinha formula a seguinte pergunta:

Se o que constitui o sujeito é o olhar do outro, como fica o negro que se confronta com o olhar do outro que mostra reconhecer nele o significado que a pele negra traz enquanto significante? (Nogueira, 1998, p. 90).

Tal significado corresponde a como é lido socialmente o corpo negro, os traços de africanidade são tomados a partir de estereótipos de um corpo perigoso e de todo o tipo de excessos.

Com a diferença marcada no próprio corpo, e impossível de ocultar, o negro pode ser levado, assim, a passar por um processo de embranquecimento, colonização do próprio desejo.

Mas, a psicanalista aponta, é também uma questão de sobrevivência, aquilo que conhecemos hoje em dia como necropolítica, é sobre o corpo negro que se dá o impacto maior da ausência de políticas públicas e da violência de Estado.

Assim, vamos chegando a questões fundamentais apontadas pela psicanalista.

Isildinha situa o estranho: o sentimento de estranho inquietante é um confuso retorno a uma organização espacial

...onde tudo se reduz ao dentro e ao fora e onde o dentro é também o fora... Penso que esse movimento do estranho inquietante pode bem caracterizar o tipo de experiência que marca a relação do negro com o dia a dia no meio social. É impossível, para ele, não se perturbar com as ameaças aterradoras que lhe chegam via racismo. Dentro desse universo de terror, mesmo que o negro acredite conscientemente que tais ameaças racistas não se cumprirão, o pavor não desaparece, porque ele traz no corpo o significado que incita e justifica, para o outro, a violência racista (Nogueira, 1998, p. 95).

Para os negros, seguindo as considerações de Isildinha, o estranho inquietante é mais do que um eventual encontro inesperado com o reflexo do próprio rosto, como foi a experiência de Freud (2006) no trem, para o negro trata-se de encontrar no olhar do outro uma espécie de duplo de si, privado da condição de ser, uma imagem na qual ele não se reconhece, mas uma imagem que o precede e opera socialmente.

Resta ao negro, para além de seus fantasmas, inerentes ao ser humano, o desejo de recusar esse significante, que representa o significado que ele tenta negar, negando-se, dessa forma, a si mesmo, pela negação do próprio corpo (Nogueira, 1998, p. 91).

Assim, a cor da pele passa a ser, além de um objeto social, um objeto também da realidade psíquica.

Ao fim de sua tese, Isildinha aponta a ação política como uma saída possível para o sujeito negro, mas que encontrará dificuldades na medida em que terá que lidar com as contradições de um sujeito atravessado pela alteridade branca colocada como ideal.

Como dito anteriormente, a tese da autora foi escrita em 1998, antes das políticas de ação afirmativa. Hoje, podemos ver interessantes movimentos da população negra em retomar sua cultura e história, além de uma maior representatividade em espaços públicos, e, diga-se de passagem, isso não é apenas bom, é fundamental.

Ainda assim, trata-se do início de movimentos decolonizadores. Em um país com dificuldade em assumir seu multiculturalismo, e ainda impondo uma hierarquia étnico-racial que determina inclusive maior direito à vida para uns em detrimento de outros, ainda temos muito o que avançar.

Já que o racismo toma o corpo negro como marcador social, é importante que o próprio corpo negro, com sua presença, quebre, subverta os estereótipos. Não esqueçamos que Freud, em seu artigo, começa situando a temática do estranho como estética, explicando que a estética não se trata apenas da fruição do belo, mas das qualidades do sentir. Estética é uma palavra que vem do grego *aisthesis*; tem como significado o ato de perceber, de notar.

Então trata-se, sim, de estética. Estética de feições africanas, de corpos pretos, de cabelos que se dirigem aos céus, de tambores, de capoeira, de orixás e terreiros. Estética das palavras que o povo negro deste país tem que ocupar, criar, trazer do iorubá para fazer frente ao português, idioma do colonizador, e nomear a si mesmo e ao seu corpo.

Encerro com o desejo de que, na ciranda deste dentro/fora, deste familiar/estranho ao qual todos estamos submetidos, que a negritude se aproxime do familiar mais e mais, que crie uma discursividade que dê conta do que tem por característico, e que a branquitude se relativize na diversidade estrangeira.

REFERÊNCIAS

Freud, S. (2006). O estranho (1919). In S. Freud. **Uma neurose infantil e outros trabalhos** (1917-1918). Rio de Janeiro: Imago.

Kilomba, G. (2019). **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogó.

Nogueira, I. B. (1998). **Significações do corpo negro**. Tese (Doutorado em Psicologia), Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.

Souza, N. S. (1998). O estrangeiro: nossa condição. In C. Koltai (Org.). **O estrangeiro**. São Paulo: Escuta/Fapesp.

BORDEANDO AS FRONTEIRAS: SOBRE UMA PSICANÁLISE DEFINIDA PELA ALTERIDADE

BORDERING BORDERS: ABOUT A PSYCHOANALYSIS DEFINED BY ALTERITY

Luciana Maccari Lara¹

Resumo: O trabalho pretende introduzir uma reflexão sobre o lugar da alteridade na origem e constituição do discurso psicanalítico, desde sua origem na modernidade colonizadora, e num modelo civilizatório que reduz as diferenças a categorias hierárquicas. Ao longo da construção freudiana, a alteridade impõe-se como o eixo fundamental na definição de rumos e sentidos da teoria e do método psicanalítico.

Palavras-chave: Civilização. Colonização. Psicanálise. Alteridade.

Abstract: The paper aims to introduce a reflection on the place of alterity in the origin and constitution of the psychoanalytic discourse, since its origin in colonizing modernity, and in a civilization model that reduces differences to hierarchical categories. Throughout Freud's construction, alterity imposes itself as the fundamental axis in defining the directions and purposes of psychoanalytic theory and method.

Keywords: Civilization. Colonization. Psychoanalysis. Alterity.

No documento oficial de censura, lê-se: “O autor é negro, comunista ... Trata-se duma diatribe contra a civilização ocidental, numa pseudodefesa das civilizações negra, oriental e índia. Para proibir”. Com o verbo proibir realçado (Grada Kilomba, 2020, sobre o documento oficial de censura da primeira tradução portuguesa de *Pele negra, máscaras brancas* de Frantz Fanon, 1960).

UM MUNDO COLONIZADO: BERÇO DA PSICANÁLISE

Vivemos um momento histórico que nos demanda, urgentemente, uma reflexão sobre os resultados da forma como temos lidado com alteridades e fronteiras. É um tema que parece espreitar a psicanálise. Ser espreitado é um lugar desconfortável, e para sair dele precisamos aceitar as interrogações e desafios. Já em 1912, em *A dinâmica da transferência*, Freud (1980a) afirmava que não se vence um inimigo ausente: com certeza, a melhor forma de tratar um tema complexo é encará-lo nos olhos.

¹ Psicóloga, psicanalista, membro pleno da Sigmund Freud Associação Psicanalítica e Mestre em Filosofia (Unisinos). E-mail: lucianamlara@gmail.com

A metáfora bélica, uma entre várias utilizadas por Freud, propicia-nos um ponto de partida. Homem do seu tempo que era, ele deixou clara inúmeras vezes sua paixão pela história das guerras e dos grandes generais. Por muito tempo, sua construção teórica falou de um inconsciente que seria um continente a ser dominado e colonizado por grandes exploradores, ou de um ego a expandir seus domínios e a vigência de suas leis, “onde era o id, o ego há de advir” (Freud, 1980c, p. 84), ou de um aparelho psíquico equipado para o trabalho de dominar intensidades, submetendo-as ao reino do sentido. Os psicanalistas têm se dedicado a trabalhar teoricamente sobre cada uma destas oposições: as tomo aqui apenas para sublinhar como a construção da teoria psicanalítica, assim como toda a construção do pensamento moderno ocidental, tem sido perpassada pela metáfora do domínio e da conquista do outro, e pela anexação de tudo o que é alheio ao terreno do mesmo e da identidade. É um movimento que transcende os limites da psicanálise, e que sinaliza o mundo em que ela nasceu e está inserida.

Os limites da psicanálise se fazem sentir sempre no mesmo ponto nevrálgico, que é a clínica. Fazer clínica psicanalítica significa lidar cotidianamente com barreiras, tratados de comércio, negociações entre territórios. Muitas vezes também com muros, segurança armada, bombas e campos de refugiados. É um esforço diário no sentido de aprender todos os dias uma nova língua. Precisamos sempre de palavras para falar, mesmo que elas não sejam as melhores: não dispomos, é verdade, de um vocabulário infinito. Mas os estrangeiros continuam atravessando as fronteiras, e nosso vocabulário finito não é suficiente. Precisamos seguir trabalhando tenazmente para ampliá-lo.

O psiquiatra e psicanalista Joel Birman (2017), por meio da obra *Arquivos do mal-estar e da resistência*, destaca que no decorrer do processo civilizatório os territórios do mundo foram divididos nos registros da civilização e da barbárie, e que este processo move-se na direção da conquista e anexação dos territórios bárbaros. A modernidade ocidental constitui-se pela identificação com a ideia de civilização e, mais importante, com o lugar de disseminar e impor esta *civilização* aos territórios onde ela não existia. Tal empreitada efetivou-se, fundamentalmente, na colonização europeia do mundo, iniciada no século XVI. Assim, a oposição entre civilização e barbárie produziu formas de subjetivação que se instituíram de maneira hierarquizada. A barbárie materializa-se, ao longo dos séculos, na ideia do primitivo: onde a leitura hierarquizada da civilização resulta inevitavelmente na inferiorização de qualquer diferença. É importante destacar que, ainda que os registros da civilização e da barbárie sejam delimitados por uma fronteira, tal fronteira caracteriza-se por sua mobilidade. Segundo Birman (2017), a barbárie aloja-se e resiste, portanto, sempre em dobras e franjas da civilização, o que faz com que o processo civilizatório mantenha-se num contínuo processo de relançar-se.

Impõe-se aí uma pergunta: é exclusivamente o movimento de resistência que faz com que a barbárie se aloje nas franjas da civilização? Não existiria também o movimento oposto – isto é, o processo civilizatório, em seu avanço, não incorreria também na produção ativa da barbárie, na medida em que empurra e encurrala toda a diferença para suas franjas, suas margens? O filósofo camaronês Achille Mbembe, que tem se dedicado ao tema da alteridade e das fronteiras com a contundência que nossos tempos exigem, responderia que sim. A principal fronteira apontada por Mbembe, desde seu ensaio *Necropolítica*, publicado pela primeira vez em 2003, é a fronteira que a modernidade ergueu entre seres matáveis e não *matáveis*. Nesse ensaio ele formula três questões:

- Quais as condições que determinam o exercício do direito de matar, deixar viver ou expor à morte? Quem é o sujeito desta lei?
- O que a materialização do direito de matar diz sobre a pessoa que é condenada à morte?
- O que faz com que o objetivo da política, em muitas de suas manifestações contemporâneas, seja o assassinato do inimigo?

Mbembe (2020a), ao formular suas questões, ao mesmo tempo afirma claramente: a modernidade estruturou uma forma de viver em que a morte do outro não é apenas tolerável, mas na qual há uma contínua e macabra produção de situações em que ela *torna-se necessária*; situações de emergência, situações de exceção. Produz-se a crise, e a crise torna-se regra: nela, matar ou deixar morrer não é apenas aceitável, como é preciso.

O autor afirma que, desde uma perspectiva histórica, é no imperialismo colonial, somado à produção da tecnologia da morte em série e em massa, que a modernidade torna-se o palco da política como poder de morte. O racismo é o grande modelo das divisões dos humanos em grupos matáveis e não matáveis. A lógica do colonialismo, e da *plantation*, em que o outro é transformado em inimigo e desumanizado de todas as formas possíveis, é naturalizada e invisibilizada enquanto tem lugar nas colônias. Com a Segunda Grande Guerra e o Holocausto, a desumanização atinge em cheio a Europa e parte de sua população, não sendo mais possível ignorá-la. A mesma lógica que rege as relações entre as antigas metrópoles e suas ex-colônias, incluindo a relação com os migrantes, imigrantes e refugiados, determina hoje as relações dentro de um mesmo país, marcando as fronteiras nada invisíveis entre os sujeitos de direito, cidadãos de bem e os matáveis.

Os traços que definem o matável flutuam na medida da perspectiva hegemônica – poderíamos dizer fálica? – em questão. O matável pode ser definido em termos de raça, nacionalidade, crença religiosa, inclinação amorosa e identidade de gênero, condições socioeconômicas, de endereço, ou de falta dele, e também por convicções políticas. Assim por diante, infinitamente.

Em *Políticas da inimizade*, livro publicado em 2020, Mbembe afirma que o mundo colonial nunca foi a antítese da democracia, mas sim sua face noturna, seu duplo – tomando a afirmação de Frantz Fanon, de que esta face noturna oculta o vazio fundador da lei, esta nascida de um estado de não direito. Mbembe (2020b) ressalta que a mitologia na qual repousa a sobrevivência e o funcionamento da democracia requer a externalização da violência que a origina.

Partindo do pressuposto desta fundação por exclusão, o autor avança em suas ideias sobre a produção do ser matável. Mais do que de dominação e disciplina, a relação com o ser matável é de uso ou, como define Mbembe (2020b), de *apropriação sem responsabilidade*. Trata-se aqui de reduzir o objeto a seu uso sexual, econômico, ou simplesmente a ser o alvo de investimento da pulsão de morte.

A pulsão de morte na teoria freudiana é, por definição, a pulsão sem objeto (Freud, 1980b), de modo que a ideia de um “objeto da pulsão de morte” pode soar estranha à teoria psicanalítica. No entanto, Mbembe faz uma interessante construção conceitual sobre algo como um objeto de desinvestimento, o qual denomina *objeto perturbador*. Diz ele:

Ora, quem diz “movimento” (de ódio) necessariamente sugere o desencadeamento de uma energia pulsional. Essa energia é alistada, conscientemente ou não, na busca de um desejo, de preferência um desejo mestre. Esse desejo mestre, a um só tempo campo de imanência e força feita de multiplicidades, tem como ponto de fixação um objeto (ou vários). Ontem, esses objetos tinham como nomes privilegiados negros e judeus. Hoje, negros e judeus têm outras alcunhas: islamismo, muçulmano, árabe, estrangeiro, imigrante, refugiado, intruso, para citar apenas alguns deles (Mbembe, 2020b, p. 76).

O objeto perturbador, que exatamente por não existir precisa ser constantemente produzido pela lógica da crise e do estado de exceção, é materializado na figura de um ser matável. Ele é, ao mesmo tempo, o fetiche que permite ao sujeito borrar a percepção da própria castração e a consumação da cisão entre o eu e o inconsciente repudiado e, portanto, alvo de toda a projeção. Desta forma, o colonizador, envolvido pela fantasia, seja de onipotência, seja de perseguição, que reveste a origem de sua civilização sobre a exclusão de todas as outras, e portanto de um estado sem lei, vê-se compelido “ora a fechar-se em si mesmo na esperança de garantir sua segurança diante de um perigo externo, ora para sair de si mesmo e enfrentar os moinhos de vento de sua imaginação, que agora o cercam” (Mbembe, 2020b, p. 76).²

DA ORIGEM COLONIZADORA À DEFINIÇÃO PELA BORDA: RUMOS E DESTINOS-OUTROS DA PSICANÁLISE

A evolução da definição do objeto e do método na psicanálise freudiana evidencia um movimento de progressiva inclusão do não representado, do *ainda não psicanálise*, em seu escopo e em seu campo de intervenção. Freud constrói, ao mesmo tempo, seu método e seu objeto de intervenção num arco que inicia num inconsciente constituído por conteúdos recalçados e representações alijadas da consciência, seguindo em direção aos conteúdos não representados, ao traumático, à compulsão à repetição e à pulsão de morte, e culmina numa proposta de intervenção – a construção – que tem como objetivo produzir a possibilidade de novas formas de o sujeito narrar e representar-se.

A pergunta sobre como deixar falar o que ainda não pode encontrar palavras, sobre como dar condições ao não representado de representar-se, faz-se cada vez mais presente e premente. Isto é resultado de um longo trabalho na evolução teórica e técnica da psicanálise, mas também dos movimentos de luta por reconhecimento que tensionam os limites do campo psicanalítico, campo constituído no centro da hegemonia da razão branca, eurocêntrica e colonialista. O outro faz-se, assim, cada vez mais presente na clínica psicanalítica, em suas diversas manifestações de demandas de reconhecimento ocupando o que era, até não tanto tempo atrás, a pólis reservada aos que, ainda que sintomaticamente, conseguiam fazer-se representar.

Este outro justifica a existência da psicanálise tanto em sua dimensão clínica como teórica e de método de investigação. Afinal, seria sustentável uma psicanálise feita somente por e para aqueles que necessitam menos dela, na medida em que ocupam um lugar no laço social e na linguagem que lhes permite narrar a si próprios? Quais seriam o sentido e o destino de uma psicanálise que não se propõe a trabalhar para incluir os que dela estão alijados, por não encontrarem até aqui lugar no discurso psicanalítico? Até onde se sustenta uma psicanálise autofágica?

Afirma Paulo Endo (2020):

...Pontalis (2005) perguntava se, em psicanálise, se trataria de definir bordas, fronteiras e delimitações ou, ao contrário, de transgredir linhas divisórias, confrontar saberes instituídos e vazar fronteiras, isto é, definir-se como movimento que se exerce nos confins e sempre em tensão contra algo que resiste a ele... (p.131).

O autor convoca-nos à observação de que o trabalho psicanalítico se faz diante do que se opõe e resiste. Um olhar sobre a construção da psicanálise como teoria e como método, que só se faz no limite entre o representado e o não representado, do analisável e do não ainda analisável: enfim, na fronteira entre o que já é e o que ainda não é psicanálise. A alteridade está, portanto, no centro da definição do campo psicanalítico.

NOTA

2. A questão do colonizador, a natureza de sua fragilidade e defesas é um campo a ser explorado. Foi no Seminário de Psicopatologia II – Neurose, Conflito e Formação de Sintoma que Gabriel Teitelbaum trouxe uma pergunta dessas que têm o poder de nos fazer escutar o até então inaudito: como sofre o soldado, que projeta o ódio, e assim constrói o inimigo? Como escutar seu sofrimento, se ele não sofre sob a lógica da culpa neurótica? E se não sofre, não demanda escuta e não faz laço. Como escutar e produzir uma apropriação do sofrimento, e portanto uma demanda que resulte em um laço? Mas este será um outro trabalho.

REFERÊNCIAS

- Birman, J. (2017). **Arquivos do mal-estar e da resistência**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Endo, P. (2020). Jacques Derrida e a psicanálise: provocar, convocar, evocar e (r)existir. **ALEA**22(3),125-135. Recuperado de <https://dx.doi.org/10.1590/1517-106X/2020223125135>
- Freud, S. (1980a). A dinâmica da transferência, O caso de Schreber e Artigos sobre a técnica. In S. Freud. **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud** (Vol. 17). Porto Alegre: Imago.
- Freud, S. (1980b). Além do princípio do prazer, Psicologia de grupo e outros trabalhos. In S. Freud. **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud** (Vol. 18). Porto Alegre: Imago.
- Freud, S. (1980c). Novas conferências introdutórias à psicanálise. Conferência XXXI: a dissecação da personalidade psíquica. In S. Freud. **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud** (Vol.22). Porto Alegre: Imago.
- Mbembe, A. (2020a). **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte**. N-1 Edições.
- Mbembe, A. (2020b). **Políticas da inimizade**. N-1 Edições.

ALTERIDADE E ALTERIZAÇÕES NA ESCUTA PSICANALÍTICA DAS DISSIDÊNCIAS SEXUAIS

ALTERITY AND ALTERIZATIONS IN PSYCHOANALYTIC LISTENING OF SEXUAL DISSIDENCES

Carolina Neumann de Barros Falcão¹

Resumo: Problematizar o tema da alteridade nas diversidades de gênero diz respeito a questionar a escuta psicanalítica em seu alcance e, sobretudo, em seus limites. Nesta direção, pode-se pensar uma psicanálise implicada politicamente, desconstruindo cânones e fazendo trabalhar a teoria e a escuta de forma a constituir uma clínica psicanalítica pós-patriarcal, pós-heteronormativa e pós-colonial. Nesta reflexão, propõe-se a articular a temática da alteridade nos grupos minoritários e, mais especificamente, nas dissidências sexuais, por meio da ideia do analista estrangeiro e suas condições de escuta. Para tanto, trabalha-se o lugar do gênero e do sexual na psicanálise, além da necessária articulação do intrapsíquico com a produção de subjetividade, permitindo romper com a ideia de que a psicanálise trabalha com um inconsciente atemporal, amoral e a-histórico. De fato, não há elemento psíquico que não seja atravessado por determinações sócio-históricas e por dispositivos discursivos. Neste cenário, cabe o questionamento crítico acerca das normas e dos dispositivos discursivos que regulam nossa forma de compreender e interpretar o mundo psíquico e seus fenômenos, o que inclui as condições de escuta do psicanalista. Reflete-se, por fim, acerca do fenômeno da alterização na escuta psicanalítica e sua implicação política na psicanálise.

Palavras-chave: Dissidências sexuais. Gênero. Alterização. Escuta psicanalítica. Estrangeiro.

Abstract: By problematizing the theme of alterity in gender diversities, one can question the conditions and the boundaries of psychoanalytic listening, in order to produce a psychoanalysis that is political, post-patriarchal, post-heteronormative and post-colonial. This paper purpose is a reflection about the alterity in minorities (specifically in sexual dissidences) through the idea of the analyst as a foreigner and their listening abilities. To do so, not only the concepts of gender and the sexuality are worked, but also the ones related to intrapsychic events and subjectivity. These concepts allow us to break the conception of the amoral, timeless and ahistorical unconscious as the object of psychoanalysis. In fact, there is no psychic element that is not affected by social and historical determinations, and normative discourses' effects. It is necessary to criticize the normative regulations that influences how we understand and interpret a phenomenon, which includes the psychoanalyst's listening conditions. Finally, this article reflects about alterization as a phenomenon that affects psychoanalysis.

Keywords: Sexual dissidences. Gender. Alterization. Psychoanalytic listening. Foreign.

¹ Psicóloga (PUCRS).
Psicanalista (SIG). Doutora
em Psicologia (PUCRS).
Professora Adjunta do Curso
de Psicologia da PUCRS, Co-
ordenadora do Laboratório
de Sexualidade, Gênero e
Psicanálise. E-mail:
carolina.barrosfalcao@
gmail.com

“A questão fundamental dos psicanalistas hoje não é apresentar respostas definitivas a questão das apresentações de sexualidades e gêneros, mas, sim, sustentar os interrogantes levantados e abrir novas questões. Tem-se dessa maneira uma multiplicidade de perguntas o que implica sair de uma posição confortável com respeito ao saber” (Fiorini, 2015)

Problematizar o tema da alteridade nas diversidades de gênero é, em essência, questionar a escuta psicanalítica em seu alcance e, sobretudo, em seus limites. Como ponto de partida, parece fundamental reconhecer a potência da escuta do sujeito de sexualidade e de inconsciente. Todavia, isto não significa deixar de apontar as iatrogenias que a teoria e, conseqüentemente, a escuta psicanalítica podem produzir.

Toda vez que tenho a oportunidade de falar acerca das dissidências sexuais, parto da premissa lançada por Facundo Blestcher (2018): não se trata do que a psicanálise tem a dizer sobre as dissidências sexuais, mas sim de o quanto as dissidências sexuais dizem – e eu incluo, tensionam – da/a psicanálise. Nesse sentido, quero delimitar do lugar de onde falo: o encontro com a temática das dissidências sexuais vem transformando o modo como penso a psicanálise e, conseqüentemente, o meu lugar como psicanalista na clínica, na universidade e na cidade.

Na esteira de grandes psicanalistas argentinos, desde Silvia Bleichmar, pode-se pensar uma psicanálise implicada politicamente, o que envolve desconstruir cânones psicanalíticos, fazer trabalhar a teoria e a escuta para chegar a uma clínica psicanalítica pós-patriarcal, pós-heteronormativa e pós-colonial. Isso significa pensar uma clínica que inclua as noções de gênero, classe, raça e etnia como elementos necessários a um processo de análise. Busco, aqui, articular esta necessidade de inclusão ao tema da alteridade e à ideia do analista como estrangeiro.

Apoio-me nos escritos da psicanalista argentina Débora Tajer (2020) para delimitar conceitualmente o que é esta clínica. Ela é 1) *pós-patriarcal* na medida em que se propõe a depurar quais conceitos psicanalíticos seguem válidos e quais permanecem atados e são, portanto, reprodutores de uma lógica patriarcal – isto é, reprodutores de modos históricos das relações entre os gêneros que pressupõem uma diferença hierárquica entre eles.

Também é 2) *pós-heteronormativa*, pois implica a ruptura com uma concepção binária da sexualidade, isto é, na compreensão de duas – e apenas duas – posições (mesmo que estas estejam descoladas dos corpos biológicos como na concepção freudiana dos destinos da sexualidade). Frente a isso, costuma-se resgatar a ideia do polimorfismo da sexualidade. Contudo, é preciso pontuar que cada vez mais Freud (1976) foi sustentando o ponto de partida como polimorfo que culmina nos pontos de chegada da masculinidade ou da feminilidade como desfechos esperados da psicosexualidade. Certamente, é possível que se pense “*não é ou*” porque masculino e feminino coexistem num sujeito; ainda assim, a lógica não deixa de ser binária e, portanto, marcada por uma premissa de complementaridade. Na esteira das proposições foucaultianas, a binariedade como norma produz a clandestinidade de existenciários que precisam ficar escondidos no armário, configurando um dispositivo biopolítico de regulação dos corpos e das sexualidades, determinando o que é legítimo e o que é abjeto.

Por fim, esta clínica é 3) *pós-colonial*, uma vez que se propõe à decolonização da própria psicanálise. Para tanto, é fundamental transformar a concepção de uma teoria psicanalítica composta de pressupostos universais (como se todos os sujeitos viessem da Europa burguesa) em uma psicanálise local, hiper-singular, em acordo com suas realidades próprias. É preciso, pois, abrir mão da premissa de olhar unicamente o intrapsíquico como se universal ele fosse.

O filme *Praça Paris* (Murat, 2016) trata do encontro psicoterápico entre uma psicóloga europeia – Camila – em mestrado na UERJ e a ascensorista da universidade, Glória, que vive numa comunidade carioca, administrada pela “polícia pacificadora”. Camila veio ao Rio de Janeiro estudar a temática da violência, além de resgatar a história da avó e o que ela, Camila, construiu a partir das fotos na Praça Paris. Ao escutar Glória, começa a se afetar pela história de violência de sua paciente. Certo dia, Glória é detida e agredida pelos policiais da UPP, que estão atrás de informações de seu irmão, um dos chefes do tráfico daquela comunidade. A terapeuta – impactada com a violência que não conhece – propõe que Glória denuncie os policiais e o ataque sofrido, ao que recebe como resposta: “*Tu não entende nada mesmo, né, doutora?*”. O que desejo destacar aqui é que Camila certamente não entende. E me parece que não entende pela falta do registro de experiências como essa. No filme, ela é literalmente estrangeira. É desse paradigma do reconhecimento dos registros que temos e, principalmente, dos que nos faltam completamente que quero propor que pensemos o tema da alteridade nas exclusões e, mais especificamente, nas dissidências sexuais, por meio da ideia do analista estrangeiro e suas condições de escuta.

Quando se pensam as articulações possíveis entre a psicanálise, o gênero e as dissidências sexuais, surge um primeiro problema: há lugar para a temática do gênero na psicanálise? E, se sim, que lugar é esse?

Parto de Silvia Bleichmar e de sua concepção de sujeito psíquico, via articulação de duas fundamentais dimensões: a da produção de subjetividade e da constituição psíquica (Bleichmar, 2010). A noção de constituição psíquica remete ao conceito de psiquismo, de aparelho psíquico. Logo, tem a ver com inconsciente e com a materialidade psíquica *stricto sensu* (Fuks, 2017), a qual obedece a leis e a processos que excedem a produção de subjetividade. São os construtos que nos permitem pensar o sujeito de inconsciente.

Contudo, Bleichmar (2013) faz um alerta! Diz ela:

Quando um momento histórico ou uma cultura põe em risco um enunciado, isso indica que aí há algo que estava falseado desde o começo, ou seja, algo não funcionava desde o início. Não é que os seres humanos tenham mudado, mas os enunciados têm um limite.

E isso vale, também, para os enunciados psicanalíticos acerca da constituição do psiquismo. Nesta perspectiva, é necessário submeter, conforme Bleichmar (2005), os paradigmas psicanalíticos de base a uma depuração, recuperando os núcleos mais fecundos e desprendendo-se das dominâncias ideológicas do século XX que tanto marcaram a psicanálise.

Já a produção de subjetividade é, para Bleichmar (2013), histórica, política e social. Alude, portanto, aos modos pelos quais os sistemas de representações estão instituídos para que os sujeitos possam se incluir na sociedade em que têm que viver. A produção de subjetividade está atravessada por uma teoria

do sujeito que não é a do sujeito de inconsciente, mas a do sujeito histórico. E as práticas sexuais estão atravessadas pelos modos de produção de subjetividade de cada época (Bleichmar, 2013).

E por que a psicanálise deve articular-se à dimensão histórica e política? Para Bleichmar (2013), este sujeito que é atravessado pelo inconsciente está articulado por uma lógica que permite a consciência de sua própria existência. O Eu se constitui a partir de uma matriz imaginária, mas tem uma dimensão instituída pela própria cultura (Fuks, 2017). Parece-me fundamental recuperar, em psicanálise, a importância do Eu, não como categoria adaptativa trabalhada por certas escolas pós-freudianas, mas como agente articulador e ligador das experiências psíquicas, que viabiliza satisfações, defesas e, principalmente, transformações pulsionais. Como sustenta Ayouch (2019), o argumento de que o inconsciente é atemporal e a-histórico não é suficiente para entender o sujeito. O que escuta um psicanalista?

Se no inconsciente não há registro de gênero, no Eu há. E como bem descreve Bleichmar (2013), as identificações de gênero se fundam sob a égide das identificações primárias. O Eu, que tem gênero, movimenta-se histórica e politicamente desde cedo, ao mesmo tempo em que se instaura o polimorfismo de uma sexualidade ampliada que nunca será redutível à genitalidade, enquanto os processos de sexuação são engendrados posteriormente, dando conta do atravessamento da diferença.

A psicanálise que se ocupa das dissidências sexuais tem colocado a trabalhar conjuntamente os conceitos de sexo, gênero e de sexual (que inclui a concepção de sexualidade ampliada e dos processos de sexuação), tal como o faz Laplanche:

O gênero é plural. É geralmente duplo, com o masculino e feminino, mas não o é por natureza. É muitas vezes plural, como na história das línguas e na evolução social. O sexo é dual. Ele o é pela reprodução sexuada e também por sua simbolização humana, que fixa e engessa a dualidade em presença/ausência, fálico/castrado. O sexual é múltiplo, polímorfo. Descoberta fundamental de Freud, ele fundamenta-se no recalque, no inconsciente, na fantasia. É o objeto da psicanálise (Laplanche, 2011, p. 155).

Tomar o sexual com objeto da psicanálise permite romper a ideia de que trabalhamos com este inconsciente atemporal, amoral, a-histórico. Ao escutarmos seus efeitos, necessariamente estamos no campo dos entrelaçamentos com a subjetivação. De fato, não há elemento que não seja atravessado por determinações sócio-históricas e por dispositivos discursivos. Os enunciados exógenos que estruturam o psiquismo ao serem metabolizados, as consequentes interpretações que o Eu é capaz de fazer, os ideais, a leitura humana acerca da natureza... todos estão atravessados por uma operação interpretativa que se dá a partir de uma perspectiva regulada por um sistema de normas, organizado pela cultura.

É justamente pelo inerente intrincamento entre o intrapsíquico e os processos de subjetivação que a categoria de gênero – assim como a de classe, raça e etnia – deve ser incluída no campo e no discurso psicanalítico, num modelo – tal como propõe Ayouch (2019) – de uma psicanálise que pode, pela hibridez com outras áreas e outras leituras, sair de uma posição que é capaz de ser fechada, datada, opressora e, até mesmo, alienada.

Assim, cabe o questionamento crítico acerca das normas e dos dispositivos discursivos que regulam nossa forma de ler, compreender e interpretar o mundo psíquico e seus fenômenos. Já sabemos, desde Freud, que a escuta de um psicanalista somente vai até onde o psiquismo desse psicanalista é capaz de ir. Tomando esta premissa como central e sustentadora do tripé, não seria fundamental incluir a crítica acerca das normas e das perspectivas alienantes nas quais também estamos inseridos?

A premissa da alteridade como central na escuta analítica tem justamente a ver com isso: a escuta psicanalítica somente é possível se ela não reduzir o outro ao mesmo e se ela não converter o estranho em familiar e, como destaca Ayouch (2019, p. 19), se ela não abafar o ininteligível do inconsciente com modelos de inteligibilidade historicamente situados.

Há tempos falamos que o analista é um estrangeiro. Há tempos nos posicionamos no não saber do outro, partindo da experiência de termos acessado o desconhecido de nós mesmos, nos nossos processos de análise. Mas como ser estrangeiro de um desconhecido que não obedece às lógicas e às perspectivas desde as quais alicerçamos a nossa própria subjetividade? Como podemos ouvir o ininteligível? Será que conseguimos escutá-lo ou o deformamos a partir de nossos modelos de inteligibilidade? Em *Praça Paris*, a estrangeiridade literal foi impeditiva.

Para Ayouch (2019), a relação da psicanálise com a contemporaneidade precisa ser problematizada. Questiona o autor acerca de o quanto podemos discernir formações discursivas do nosso tempo, enquanto participamos delas:

Efetivamente, nenhuma perspectiva pode ocupar uma posição de exterioridade, a-histórica, para escrever a história de seu próprio arquivo. Isso é provavelmente o desafio colocado para os/as analistas: eles/as ficam inscritos/as em modos históricos e geográficos de constituição da subjetividade, são sujeitos-efeitos do mesmo político do que os/as seus contemporâneos/as. Mas, ao mesmo tempo, eles/as procuram exercer uma prática clínica e teórica que pretende desconstruir esses modelos de subjetivação para revelar suas historicidade, sua determinação cultural e aquilo que, além dessa inscrição coletiva, constitui a singularidade de um sujeito particular (Ayouch, 2019, p. 22-23).

Nesta direção, reconhecer a própria contemporaneidade é realizar uma arqueologia de seu próprio discurso. Para Ayouch (2019), a saída da psicanálise de seu próprio discurso – isto é, do encarceramento a uma única verdade e do fechamento ao diferente – se dá pela abertura a novos discursos. A hibridização da psicanálise, a abertura de suas fronteiras a novos discursos permite a historicização da própria psicanálise e amplia as condições de escuta.

Linn da Quebrada nasceu Lino, foi Lara (a “*bizarra*” que fazia o que Lino não conseguia, sempre à noite, e que era – no máximo – um corpo para sexo no banheiro escuro, sem beijo na boca). De um longo processo de enfrentamento de um câncer, surge Linn da Quebrada, uma bixa-travesti. Este processo é retratado em *Bixa Travesty*, um documentário que conta a busca de Linn “por si mesma”. Diz Linn:

Eu digo da importância que o documentário teve pra mim, na minha própria investigação de mim mesma. De pensar, e no ato de nomear que eu sou, que é esse corpo, de pensar o feminino e o masculino nesse corpo, de

pensar que... que sou um pouco mulher, que eu não chego ao patamar de mulher, e nem ao patamar de homem. Eu sou a falha. Eu sou a falha desse sistema! É quase como se eu fosse realmente o que não deu certo. E me apropriar dessa falha, me assumir nessa falha, para então dar um nome a esse processo, que é Bixa Travesti.

E segue:

Entre o fundo do poço e a profundidade do posso, eu *soul*. Eu inventei a Linn da Quebrada para salvar minha vida. Eu sou uma travesti e eu evoco a mulheridade que existe na travestilidade: cara de mulher, corpo de mulher, jeito de mulher, bunda de mulher, peito de mulher, pau de mulher.

E como se escuta Linn da Quebrada? Uma travesti que sai da condição de invisibilidade dos abjetos, dos corpos que não merecem existir, e que sustenta que é político ser amada; é político ser feliz. Linn vive da música, do cinema, da televisão, da arte. Linn mostra para o mundo o que tanto o mundo propõe esconder: o ininteligível das possibilidades do sexual.

Ao fim de seu premiado documentário, ela se dirige a nós, que insistimos em dizer quem elas são. Nós que detemos a verdade sobre o sexo e sobre a sexualidade organizada pelo paradigma da diferença (que, para Freud é, em última instância, a diferença anatômica):

Nós que somos histéricas, né? Somos nós que somos loucas, mas é claro... se não nos dão ou nos dão o mínimo possível pra nos mantermos vivas... nos dão o mínimo ou quase nenhum afeto... daí dizem que nós temos um transtorno de identidade de gênero... mas nós não vamos dar esse gostinho a vocês, porque eu não sou louca... Posso estar louca, mas serei eu o meu próprio transtornar. Eu vou continuar me transtornando, me movimentando e me tornando tantas outras que já serei o transtorno para as suas teses. Eu serei o transtorno aos termos que vocês criaram... porque, desculpa, continuamos em obras. Vou continuar em obras por muito tempo e o transtorno será todo de vocês. Com todo o prazer.

Ayouch (2019) convoca-nos a refletir sobre o fenômeno da *alterização*: processo de exclusão e segregação do outro, que é visto como inferior e ameaçador. Linn da Quebrada pergunta em sua música: “Estou tentando, procurando entender... o que é que tem em mim que tanto incomoda você?”

Esses outros alterizados formam um grupo apenas devido à exclusão da qual padecem, que os uniformiza, atribui-lhes os mesmos traços negativos, e define, indiretamente, a identidade do grupo majoritário. O grupo alterizado, portanto, não surge de uma comunidade identitária, mas da discriminação que naturaliza uma categoria e confere-lhe uma identidade hegemônica diferente (Ayouch, 2019, p. 18).

Estamos produzindo alterizações nas – e desde as – salas de análise? Minha hipótese é a de que sim e, por isso, as dissidências estão à margem da psicanálise que insiste em ensurdecer-se muitas vezes. Uma escuta que acaba por deformar o discurso ao invés de transformar-se a partir dele.

Débora Tajer (2020), resgatando a importância dos pressupostos de Bleichmar para pensar a clínica pós-patriarcal, pós-heteronormativa e pós-colonial no que diz respeito às dissidências sexuais, aponta a preocupação daquela psicanalista, tanto em sua obra quanto em sua prática clínica, ou ainda como cidadã, com sua responsabilidade subjetiva frente à vulnerabilidade das desigualdades produzidas pelas assimetrias de poder. Somente haverá um verdadeiro campo de trabalho analítico, quando há traumatismo pelas desigualdades, pela exclusão e pela invisibilidade, se – primeiro – o analista puder ser testemunha, reconhecendo e sustentando o vivido. Desse espaço de hospitalidade e cuidado surgirá o momento de trabalhar a responsabilidade subjetiva com o vivido, o que – obviamente – não significa retraumatizar, mas sim escutar e trabalhar para criar vias colaterais, de enfrentamento e transformação. Parece, de fato, que mais importante do que ser estrangeiro é poder ser testemunha.

Termino esta reflexão com Ayouch (2019), numa problematização cada vez mais fundamental:

Compreender as sexualidades e as sexuações atuais, as reivindicações culturais ou a denúncia das implicações coloniais de certos dispositivos, como parte de um “gosto do dia”, oposto à eterna verdade do inconsciente, ou como efeito de uma militância política incongruente com os objetivos da psicanálise significa inscrever esta última, suas questões e sua teorização na esfera etérea da atemporalidade e da apolítica. Negar a historicidade das formações discursivas e sua inscrição política não deixa de ser uma opção política: uma que escolhe jogos de poder a favor da ordem e da conservação contra a mudança ou a criação renovada. Essa opção coloca o íntimo ou o privado, abordados pela psicanálise, fora da Pólis, e deixa, assim, de questionar as relações de poder que estruturam esse lugar (Ayouch, 2019, p. 21).

Nossas condições de escutar o outro precisam ser questionadas pelo dissidente à norma. Senão, seguiremos pensando que o que ainda está guardado no armário e o que permanece excluído das salas de análise não existe.

REFERÊNCIAS

- Ayouch, T. (2019). **Psicanálise e hibridez: gênero, colonialidade e subjetivações**. Curitiba: Caligraphie.
- Bleichmar, S. (2005). **Paradojas de la sexualidad masculina**. Buenos Aires: Paidós.
- Bleichmar, S. (2010). **Psicoanálisis extramuros: puesta a prueba frente a lo traumático**. Buenos Aires: Editorial Entreideas.
- Bleichmar, S. (2013). O que resta de nossas teorias sexuais infantis? **Revista Percurso**, 54. Recuperado de http://revistapercurso.uol.com.br/index.php?apg=artigo_view&ida=1167&ori=edicao&id_edicao=54. Palestra originalmente realizada em 2005.
- Blestcher, F. (2018). El psicoanálisis interpelada por las sexualidades disidentes: puntualizaciones para una clínica antipatriarcal y posheteronormativa. **SIG Revista de Psicanálise**, 5(2), 105-116.
- Fiorini, L. (2015). **La diferencia sexual em debate: Cuerpos, deseos y ficciones**. Buenos Aires: Lugar.
- Freud, S. (1976). **Esboço de psicanálise** (Edição standard das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, Vol. XXIII). Rio de Janeiro: Imago.

Fuks, M. (2017). Psicopatologia psicanalítica, construção de subjetividade e neoliberalismo. **Instituto Sedes Sapientiae – Boletim Online, 41**, abr. 2017. Recuperado de http://www.sedes.org.br/Departamentos/Psicanalise/index.php?apg=b_visor&pub=41&ordem=3

Laplanche, J. (2011). O gênero, o sexo e o sexual. In J. Laplanche. **Sexual: a sexualidade ampliada no sentido freudiano**. (pp. 155-189). Porto Alegre: Dublinense.

Mab, E. (Produtora), Priscilla, C., & Goifman, K. (Diretores). (2018). **Bixa Travesty** [Documentário]. Brasil: Paleotv, Canal Brasil, Válvula Produções.

Murat, M. (Diretora). (2016). **Praça Paris** [Filme]. Brasil, Portugal e Argentina: CEPA Audiovisual, Fado filmes, Rede Telecine, Taiga Filmes.

Tajer, D. (2020). **Psicoanálisis para todxs: por una clínica pospatriarcal, posheteronormativa y pós-colonial**. Buenos Aires: Topia Editorial.

PSICANÁLISE E RACISMO: IDENTIFICAÇÃO, SUBJETIVIDADE E CORPO NEGRO

PSYCHOANALYSIS AND RACISM: IDENTIFICATION,
SUBJECTIVITY, AND THE BLACK BODY

Anne Egídio¹

Resumo: Este trabalho, a partir do excerto de um personagem de Machado de Assis, em *Dom Casmurro*, José Dias, “O Agregado” – tem como objetivo se aportar em suas características e extrair daquilo que se entende por um *brasileirismo*, o - *como se fosse* - contido na própria definição da palavra, e que servirá de fio condutor para se pensar questões que são alijadas do campo psicanalítico, tais como constituição da subjetividade, identificação, corpo e racismo, de modo a fazer circular tais questões no campo da psicanálise e a possibilitar a ampliação do debate – sobre a psicanálise e racismo e suas imbricações na constituição da subjetividade, nos processos identificatórios e sobre corpo negro no contexto afrodiaspórico brasileiro.

Palavras-chave: Agregado. Escravização. Abandono. Projeto identificatório. Corpo.

Abstract: This paper, based on an excerpt in a character of Machado de Assis, in Dom Casmurro, José Dias, “O Agregado” – aims to draw on the characteristics of such a character and on the characteristic idea of a Brazilianism contained in the very definition of the word, and which serves as a guideline to think about issues that are excluded from the psychoanalytic field, such as the constitution of subjectivity, identification, body and racism, in order to circulate this questions in the field of psychoanalysis and to enable the expansion of the debate on psychoanalysis and racism, and their imbrications in the constitution of subjectivity, in the identification processes and on the black body in the Brazilian Afro-Diasporic context.

Keywords: Aggregated. Enslavement. Abandonment. Project of identification. Body.

Na obra *Dom Casmurro* de autoria de Machado de Assis, há um personagem que intitula o capítulo 5 do romance – capítulo homônimo da alcunha José Dias, “O agregado”. Ao longo do enredo e através de Bentinho ou Dom Casmurro, protagonista e narrador da trama, nos conta como surgiu, quem é e como vive José Dias. Na trama ele desempenha um papel interessante, já que através de seu discurso é que se vai constituindo a ação, por parte de Bentinho.

José Dias, conta-nos Dom Casmurro, é um homem que se apresenta como médico homeopata, e que depois de curar um feitor sem aceitar receber nada em troca recebe guarida na chácara do pai de Bentinho. Um dia durante um

¹ Psicanalista e membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae.

Mestranda em psicologia clínica pela PUC/SP. E-mail: annegidio@hotmail.com

surto de febres é convocado a cuidar dos escravos e ele se confessa um charlatão. Não foi despedido como solicitara e continua a morar por ali. Mesmo após a morte do pai de Bentinho ele vai ficando por ali. Dançava conforme a música, vagaroso ou ágil, risonho ou grave, se encaixava de acordo com a toada. Era amante de superlativos, quiçá numa tentativa de “superlativizar” a sua própria existência.

Machado de Assis nos traz notícias de um contexto de sua época e de um Brasil Colônia, em que o branco sem posses dependia daquele que as tinha e se mantinha nesta condição *intermediária* – de “um como se fosse” da família, algo que aponta para um dado de nossa cultura, e do que se pode depreender da palavra “agregado”, de uso corrente em nosso vocabulário.

No *Novo Dicionário da Língua Portuguesa* (1986), ela está definida assim:

Agregado. [*Part. de agregar*] *Adj.* 1. Reunido, junto, anexo. 2. Pertencente ou relativo aos agregados. 3. Conjunto, reunião, aglomerado. 4. *Bras.* Aquele que vive numa família como pessoa de casa. 5. *Bras.* Pessoa que vive maritalmente com outra. 6. *Bras.* Criado, serviçal (grifos meus).

Os itens 4 a 6 da definição acima nos trazem notícias do uso desta palavra, na forma daquilo que se chama *brasileirismo* (*Bras.*), ou seja, uma palavra ou locução própria de brasileiro, ou ainda um caráter distintivo do brasileiro ou modismo próprio da linguagem dos brasileiros, de tal maneira que comecei a pensar acerca da formação de nosso povo e de seus processos identificatórios no campo da psicanálise, ou seja, como pensar a subjetividade sem afastar de tal pensamento ou naturalizar os 350 anos de escravização dos povos africanos e de seus descendentes, bem como da dizimação da população indígena.

Em *Mitologia e processos identificatórios* (2007), Paulo Ceccarelli nos alerta que:

Muitas vezes, os profissionais da saúde, por melhores intencionados que estejam, esquecem-se que a maneira como entendem o sofrimento não é a mesma destas populações. (Os que acolhem estes sujeitos podem, igualmente, sofrer um “choque mitológico”). O discurso “vencedor”, como a história de colonizadores e colonizados nos mostra, é o discurso do poder hegemônico. Discurso que “mata” o sujeito quando não leva em conta as particularidades de sua cultura (Ceccarelli, 2007, p. 190).

No pós-abolição, teremos inúmeros “José Dias” que me levaram a uma reflexão sobre todo um processo histórico, do qual faço um breve relato, a título de contextualização.

UM POUCO DE HISTÓRIA

A palavra “agregado” me levou a refletir acerca das questões atinentes ao preconceito ou discriminação racial e à sua origem, e a trazê-las para o campo psicanalítico, ante a precariedade de estudos acerca de psicanálise e relações raciais no Brasil, ou de posicionamentos no campo que me parecem não levar em consideração os processos históricos e culturais de vez que, desde meados do século XVI, os negros começam a ser trazidos para o Brasil na condição de escravizados, e já no navio eram separados de suas etnias a fim de evitar a comunicação entre si. Algumas estimativas dão conta de que o total de africanos desembarcados oscila entre 3,5 milhões e 4 milhões.

CONVIDADO

Durante mais de 300 anos, a mão de obra escrava constituiu a principal força de trabalho no país e a base de toda a atividade econômica.

Em situação contrária ao do imigrante, que fez uma escolha ao se deslocar de seu país de origem, em busca de uma oportunidade e de prosperidade em terras além-mar, “o negro foi capturado, aprisionado, estrategicamente animalizado pelo traficante que o colocava em condições de perda de identidade” (Nogueira, 1998, p. 111). Sua origem histórica se perde e, despossuído do próprio nome e da própria linhagem, já no contexto de diáspora, terá de se recriar. Não raramente, ele irá se distanciar daquilo que em nossa sociedade é percebido como características negativas, ou inferiores, como, por exemplo, a sua religiosidade (candomblé, umbanda), e suas manifestações profanas (samba, carnaval), seu cabelo crespo, vulgarmente chamado de “ruim”, e num movimento ambivalente, para ser assimilado à cultura, e de forma inconsciente, passa a negar tais características, tendo uma percepção negativa de si mesmo. É curioso observar a perspectiva que Frantz Fanon nos coloca, em oposição ao negro no Brasil, que sequer precisa sair de seu país para vivenciar a experiência dos jovens antilhanos, na Europa, a saber:

O negro, na medida em que fica no seu país, tem quase o mesmo destino de um menino branco. Mas indo à Europa terá de reconsiderar a vida...O preto, diante da atitude subjetiva do branco, percebe a irrealidade de muitas proposições que tinha absorvido como suas. Ele começa então a verdadeira aprendizagem (Fanon, 2008, p. 133).

Octavio Ianni diz que a “história do negro, depois da abolição da escravatura, ocorrida em 1888, é, em boa parte, a história da sua proletarianização. Egresso da escravatura, viu-se numa situação nova e desconhecida” (Ianni, 1966, p. 18). Então, passada a euforia e os festejos pela tão almejada liberdade, o que se viu foi um desalojamento psíquico e social do elemento negro e mulato que não fora preparado para entender a transição de uma ordem social escravocrata para o desenvolvimento posterior do capitalismo. Quanto à sua inserção em uma nova ordem social em vigência, parece que os mecanismos desenvolvidos foram no sentido de acelerar a entrada e o envio de imigrantes europeus para as lavouras paulistas, eliminando-se a participação do elemento negro do sistema de trabalho, passando da condição da desagregação (familiar, religiosa, cultural) do período da escravização para a condição de “agregado” à nossa sociedade, em que lhe fora destinado um não lugar.

O que se depreende dos fatos expostos é que o que se verá, sobretudo no pós-abolição e até os dias atuais, será a destinação dessa população para ocupar a pior posição nas atividades produtivas, sendo-lhes, portanto, destinado o papel de “agregado”, no exato sentido elencado no item 6, que dá como sinônimo *serviçal, criado*. Tal imagem passou a permear o imaginário da população brasileira, e creio que refletir sobre este modo de estar no mundo ou em uma sociedade, como se fosse um agregado dela, produz um sofrimento psíquico muito intenso, ocasionando em tais sujeitos uma necessidade de buscar uma alternativa que os distancie dessa figura, que lhes possibilite um lugar de pertencimento (“superlativizar” a própria existência, como José Dias?).

Esta espécie de “superlativização” do si mesmo se dá na forma de buscar um esforço desmedido para assegurar o seu pertencimento na sociedade, como bem ilustra Nogueira, ao nos contar que

Não é incomum o sentimento que nós negros experimentamos de nunca sermos suficientemente bons nas relações ou funções sociais por nós assumidas: não basta sermos bons, temos que ser os melhores e exemplares, depositários que somos do desejo de pais que projetaram em nós o sujeito que foram impedidos de ser (Nogueira, 1998, p. 78).

Além disso, existe em nossa sociedade um mecanismo de apagamento da história de alguns homens e mulheres negros e negras, que tiveram um protagonismo em seus campos de atuação, invisibilizando-os de modo a reforçar a ideia da impossibilidade de ascensão social dessa população que não se vê refletida na sociedade, a não ser pelos aspectos negativos a ela atribuída, sobretudo através da mídia (empregada doméstica, bandido, etc.), que os estigmatiza.

Cabe lembrar alguns exemplos de personalidades negras ilustres que se destacaram, a começar pelo autor de *Dom Casmurro*, Joaquim Maria Machado de Assis (1839-1908), ele próprio órfão, mulato, gago, filho de um brasileiro pintor de paredes e de uma açoriana que lavava roupas para fora, e que se tornou um grande nome na literatura brasileira.

Trinta e quatro anos após o nascimento de Machado de Assis, no ano de 1873, nascia Juliano Moreira, médico, negro, baiano, que foi um dos primeiros no Brasil a dar às ideias freudianas um lugar importante, e que dirigiu na Bahia um hospital de alienados, humanizando os métodos de tratamento dos doentes mentais, suprimindo instrumentos clássicos de confinamento.

Juliano Moreira não praticou a psicanálise, mas foi o fundador da primeira filial da Sociedade Brasileira de Psicanálise no Rio de Janeiro. Foi também o fundador da psiquiatria brasileira moderna e o primeiro do país a adotar e divulgar a doutrina freudiana.

No verbete “Brasil” do *Dicionário de Psicanálise* (1998) pode-se ler que “a psiquiatria foi, portanto, a disciplina da cultura branca, embora tratasse de doentes não brancos”, saber psiquiátrico instaurado por Juliano Moreira, baiano e negro.

A psicanálise segue os passos da psiquiatria no Brasil, com a distinção de que ela emerge em São Paulo e será destinada à grande burguesia paulista. Traz no bojo de sua fundação no Brasil a presença de uma mulher negra – Virginia Leone Bicudo, cujo pioneirismo começa já no campo da sociologia, já que sua tese de mestrado *Estudos de atitudes raciais de pretos e mulatos em São Paulo* (Bicudo, 2010) é um documento de suma importância por mostrar, simultaneamente, o processo de desenvolvimento das ciências sociais brasileiras e a situação do negro na capital paulista. O texto foi apresentado, em 1945, à divisão de estudos de pós-graduação da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, à época instituição complementar da Universidade de São Paulo, tratando-se de uma investigação em grande centro urbano, sob a orientação de Donald Pierson.

Seu pioneirismo se dá também no campo da psicanálise. Torna-se a primeira candidata à psicanálise na América Latina, iniciando sua análise didática em 1937, com Adelheid Koch (psicanalista judia alemã, refugiada do nazismo). Torna-se membro da Sociedade Brasileira de Psicanálise em 1945, e dez anos depois analista didata. Fundou o primeiro núcleo psicanalítico da América Latina em 1944 com Adelheid Koch, Durval Marcondes, Flávio Rodrigues Dias, Darcy Mendonça Uchôa e Frank Philips, sendo ainda a primeira mulher não médica a se tornar psicanalista no Brasil. No entanto, sua tese de mestrado só

CONVIDADO

veio a público no ano do centenário de seu nascimento em um livro organizado por Marcos Chor Maio publicado pela Editora Sociologia e Política.

Como se dará, então, um processo identificatório para a população negra brasileira, com toda esta invisibilidade? Veremos, a seguir, como ocorre um processo identificatório em psicanálise.

PROCESSO IDENTIFICATÓRIO: “SUPERLATIVIZAR” A PRÓPRIA EXISTÊNCIA?

José Dias, como vimos, amava os superlativos e os usava com constância. Ainda que a ideia não fosse tão grandiosa, talvez lhe servisse para dar um prolongamento na frase. Este “superlativizar” de José Dias me parece uma metáfora possível, no sentido de tentar simbolizar o modo de estar no mundo do negro no Brasil, como José Dias, “um silogismo completo, a premissa antes da consequência, a consequência antes da conclusão. Um dever amaríssimo” (Assis, 2010, p. 26). Num mundo permeado por um mito constituído, no dizer de Souza, como sendo

uma falta, um discurso – verbal ou visual –, uma forma de comunicação sobre qualquer objeto: coisa, comunicação ou pessoa. Mas o mito não é uma fala qualquer. É uma fala que objetiva escamotear o real, produzir o ilusório, negar a história, transformá-la em “natureza”. Instrumento formal da ideologia, o mito é um efeito social que pode entender-se como resultante da convergência de determinações econômico-político-ideológicas e psíquicas (Souza, 1983, p. 25).

Souza segue elencando o mito negro como sendo uma das variáveis que produzem uma singularidade tridimensional do problema do negro que se organiza

por elementos que entram em jogo na composição desse mito; pelo poder que tem esse mito de estruturar um espaço, feito de expectativas e exigências, ocupado e vivido pelo negro enquanto objeto da história e por um certo desafio colocado a esse contingente específicos de sujeito – os negros (Souza, 1983, p. 26).

O mito, inerente à nossa formação social, é constitutivo do superego de pais e filhos e será um desafio para aqueles negros que se recusam à submissão (Souza, 1983), fazendo uma analogia de tal mito ao Édipo diante da esfinge e seu enigma, e que terá que adquirir conhecimento para desvendar o enigma, destruir o inimigo para seguir livre. As imagens fantasmáticas de tal mito negro, diz Souza, são compartilhadas por negros e não negros, cabendo, portanto, a ambos a consecução de tal evento.

Por conta de tais mitos, ocorrerá aquilo que tomei emprestado de Machado de Assis, através de seu personagem Bentinho, para usar como metáfora – o termo “superlativizar” a existência, no sentido de que o negro é tomado de um autorrigor em que para se afirmar ou negar terá como referência o branco, perdendo com isso o direito à sua espontaneidade.

Há que estar sempre em guarida. Defendido. “Se impor” é colocar-se de modo a evitar ser atacado, violentado, discriminado. É fazer-se perceber como detentor de valores de pessoa, digno de respeito, portanto vivendo no mundo dos brancos (Souza, 1983, p. 27).

Em uma nota de rodapé, no livro *Peles negras, máscaras brancas*, Fanon (2008) faz uma observação acerca do estágio de espelho, a saber:

Seria interessante, com base na noção lacaniana do estágio do espelho, nos perguntamos em que medida a *imago* do semelhante, construída pelo jovem branco na idade já localizada, não sofre uma agressão imaginária com o aparecimento do negro. Uma vez compreendido este processo descrito por Lacan, não há mais dúvida de que o verdadeiro outro do branco é e permanece negro. E inversamente. Só que, para o branco, o Outro é percebido no plano da imagem corporal, absolutamente como não eu, isto é o não identificável, o não assimilável (Fanon, 2008, p. 141).

Como se dará um projeto identificatório para um sujeito que, embora faça parte de um contingente que representa mais da metade da população brasileira, continua não sendo visto ou representado adequadamente na sociedade? Pelo contrário, há uma tendência, como acima mencionado, a se apagarem as figuras proeminentes da população negra e lançar luz aos estereótipos daquilo que, supostamente, seria destinado a ela (o não identificável, o não assimilável ou não eu). São questões que tento fazer circular no meio psicanalítico de modo a contemplar *o não dito*...

Como se dará um projeto identificatório para uma parcela da população, que representa mais da metade da nação, carregar dentro as suas imagos fantasmáticas de seus romances familiares a saga de uma historicidade em que seus ancestrais foram submetidos a um processo de inumanização, amplamente fomentado pelas ciências da época que produziam estudos que reafirmavam a condição de inumanização daquela população? Ao longo de todo o processo histórico se criou inclusive a ideia inconsciente para o branco (como diz Fanon, o outro do branco é negro e representa o não identificável) de que os negros são incapazes e só deveriam servir – sobretudo no pós-abolição.

Piera Aulagnier elenará a identificação primária, a identificação especular e a identificação ao projeto como etapas de um processo identificatório, a saber:

Na identificação primária, definida como a “manifestação inaugural da atividade psíquica” (Aulagnier, 1990, p. 196), momento em que, a partir da fórmula de Lacan (o falo deseja e o sujeito demanda), parafraseando-o Aulagnier apõe a legenda “A mãe deseja e o *infans* demanda”, fazendo referência à fase em que a mãe interpreta as manifestações do bebê, notadamente as de desprazer – um choro, que a mãe interpreta como fome, ou necessidade de higienização, ou uma dor, que no dizer de Aulagnier dá um valor de mensagem ao corpo.

Coloca-se ao desejo da mãe o desejo do demandante, que ainda não sabendo falar demanda e deseja, ou seja, “A mãe deseja que o *infans* demande” e “O *infans* demanda que a mãe deseje”, o que representa para nós a dialética que subtende a identificação primária (Aulagnier, 1990, p. 197).

A identificação especular é classificada como o segundo tempo da dialética identificatória (em Lacan conhecido como estágio do espelho), o encontro entre o sujeito e o ego especular que ensejará o registro imaginário, lugar das identificações do ego e de aparente autonomia e das possibilidades ou efeitos no sujeito (a possibilidade de referir seu ego corporal a um “visto”; o investimento libidinal desse “visto” torna-se um objeto por excelência de um desejo

CONVIDADO

de ver, “que pensa achar em si a prova do domínio absoluto sobre o objeto do olhar” (Aulagnier, 1990, p. 202). Momento em que desejante e desejado se encontram face a face, assinalando, no dizer de Aulagnier, seu veredicto e seu declínio, revelando tudo o que o “eu” não é, o “visto”. Assinala esse “eu é isso” (que ele é separado da mãe, não é a boca suposta causa da existência do seio) e complementa dizendo que “quaisquer que sejam os ouropéis com os quais poderá adornar a imagem, correrá sempre o risco de ouvir novamente enunciar um ‘você não é mais que isso’” (Aulagnier, 1990, p. 202).

E, finalmente, a identificação ao projeto, considerada por ela como:

a) *A castração como “tempo para compreender”, como sendo uma “ponte de passagem entre identificação pré-genital e identificação pós-edípica”, ao que Freud designou como termo “castração”. Nesse tempo de compreender, a criança será confrontada com a castração da mãe, com os limites do seu poder, com sua sujeição ao desejo do pai e à lei. E complementa dizendo:*

Esse “tempo de compreender” culminará, se tudo correr bem, no abandono do objeto tal como o definimos em seu emblema identificatório e em sua substituição pelo projeto tal como se constituiu depois do Complexo de Édipo. Porém o projeto origina-se num tempo antecedente: será sua gênese e evolução (Aulagnier, 1990, p. 214).

b) *Projeto identificatório (ou função ideal), designado como os enunciados sucessivos pelos quais o sujeito define (para si e para os outros) seu anseio identificatório, ou o seu ideal, a partir do aparecimento daquilo que Aulagnier designa como predicação, do tipo “quando eu crescer... me casarei com mamãe” ou “quando eu crescer... serei (médico, professor, bailarina, ...),” que pode ser traduzido para “eu” serei igual a esse “nome”.*

O racismo esconde assim o seu verdadeiro rosto. Pela repressão ou persuasão, leva o sujeito negro a invejar e projetar um futuro identificatório antagônico em relação à realidade de seu corpo e de sua história étnica e pessoal. Todo ideal identificatório do negro converte-se, desta maneira, num ideal de retorno ao passado, onde ele poderia ter sido branco, ou na projeção de um futuro, onde seu corpo e identidade negros deverão desaparecer (Costa, 2003, p. 140).

Neste ponto, conto com o pensamento de Fanon, que salienta a família como ponto central, na investigação psicanalítica, de uma neurose de adulto. Compete ao analista reencontrar uma repetição, uma cópia de conflitos surgidos no seio da constelação familiar, e complementa dizendo que “em qualquer dos casos, procura-se considerar a família ‘como objeto e circunstâncias psíquicas’”. Considera que na Europa e nos países ditos civilizados ou civilizadores a família é um pedaço da nação, não havendo desproporção entre uma e outra, porém, afirma Fanon que “constatamos o inverso no caso do homem de cor. Uma criança negra, normal, tendo crescido no seio de uma família normal, ficará anormal ao menor contato com o mundo branco” (Fanon, 2008, p. 129), no sentido de que seu futuro identificatório dependerá desta possibilidade de “inventar” o próprio corpo.

Como propiciar a uma criança negra uma perspectiva de criar um projeto identificatório que a faça pensar: *quando eu crescer quero ser psicanalista, médica, escritora...etc.*, se as condições históricas e culturais não permitem que

alguém de sua família ou que lhe seja próximo tenha vivido tal experiência, ou se aqueles poucos e ilustres personagens negros foram apagados? Como nos alerta Jurandir Freire Costa:

No dizer de Piera Aulagnier, criadora da teoria que inspira esta reflexão, o futuro identificatório do sujeito depende desta possibilidade de “inocentar” o corpo. Um corpo que não consegue ser absolvido do sofrimento que aflige ao sujeito torna-se um corpo perseguidor, odiado, visto como foco permanente de ameaça de morte e dor (Costa, 2003, p. 141).

ESTE CORPO QUE SE APRESENTA COMO NEGRO

Quanto aos aspectos fronteiros do ego, Fernandes nos dirá:

Ora, se a percepção só tem de início, para o ego, um papel análogo ao que, no id, cabe à pulsão, em seguida será o próprio corpo que se tornará a “fonte” de todas as percepções, internas ou externas. Nesse sentido, o próprio corpo, constituindo-se entre interior e exterior, permite também uma distinção entre um e outro, ou seja, entre dentro e fora (Fernandes, 2011, p. 194).

Em relação a este corpo negro, numa função intermediária entre exterior e interior, entre o dentro e o fora, entre o familiar e o estrangeiro, de uma história de desagregação para um papel de agregado a esta sociedade, carregando em seu corpo as marcas de 350 anos de um processo extremamente violento que foi a escravização e, ato contínuo, o abandono em que tal população foi lançada logo após a abolição, caberá a nós psicanalistas – brancos ou negros – nos darmos conta de que, no dizer de Fernandes (2011, p. 31):

As muitas dores, os problemas funcionais do sono e da vida sexual, as mudanças de humor e, sobretudo, a angústia, bem como tudo que constitui uma reivindicação permanente e loquaz, não justificável medicamente, são recebidos, em geral, com boa vontade por um médico que, em silêncio, consigo mesmo, não tem muita certeza do que fazer com isso. Não é raro que, precisamente no momento em que algo dessa ordem lhe escapa, ele solicite a ajuda de um psicanalista. O psicanalista, por sua vez, precisa ser lembrado que seu paciente não é um ser exclusivamente “psíquico”? Eis uma pergunta pertinente: com que ouvido o psicanalista ouve o corpo de seus pacientes?

Ou poderíamos, parafraseando Maria Helena Fernandes, nos perguntar: com que ouvido o psicanalista ouve o corpo de seus pacientes negros?

É sabido no campo psicanalítico que na teoria metapsicológica freudiana há um lugar para se pensar o corpo, ou várias formas de se pensar o corpo, como hipotetiza Fernandes (2011, p. 38), ao nos dizer que, “longe de estar excluído da psicanálise, o corpo encontra-se, ao contrário, no centro da construção teórica freudiana”. E segue dizendo que

... o discurso freudiano, tendo se desenvolvido a partir da histeria e do sonho em uma complexidade crescente que vai da pulsão ao ego corporal, enuncia uma abordagem própria do corpo, na qual a alteridade é

um elemento-chave. ... Esse posicionamento estratégico, por assim dizer, da alteridade na teoria freudiana do corpo e essa ampliação teórica para além da representatividade têm, sem dúvida, implicações clínicas, e representam a possibilidade de pensarmos, do ponto de vista metapsicológico, a natureza da eficácia da escuta analítica sobre o registro do corpo (Fernandes, 2011, p. 39).

Alteridade como elemento-chave na enunciação da abordagem do corpo. No entanto, cumpre salientar de que corpo falamos, e qual o entendimento que se pode depreender acerca de um corpo em psicanálise, para poder, de forma análoga, pensar em um corpo que se distingue não somente pela cor de sua pele, mas, sobretudo, por transportar sobre seus ombros 350 anos de escravidão de seu povo – período que se constituiu como um grande trabalho de inumanização dessa população negra e de muita fertilidade (ou excentricidade) por parte da comunidade científica daquela época para a produção teórica, sobretudo eugenistas que sedimentavam tal inumanização daquela população.

Isildinha B. Nogueira, citando Dolto, nos dirá que “a imagem do corpo não provém de um ‘dado anatômico natural como pode ser o esquema corporal’, ela se constrói na história do sujeito...”(Nogueira, 1998, p. 74).

Para Freud, o corpo é o lugar de onde emerge a pulsão e também um meio para se atingir a satisfação pelas vias do prazer ou do desprazer. Ao longo de sua obra, ele tomará diversas formas, um que se apresenta na conversão histérica, um que é erógeno, um corpo pulsional, um outro narcísico, ou eu corporal, atestando, dessa forma, seu lugar na teoria.

Por se sustentar na linguagem, alguns críticos da psicanálise fizeram disto um bom argumento para apontar certa negligência dela em relação ao corpo. Já no interior do movimento psicanalítico, a insistência foi na circunscrição da experiência analítica nas leituras das representações e dos seus significantes, relegando deste modo os debates acerca das implicações da subjetividade no corpo ao esquecimento ou associadas a um corpo adoecido (Fernandes, 2011, p. 24).

E Maria Helena Fernandes (2011), citando Joel Birman (1998), enfatiza que a restrição da experiência analítica ao mundo da representação pode ter favorecido aquilo que Birman considera uma espécie de “recalcamento” acerca da questão do corpo em psicanálise, uma vez que

a identidade do sujeito depende, em grande medida, da relação que ele cria com o corpo. A imagem ou enunciado identificatório que ele tem de si estão baseados na experiência de dor, prazer ou desprazer que o corpo obriga-lhe a sentir e pensar (Costa, 2003, p. 141).

Nesse sentido, cabe um questionamento. Que tipo de recalque carregamos em nossas entranhas psíquicas, enquanto nação, que afasta do campo psicanalítico a temática da subjetividade e corpo negro? Munanga e Gomes (2006) dizem algo que implica a sociedade psicanalítica brasileira a aumentar o volume de sua escuta para tal demanda, dizendo que

... no decorrer do processo histórico, no contexto de diversas culturas, as diferenças e semelhanças foram ganhando sentidos e significados diversificados. Pois bem, ao falarmos sobre a questão do negro, em específico, tocamos em um campo mais amplo. Falamos sobre a construção social,

histórica, política e cultural das diferenças. É o que chamamos diversidade cultural. A diversidade cultural está presente em todas as sociedades e a questão racial no Brasil localiza-se dentro deste amplo e complexo campo. Por isso, refletir sobre a questão do negro não é algo particular que só deve interessar às pessoas que pertencem a esse grupo étnico-racial ou aos militantes do Movimento Negro. É uma questão da sociedade brasileira e também da humanidade (Munanga & Gomes, 2006, p.178).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Temos que a identificação é considerada pela psicanálise “como a mais antiga manifestação de uma ligação afetiva a uma outra pessoa”, nos dirá Sigmund Freud. Diz, ainda, que a identificação é ambivalente desde o início, podendo se expressar tanto através da ternura como do desejo de eliminação (Freud, 2006, p. 60).

O quanto ainda nossa sociedade ainda está identificada com o período colonial em que se dispunha, além da escravaria, também de alguns “José Dias”, para ocupar a função de “agregado” (não-lugar), e se mover em prol de Bentinho (desejo do Outro), à revelia de seu próprio movimento (seu próprio desejo...). Na atualidade, ultrapassar a barreira que, quer seja psíquica, social ou ideológica, impede que uma grande porcentagem da população negra deixe de estar à deriva de seus próprios desejos é algo emergente de se pensar, sobretudo em psicanálise.

Considerando que o abismo racial brasileiro é fruto da estrutura racista, somada à exclusão social e à desigualdade socioeconômica que nos atinge e, de modo particular, aos negros, faço minha a indagação de Jurandir Freire Costa:

Pensar que a psicanálise brasileira, para falar do que nos compete, conviveu tanto tempo com esses “crimes de paz”, adotando uma atitude cúmplice ou complacente, ou, no melhor dos casos, indiferente, deve conduzir-nos a uma outra questão: que psicanálise é esta? Que psicanalista somos nós? (Costa, 2003, p. 152).

REFERÊNCIAS

- Assis, J. M. M. (2010). **Dom Casmurro**. São Paulo: Martin Claret.
- Aulagnier, P. (1990). **Um intérprete em busca de sentido** (Vol. I). São Paulo: Escuta.
- Bicudo, V.L., & Maio, M.C.(Orgs.) (2010). **Atitudes raciais de pretos e mulatos em São Paulo**. São Paulo: Sociologia e Política.
- Ceccarelli, P. R. (2007). Mitologia e processos identificatórios. **Tempo Psicanalítico**, 39, 179-193. Recuperado de <https://doczz.com.br/doc/335404/mitologia-e-processos-identificat%C3%B3rios>
- Costa, J. F. (2003). **Violência e psicanálise**. Rio de Janeiro: Graal.
- Fanon, F. (2008). **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: Edufba.
- Fernandes, M. H. (2011). **O corpo**. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Fernandes, M. H. (2012). **Transtornos alimentares**. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Ferreira, A. B. H. (1986). **Novo dicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

CONVIDADO

- Freud, S. (2006). Construções em análise. In S. Freud. **Obras completas** (Vol. 4). Rio de Janeiro: Imago.
- Freud, S. (1996). O ego e o id. In S. Freud. **Obras completas** (Vol. 19). Rio de Janeiro: Imago.
- Freud, S. (2014a). **O mal-estar na cultura**. Porto Alegre: L & PM.
- Freud, S. (2014b). Psicologia das massas e análise do eu. In S. Freud. **Obras completas** (Vol. 15). São Paulo: Companhia das Letras.
- Garcia-Roza, L.A. (2009). **Freud e o inconsciente**. Rio de Janeiro: Zahar.
- Ianni, O. **Raças e Classes Sociais no Brasil**. São Paulo, Civilização Brasileira, 1966.
- Laplanche, J., & Pontalis, J.B. (2001). **Vocabulário de psicanálise**. São Paulo: Martins Fontes.
- Munanga, K., & Gomes, N.L. (2006). **O negro no Brasil de hoje**. São Paulo: Global.
- Nogueira, I. B. (1998). **Significações do corpo negro**. São Paulo: Universidade de São Paulo. Recuperado de <http://www.ammapsique.org.br/baixex/corpo-negro.pdf>
- Roudinesco, E., & Plon, M. (1998). **Dicionário de psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar.
- Sami-Ali (1993). **Corpo real, corpo imaginário**. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Souza, N.S. (1983). **Tornar-se negro ou as vicissitudes da identidade do negro em ascensão social**. Rio de Janeiro: Graal.

ENTREVISTA COM O PSICANALISTA LUIS CLÁUDIO FIGUEIREDO

INTERVIEW WITH THE PSYCHOANALYST LUIS CLÁUDIO FIGUEIREDO

– **EM ARTIGO PUBLICADO RECENTEMENTE NA *SIG REVISTA DE PSICANÁLISE*, VOCÊ DISCORRE SOBRE AS FORMAÇÕES DE PSICANALISTAS, RESSALTANDO A IMPORTÂNCIA DE QUE SE PENSE MAIS EM CULTIVAR ANALISTAS DO QUE EM FORMÁ-LOS. VOCÊ SE QUESTIONA SE AS INSTITUIÇÕES DE FORMAÇÃO ESTARIAM À ALTURA DESSA TAREFA; PODERIA NOS CONTAR UM POUCO MAIS SOBRE SUAS REFLEXÕES ATÉ AQUI, ASSIM COMO SUGESTÕES DE TRANSFORMAÇÕES?**

Acho que minhas ideias acerca da formação tenham como base minha própria trajetória, seja no que ela teve de bom, seja no que teve de precário. Só muito recentemente me filiei a uma instituição, o Círculo Psicanalítico do Rio de Janeiro, com que sinto muitas afinidades. Mas isso só aconteceu depois de décadas de experiência prática e mais tempo ainda de estudos teóricos. Esse segundo aspecto não vejo com bons olhos. Há uma enorme diferença entre o que podia entender antes de uma experiência prática mais amadurecida e o que comecei a poder pensar e estudar mais tarde, à medida que minha experiência clínica amadurecia. Esse amadurecimento dependeu bastante de um grupo de supervisão horizontal (o Terceira Margem do Rio) e da análise pessoal. Por isso dou muita importância à prática, à prática supervisionada, à análise pessoal e ao estudo, mas este vindo a reboque de tudo o mais. Boa parte do que pensava saber de psicanálise acabava me sendo um entrave para o pensamento clínico.

Foi desde este conjunto de experiências pessoais que fui me aproximando da ideia do *cultivo* de sensibilidade clínica e capacidades de reflexão e pensamento.

Quanto ao que se pode esperar da formação institucional, acho que, em primeiro lugar, ela não deve inibir e esterilizar o 'formando', e, em segundo lugar, que deve incentivar sua iniciativa e sua coragem de praticar, estudar e pensar com independência e rigor (na medida do possível, pois nossa área de saber inclui um imenso campo de incertezas e incógnitas). Se as instituições de formação puderem valorizar basicamente sensibilidade e capacidade de pensamento clínico e se isso se refletir nas supervisões e no ensino, penso que estarão no bom caminho.

– **NESSE SENTIDO, DE QUE MANEIRA VOCÊ ENTENDE A FORMAÇÃO COMO PRÁTICA DE LIBERDADE E EXPANSÃO CRIATIVA E QUAL A IMPORTÂNCIA DO SEMINÁRIO CLÍNICO NO TRIPÉ DA FORMAÇÃO?**

Nessa perspectiva, acredito que os seminários clínicos sejam um espaço privilegiado para o exercício do pensamento criativo, já que reúnem elementos da clínica com questões teóricas, propiciando um belo diálogo entre escuta e pensamento, criando e recriando teorias a partir da experiência, instalando uma múltipla perspectiva para a formulação e confronto de hipóteses etc.

¹ Psicanalista, membro do CPRJ e professor da Pós-Graduação em Psicologia Clínica da PUC-SP. E-mail: lclaudio.tablet@gmail.com

– **FREUD JÁ FALAVA SOBRE O RISCO DO FASCÍNIO PELA TEORIA SE TORNAR UMA RESISTÊNCIA AO TRATAMENTO. PODERÍAMOS PENSAR ESSE FENÔMENO DENTRO DAS INSTITUIÇÕES COMO RISCO DE RESISTÊNCIA À PSICANÁLISE?**

Sim, além dos riscos de adesões teóricas dogmáticas – riscos que eu próprio corri – há os riscos de adesão a doutrinas e escolas e de filiações precoces a instituições. No fundo, o que está sempre em jogo é nosso narcisismo (e o chamado “narcisismo das pequenas diferenças”), e sabemos que em nosso narcisismo residem as mais sérias resistências à análise. As resistências narcisistas obliteram nossa capacidade de contato com as alteridades, sejam as alteridades do outro, sejam as nossas, isto é, são resistências aos inconscientes e ao encontro entre inconscientes. Quando os narcisismos dominam a cena, não se criam as boas condições para a análise, nem escuta, nem pensamento. Nessa medida, seria importante que as filiações não se transformassem em cegas adesões, em imitações de estilos e clichês.

– **EM SEU ÚLTIMO LIVRO, *A MENTE DO ANALISTA*, VOCÊ ABORDA GANHOS E PERDAS DO ATENDIMENTO REMOTO. PODERIA NOS FALAR UM POUCO MAIS SOBRE ISSO?**

Os atendimentos remotos têm perdas e ganhos em relação aos presenciais, desde que saibamos que há em todos os atendimentos psicanalíticos uma dimensão essencial de virtualidade, conforme reconhecemos desde que levemos realmente em conta as transferências. Esses ganhos e perdas, no meu entender, variam de caso a caso dependendo tanto do paciente como também das capacidades clínicas do analista. Além de apontar questões gerais que são postas à luz nos atendimentos remotos – o que fiz no livro –, acho bem difícil generalizar. De toda forma, estamos já, felizmente, podendo retornar gradualmente ao presencial.

– **NESSES ATENDIMENTOS REMOTOS PODEM EXISTIR, MUITAS VEZES, DIFERENÇAS DE FUSO HORÁRIO, CLIMA E CONDIÇÕES CULTURAIS, COMO, POR EXEMPLO, EM TRATAMENTOS DE PESSOAS DE OUTROS PAÍSES. ALÉM DISSO, SÃO TRATAMENTOS QUE DIFICILMENTE TERÃO A POSSIBILIDADE DE SE TORNAREM PRESENCIAIS. O QUE ISSO NOS COMUNICA E O QUE VOCÊ PENSA DESSAS CONDIÇÕES DE ANÁLISE?**

Nessas situações que já começaram no modo remoto com pacientes vivendo em países distantes, mas em geral sendo brasileiros no exterior, podemos quase sempre contar com alguma base comum de cultura. Eu pessoalmente não tenho a experiência com estrangeiros vivendo fora do Brasil. As diferenças de fuso horário, estação do ano e clima, até onde pude experimentar, não atrapalharam além dos ajustes práticos que se tornaram necessários. Por outro lado, o fato de não haver perspectiva de encontros presenciais, passada a pandemia, realmente cria uma novidade cujas consequências ainda desconhecemos. Algo a ser pesquisado com base em experiência.

– **VOCÊ ACREDITA EM UMA PERSPECTIVA FUTURA DE O ATENDIMENTO PRESENCIAL PODER SER A EXCEÇÃO E O REMOTO, A REGRA? CONSIDERANDO ESSE CENÁRIO, E POSSÍVEIS NOVAS PROBLEMÁTICAS EM TORNO DO CONTRATO, COMO VOCÊ VÊ O FATO DE O ATENDIMENTO SER PRESENCIAL OU REMOTO DE ACORDO COM AS DISPONIBILIDADES DO MOMENTO DO PACIENTE?**

Acho que aos poucos o presencial voltará a ser dominante e preferido por todos, salvo nos casos de impossibilidade física. Por exemplo, comecei a aten-

der gente de fora de São Paulo e acho que isso não vai mudar. Provavelmente, continuarão chegando demandas de longe. Aliás, numa cidade como São Paulo, o “longe” pode ser até um bairro muito distante em que a pessoa levaria mais de uma hora para chegar à sessão. Atualmente, já atendo pacientes que comparecem à sessão presencial um dos dias da semana e precisam fazer sessões no modo remoto em outros dias por absoluta impossibilidade física em função dos horários e do trânsito. Isso não ocorre aleatoriamente, está agendado e incorporado ao enquadre. Acho que é bem provável que algo desse regime híbrido venha a se instalar, e, acho eu, o importante é que os enquadres levem isso em conta, não deixando ao deus-dará ou aos caprichos da hora.

– A PARTIR DO SEU PONTO DE VISTA, O ENACTMENT PODERIA SER PENSADO COMO UMA ATUAÇÃO CONJUNTA DA TRANSFERÊNCIA E DA CONTRATRANSFERÊNCIA?

Certamente, o campo transferencial e contratransferencial é o grande cenário dos sonhos compartilhados, dos “jogos” associativos e dos *enactments*. *Enactments* são de certa forma inevitáveis e mesmo necessários, desde que percebidos, interpretados e transformados. Os textos do Roosevelt Cassorla me parecem bem úteis para pensarmos a problemática dos *enactments*.

– VOCÊ RETOMA O CONCEITO DE PSICANÁLISE TRANSMATRICIAL PARA DEFINIR A PSICANÁLISE CONTEMPORÂNEA. QUAL A IMPORTÂNCIA DESTA PERSPECTIVA NA CLÍNICA ATUAL E NA TRANSMISSÃO DA PSICANÁLISE?

O conceito de psicanálise contemporânea transmatricial foi criado por mim e pelo Nelson Coelho Junior e proposto em nosso livro publicado pela Blucher em 2018: *Adoecimentos psíquicos e estratégias de cura*. Ele pretende dar conta de uma característica central da psicanálise atual: ela supera a escolástica – o dogmatismo das “escolas” no pensamento psicanalítico – na direção de uma formação transescolar, de uma escuta polifônica capaz de captar *angústias* e *agonias*, estruturas defensivas e colapsos radicais de todas as defesas em função de situações traumáticas profundas. Para tanto, apoia-se basicamente em duas grandes matrizes, a freudo-kleiniana e a ferencziana, e tem como seus pilares os pensamentos e as clínicas de Wilfred Bion e Donald Winnicott.

Todos, absolutamente todos os grandes psicanalistas atuais – e mesmo os não tão grandes e até pequenos, como eu e o Nelson, por exemplo – praticamos uma psicanálise que não seria nem concebível sem esse cruzamento de matrizes com suas problemáticas psicopatológicas próprias e suas estratégias de cura. É isso que, modestamente, procuramos transmitir em nossas aulas na USP, na PUC-SP e no CPRJ. É essa psicanálise transmatricial que opera nos seminários clínicos que coordenamos no Rio e na Paraíba. Para nós tornou-se impossível pensar fora desse campo da transmatricialidade, sem Bion e sem Winnicott, sem Freud, Melanie Klein e Sándor Ferenczi. E, naturalmente, sem todos os psicanalistas, nossos contemporâneos, que também constroem suas obras a partir desses mesmos fundadores: Green, Bollas, Ogden, Ferro, Civitarese, Roussillon, para citar apenas alguns.

A PSICANÁLISE DIANTE DO
 TERREMOTO PANDÊMICO: TRAVESSIA
 DE TEMPOS TURBULENTOS
 PSYCHOANALYSIS FACING THE PANDEMIC
 EARTHQUAKE: CROSSING TURBULENT TIMES

Adriana Silveira Gobbi

LIVRO: PSICANÁLISE E VIDA COVIDIANA: DESAMPARO COLETIVO, EXPERIÊNCIA INDIVIDUAL

AUTORES: ANA DE STAAL E HOWARD B. LEVINE (ORGS.)

SÃO PAULO: BLUCHER, 2021, 394 P.

Logo de partida, esse livro despertou meu interesse. Seu título, criativo e instigante, condensa a temática com a qual todos estavam convocados a se ocupar, a partir do terremoto pandêmico que atingiu em cheio nossa vida cotidiana. Não há dúvidas de que a turbulência dos tempos nos coloca diante de incômodas incertezas, nos desaloja e exige algum tipo de movimento que nos permita fazer frente ao desamparo.

É justamente neste terreno que está edificado *Psicanálise e vida covidiana*: um convite a refletirmos sobre os efeitos da pandemia na vida em sociedade e na prática psicanalítica, a partir de diferentes experiências de analistas, ao redor do mundo. Os organizadores do livro, os psicanalistas Ana de Staal e Howard Levine, contam que a ideia da publicação surgiu ainda no início de 2020, quando, perplexos pelo que acontecia no mundo, sentiram o desejo e a necessidade de pensar, na companhia de seus pares, acerca da passagem abrupta, inédita e quase irrestrita do “divã para a tela” (p. 19). “Até que ponto poderia o *setting*, esse continente de realidade psíquica sem o qual o processo psicanalítico não tem lugar, suportar o peso de uma realidade tão brutal, inoportuna e traumática?” (p. 20), interrogam os organizadores.

O livro foi idealizado com o objetivo de retratar o momento histórico que afeta a todos e que produz talvez a mais impensável alteração a que o *setting* psicanalítico foi submetido ao longo de sua existência. A pretensão não era a de criar um manual de regras e condutas clínicas a serem seguidas, mas fazer um registro do momento, tal como uma fotografia captura a imagem de uma cena. Assim, temos acesso a uma diversidade de paisagens narrativas que retratam a forma pela qual analistas de diferentes “origens” (nacionalidades e orientação teórica) estavam vivendo e pensando suas práticas clínicas sob o impacto, sem precedentes, da pandemia e seus desdobramentos.

Dessa forma, uma ampla gama de experiências está contemplada nos 15 artigos que compõem o livro. De fato, os autores convidados, de origem americana, brasileira, francesa, inglesa, italiana e israelense, falam desde suas realidades geográficas, mas também desde suas perspectivas teóricas e recortes de

suas vidas profissionais. Bastante interessante foi a maneira pela qual os organizadores do livro buscaram instigar a escrita dos analistas convidados, enviando a eles um argumento inicial onde sustentam que “essa experiência, ao mesmo tempo difícil e complexa, parece nos fornecer hoje elementos suficientes para uma primeira reflexão sobre a resiliência do dispositivo analítico” (p. 20-21). E imbuídos de um espírito investigativo, lançam uma série de provocativas indagações, dentre as quais citamos algumas: “Até que ponto a psicanálise depende de seu dispositivo concreto? As bases do enquadre são inegociáveis, inadaptáveis? Ou, ao contrário, esse sistema é passível de transposição? Mas, a que preço?” (p. 21).

Os caminhos tomados pelos autores convidados foram diversos e foram além da questão do enquadre. Alguns optaram por uma abordagem teórico-clínica, com enfoques variados. Desse modo, temos escritos que privilegiam aspectos técnicos, tais como o enquadre, a relação analítica, a contratransferência, sendo o pano de fundo a mudança do divã para as telas. E outros com ênfase na vida intrapsíquica, especialmente em torno da noção de trauma e angústia. A grande maioria dos analistas fez uso de material clínico, e alguns relataram vinhetas de processos de análise. Outros narraram o trabalho de escuta e intervenção institucional. Há também aqueles autores que optaram por uma análise mais abrangente do contexto atual.

Um dos pontos mais debatidos foi a discussão acerca do enquadre remoto, renovando e ampliando interrogantes que já estavam a pleno vapor. Porém, dessa vez, um cenário de medo e incertezas se instalou e contrastava com a certeza da perda concreta e física do enquadre conhecido, também afetivamente muito investido, como bem evoca Staal. E, sob o efeito do susto e do inusitado, diante de uma situação de “emergência”, os analistas se viram impelidos a lançar mão dos dispositivos remotos e, em alguns casos, a suspender suas atividades profissionais por algum período.

Com efeito, em que pesem os diferentes pontos de vista dos autores, percebemos alguns pontos convergentes acerca dos atendimentos on-line, mediados por chamadas de áudio ou vídeo. Destacamos ter sido um recurso amplamente utilizado para viabilizar a continuidade de processos de análise em andamento e que, inclusive, surpreendeu positivamente os analistas, até mesmo os mais céticos quanto ao uso da tecnologia para esse fim. Mas também há um cuidado em relação à singularidade de cada processo analítico quanto à possibilidade ou não do enquadre remoto.

O debate ganha consistência quando Staal, no capítulo “A cabine queimada, ou a psicanálise sem divã”, aponta que as ferramentas tradicionais da psicanálise se configuram como um modelo-matriz e nos caberia estabelecer quais seriam as adaptações possíveis que poderiam favorecer a reinvenção, sem, contudo, destruir a matriz. No contexto atual, alerta que nos cabe problematizar as questões técnicas sem cairmos em repetições ou afirmações categóricas que só poderiam soar como prematuras.

Tenho a impressão de que os analistas estão transformando uma situação de desamparo numa experiência pensante acerca de um território desconhecido. Mexer nas certezas não parece de todo ruim, quando pode haver um processo de abertura e criação. Assim, talvez estejamos frente à quebra de uma onipotência que não leva ao extremo oposto, a impotência, mas sim à potência de poder se colocar numa posição intermediária, que nos possibilite tolerar as incertezas dos tempos. Acompanhamos a ideia tão bem colocada por Levine no

RESENHAS

capítulo “Vida cotidiana” – que fecha o livro – de que, por ora, o que se pode apresentar são pontos de partida, já que atravessamos um longo período, que apenas está se iniciando, de investigação e diálogo, para futuramente alcançarmos uma compreensão.

De fato, é bastante lúcida a posição de Levine e me vejo impelida a reconhecer a importância histórica das considerações tecidas ao longo dos capítulos desse livro, como um ato de coragem desses analistas, que representam muitos outros, e que se dispuseram a abrir sua clínica, a se posicionar, sem prejuízo de levantar inúmeras questões. Tudo isso num momento absolutamente inédito, cujo desamparo inicial pela perda do enquadre habitual não gerou paralisia, ao contrário, gerou movimento. Digamos que esse “não saber” generalizado talvez tenha nos impulsionado na direção de um compromisso com uma psicanálise viva, numa rara e desafiadora oportunidade que nos convoca a fazer a psicanálise trabalhar.

Estamos de acordo com Staal, quando aponta que o caminho mais produtivo é o de continuarmos a pesquisa para que o debate não tome um rumo reducionista ao focar tão somente em torno do dilema divã-tela. A fim de ampliar, deixa uma última e importante reflexão de que a ruptura não é só do enquadre, a ruptura é também interna e externa, cuja instabilidade do mundo nos coloca diante de muitas incertezas e o que surgirá após, ainda não sabemos, mas lança a hipótese de que talvez seja necessária uma longa travessia.

No momento em que nos encontramos, temos o impacto de um acontecimento em nós e na psicanálise. Um acontecimento-força que provoca rupturas e submete o psiquismo também do analista a duras provas. Mas será que poderá possibilitar aberturas e criações?

*Psicóloga, mestre em Psicologia Clínica (PUCRS).
Membro associado da Sigmund Freud Associação Psicanalítica.
E-mail: adrianasilveiragobbi@gmail.com*

BRANQUITUDE: O QUE É ISSO? E POR QUE ESTUDÁ-LA? WHITENESS: WHAT IS IT? AND WHY STUDY IT?

Andréa B. C. Mongeló

LIVRO: ENTRE O ENCARDIDO, O BRANCO E O BRANQUÍSSIMO: BRANQUITUDE, HIERARQUIA E PODER NA CIDADE DE SÃO PAULO

AUTOR: LIA VAINER SCHUCMAN

SÃO PAULO: VENETA, 2020, 216 P.

O debate racial está cada vez mais presente na sociedade, chegando às pesquisas na universidade, e mais recentemente, mesmo que ainda muito timidamente, nas instituições de psicanálise.

O livro de Lia Wainer Schucman, resultado de sua tese de doutorado, traz contribuições muito instigantes sobre o tema, já que aborda a questão racial a partir de um outro ângulo: a identidade branca. A primeira edição do seu livro é de 2013, mas sua atualidade é indiscutível.

Partindo de constatações sobre nossa realidade, como, por exemplo, o fato de pessoas negras ocuparem tão poucos espaços de poder na sociedade, e de os lugares de brancos e negros serem tão diferentes, Lia toma um caminho inverso: coloca os brancos no centro do debate. Ao aprofundar o tema em sua tese de doutorado, a autora deparou-se com os Estudos Críticos da Branquitude que surgiram na década de 1990, nos Estados Unidos, como uma virada epistemológica nas análises sobre raça e racismo. Ao contrário do que ocorria anteriormente, quando apenas o sujeito não-branco era tomado como objeto de pesquisa, esses estudos colocaram foco nos aspectos culturais, históricos e sociológicos da identidade branca. O poder simbólico da branquitude passou, assim, a ser estudado, e resultou na identificação de um sistema de dominação e de opressão que faz com que brancos tenham mais poder que negros, já que todo esse sistema é baseado no que o branco pensa.

O primeiro capítulo apresenta a pesquisa de Lia, e desde então podemos acompanhar como o tema e sua posição como pesquisadora possuem uma imbricação singular e significativa. O campo em sua pesquisa não é um local específico, é um “campo-tema”, como ela define. A pesquisa é realizada, portanto, em diversos tempos e lugares, incluindo inclusive experiências pessoais da autora, assim como entrevistas e relato de observações do dia a dia. Sua pergunta aos entrevistados: O que é ser branco para você? Em alguns desses relatos vemos momentos de associação livre dos entrevistados, revelando pensamentos e ideias, talvez ainda nem bem articulados para eles próprios, mas que vão evidenciando exatamente o que a autora busca mostrar: o lugar da branquitude.

A definição do termo branquitude ocupa o segundo capítulo do livro, e vamos tomando contato com o conceito de branquitude não como sinôni-

mo de pessoas de pele branca. Lia vai nos ajudando a compreender como a brancura da pele não seria nada sem o racismo, não teria nenhum significado, seria apenas uma característica física da pessoa, mas que passa a ter significado quando pensamos em uma estrutura de poder. Branquitude é quando essa brancura da pele se apropria da ideia de raça, e determina que os brancos são superiores moralmente, intelectualmente e esteticamente. E a branquitude se refere a essa estrutura de poder, onde os brancos têm em suas mãos o controle das decisões políticas, econômicas e até mesmo da produção de subjetividade no tecido social. A branquitude ocupa o lugar mais elevado da hierarquia racial, que tem o poder de classificar os outros como não brancos, e assim inferiores.

O capítulo sobre raça e racismo apresenta uma revisão conceitual e histórica sobre o tema no mundo, mostrando ao leitor como foi construída a ideia de raça no século XIX, e quais seus efeitos na contemporaneidade brasileira. Lia vai explicar que essa ideia de raça é construída através de uma ideia de que um fenótipo, qualquer fenótipo, tem a continuidade moral, intelectual e estética, com a atribuição de um comportamento a ele.

A seguir acompanhamos a autora na formação étnico-racial da cidade de São Paulo, assim como a construção da branquitude nesta. Dados do Censo e IBGE, como renda familiar, distribuição geográfica e índice de desenvolvimento humano, ajudam a entender a organização das populações brancas e não brancas na cidade mais populosa do país.

A partir do relato das falas dos entrevistados, Lia passa a abordar o que ela chama de aspectos psicossociais da branquitude. A ideia de uma superioridade moral e intelectual é trabalhada e claramente expressa por um entrevistado que relaciona o significado de ser branco a atitudes morais do cotidiano: "... eu acho que nas atitudes os brancos são melhores. Nas atitudes, de agir na vida, os brancos são melhores. Pra falar a verdade, num é porque sou branco, mas acho que os pretos são mais violentos que os brancos" (p. 130). Lia vai em direção ao que Grada Kilomba (2019) também afirma, que a imagem do negro se constrói em oposição ao branco, e o que este não deseja ver em si é projetado no negro.

As formas de manutenção de poder da branquitude também são demonstradas, e é possível perceber que os entrevistados sabem do seu privilégio em relação aos não brancos. Mas afirmam não ser protagonistas de atitudes racistas e, por esse fato, não reconhecem que são favorecidos por atitudes racistas de outros. São falas fortes e ao mesmo tempo comuns, que talvez já tenhamos escutado inúmeras vezes, ou quem sabe até dito muitas delas.

Os últimos capítulos reservam ideias de possibilidade de desconstrução do racismo e perspectivas de novos estudos sobre a identidade branca, ainda muito necessários, principalmente no Brasil.

É um livro que produz uma cascata de questionamentos e reflexões, que a meu ver acontecem porque questionam esse lugar confortável da branquitude, o lugar de cada um de nós, brancos. O que será que nos levou a não nos percebermos racializados por tanto tempo? A resposta de Lia é justamente o que nos deixa incomodados, os benefícios que desfrutamos de estar nesse lugar. Entendo que nesse ponto a autora traz sua maior contribuição provocando desconforto, ainda que talvez inicialmente apenas intelectualmente, para quem sabe, em um movimento posterior, nos interrogar sobre os privilégios simbólicos e materiais contidos nessa identidade. Sempre lembrando que admitir

RESENHAS

que temos privilégios não significa que consigamos renunciar a eles imediatamente. Mas se faz necessário que avancemos nesse sentido, e o livro de Lia nos move nessa direção.

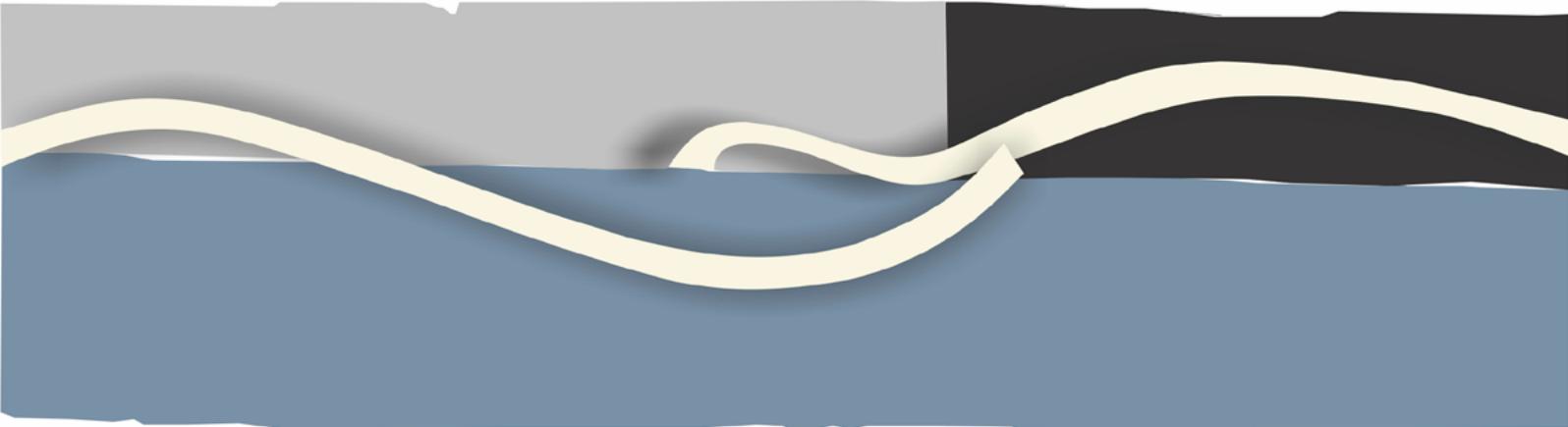
REFERÊNCIAS

Kilomba, G. (2019). **Memórias da plantação**. Episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó.

Psicanalista. Graduada em Psicologia (1992) e com especialização em psicoterapia psicanalítica (1999) pela UNISINOS. Membro efetivo da Sigmund Freud Associação Psicanalítica. E-mail: abcmongelo@hotmail.com

Sigmund Freud Associação Psicanalítica
Rua Marquês do Herval, 375
Moinhos de Vento · Porto Alegre, RS · Brasil
CEP 90570-140 · (51) 3062.7400
www.sig.org.br · sig@sig.org.br
revista@sig.org.br





Sigmund Freud Associação Psicanalítica
Rua Marquês do Herval, 375
Moinhos de Vento · Porto Alegre, RS · Brasil
CEP 90570-140 · (51) 3062.7400
www.sig.org.br · sig@sig.org.br
revista@sig.org.br

